

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Eliana Martuccello Harder

**PRÁTICAS DE AUTO-AVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE SOROCABA/SP.**

Sorocaba/SP

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Eliana Martuccello Harder

**PRÁTICAS DE AUTO-AVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE SOROCABA/SP.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade de Sorocaba, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre em
Educação

Orientador: Prof. Dr. José Dias Sobrinho

Sorocaba/SP

2009

Ficha Catalográfica

Harder, Eliana Martuccello
H236p Práticas de auto-avaliação em instituições de educação superior do município de Sorocaba/SP / Eliana Martuccello Harder. -- Sorocaba, SP, 2009.
127 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. José Dias Sobrinho.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2009.
Inclui bibliografia.

1. Avaliação educacional. 2. Ensino superior. 3. Universidades e faculdades – Avaliação – Sorocaba (SP). 4. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. I. Dias Sobrinho, José, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Eliana Martuccello Harder

**PRÁTICAS DE AUTO-AVALIAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE SOROCABA/SP.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass.: _____

Pres.: Prof. Dr. José Dias Sobrinho – UNISO

Ass.: _____

1º Exam.: Profª Drª Clarilza Prado de Sousa - PUC-SP

Ass.: _____

2º Exam.: Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen - UNISO

Dedico este trabalho à minha família, em especial, a minha sogra, Rosemarie M. Harder (**in memoriam**), pelo exemplo de força, coragem e alegria de viver, e ao meu marido, Christian E. Harder, por todo amor, paciência e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todas as pessoas que me ajudaram, direta ou indiretamente, a trilhar este caminho:

Ao meu orientador, Prof. José Dias Sobrinho, pela generosidade em compartilhar o seu vasto conhecimento na área de avaliação e me auxiliar na confecção deste trabalho.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior (GEPES), do qual faço parte. Neste, especialmente aos professores Pedro L. Goergen, Luís Percival Britto e Vicente de Paula Almeida Jr. pelas valiosas contribuições, e aos colegas pela solidariedade e incentivo, particularmente, Marinete A. Martins e Márcio J. P. de Camargo.

À Prof. Clarilza P. de Sousa pela simpatia e sugestões inovadoras.

À bibliotecária Maria Carla P. F. Gonçalves no auxílio da normatização do trabalho.

À Prof. Janaína Santos na elaboração do *Abstract*.

Aos colegas de trabalho do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP), especialmente aos professores João Feital, José França, Jamil e Maria Celina.

Aos professores que gentilmente analisaram o resumo das respostas dos coordenadores das CPAs conferindo maior objetividade e confiabilidade na análise dos dados.

A todos os coordenadores e coordenadoras das CPAs entrevistadas que acreditaram neste trabalho.

À família e aos amigos pela paciência e o apoio.

RESUMO

Em abril de 2004, é instituído por lei o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) com o objetivo de assegurar o processo de avaliação realizado pelas instituições de educação superior (IES). Dentre outras determinações, essa lei prevê que as IES promovam auto-avaliações como forma de identificação das suas fragilidades e potencialidades buscando a melhoria do processo educativo. De 2004 a 2008, mudanças substanciais foram efetuadas nesse sistema afetando a sua trajetória inicial e instigando a reflexão de inúmeros pesquisadores. Este trabalho analisa o processo de auto-avaliação nas IES do município de Sorocaba-SP, através da coleta de dados a partir de formulários eletrônicos e entrevistas com os coordenadores das comissões próprias de avaliação (CPA). Seu objetivo é evidenciar as hipóteses de que: a) a auto-avaliação realizada em algumas IES serve *somente* para cumprir com as obrigações preconizadas pelo SINAES, transformando-se em mero instrumento burocrático e de controle, ou b) a auto-avaliação é um instrumento de diagnóstico das fragilidades e potencialidades das IES, tornando-se forte instrumento para melhoria da qualidade educativa, ou c) a auto-avaliação carrega em si elementos das duas hipóteses anteriores, transformando-se em uma mescla de controle e diagnóstico. Os resultados desta pesquisa confrontam as concepções que nortearam e instituíram o SINAES com as práticas efetivamente adotadas pelas IES e pelo Ministério da Educação (MEC), de forma a refletir sobre o significado da democracia participativa no âmbito da educação superior.

Palavras-chave: Avaliação educacional. Ensino superior. Universidades e faculdades – Avaliação – Sorocaba (SP). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

ABSTRACT

In April 2004 the National System of Higher Education Evaluation (SINAES) was implemented by law to assure that the evaluation process is carried out by institutions of higher education (IES). Among other determinations, the law provides that IES promote self-evaluations as a mean of identifying their weaknesses and potential aiming to improve the educational process. From 2004 to 2008, substantial changes were made in the system affecting its initial trajectory and prompting the reflection of many researchers. This paper analyzes the process of self-assessment in IES in the city of Sorocaba - SP, through the collection of data from the electronic forms and interviews with the coordinators of the internal evaluation committees (CPA). Its purpose is to highlight the assumptions that: a) the self-evaluation in some IES only serves to fulfill the obligations previously established by SINAES into a mere instrument of bureaucratic control, or b) self-evaluation is a tool for diagnosis of the weaknesses and potential of IES, becoming a strong instrument for improving educational quality, or c) self-evaluation carries with it elements of both previous hypotheses, becoming a mixture of control and diagnosis. The results of this research confront the ideas that guided and instituted the SINAES with the practices actually adopted by the IES and the Ministry of Education (MEC), to reflect on the meaning of participatory democracy in the context of higher education.

Keywords: Educational evaluation. Higher education. Universities and colleges - Evaluation - Sorocaba – SP. The National System of Higher Education Evaluation.

LISTA DE SIGLAS

ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ACE	Avaliação das Condições de Ensino
ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CEA	Comissão Especial de Avaliação
CIE	Comissão Internacional sobre a Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
ENADE	Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
FMI	Fundo Monetário Internacional
Gats	Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IES	Instituição de Educação Superior
IGC	Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília
Unicamp	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS	13
2.1 Avaliação	13
2.2 Contextualização da avaliação institucional.....	17
2.3 Histórico da avaliação institucional no Brasil.....	23
2.4 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	31
2.5 Dimensões da avaliação institucional.....	38
2.6 Recentes mudanças no SINAES	39
3 EDUCAÇÃO SUPERIOR, DEMOCRACIA E AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA	43
3.1 A função da universidade	45
3.2 Qualidade e pertinência	49
3.3 Tipos de avaliação.....	53
3.4 Democracia representativa e participativa.....	55
3.5 Democracia forte e avaliação participativa	57
4 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS	60
4.1 Comunicação com a comunidade e sociedade	63
4.2 Universo pesquisado e tratamento dos dados.....	64
4.3 Diretriz 1: Participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação.	65
4.4 Diretriz 2: Uso efetivo dos resultados da auto-avaliação. Eficácia. Melhoria da qualidade da educação superior	69
4.5 Diretriz 3: Caráter formativo da avaliação ou controle burocrático	74
4.6 Diretriz 4: Análise global e integrada da avaliação pelo SINAES.....	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A - FORMULÁRIO UTILIZADO COMO ROTEIRO DA PESQUISA	94
APÊNDICE B - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES DAS CPAS DO MUNICÍPIO DE SOROCABA-SP.....	95
ANEXO A - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004	120
ANEXO B - PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004	123
ANEXO C - PORTARIA NORMATIVA Nº 12, DE 5 DE SETEMBRO DE 2008.....	127
ANEXO D - PORTARIA NORMATIVA Nº 4, DE 5 DE AGOSTO DE 2008 (*)......	128

1 INTRODUÇÃO

A avaliação pode desempenhar um importante papel na condução do processo de auto-conhecimento institucional para superação dos seus pontos fracos e de velhos paradigmas.

Dada a importância e responsabilidade da atividade exercida pelas IES para o desenvolvimento econômico, cultural e social do país, o espaço acadêmico é um local apropriado e privilegiado para o exercício da cidadania e da democracia.

Pretendemos, neste trabalho, confrontar as concepções que nortearam e instituíram o SINAES com as práticas efetivamente adotadas pelas IES e pelo MEC, de forma a refletir sobre o significado da democracia participativa no âmbito da educação superior.

As seguintes questões nortearão este trabalho de pesquisa:

Como o processo avaliativo é conduzido nas IES?

A auto-avaliação é utilizada como mero instrumento burocrático e de controle ou como instrumento de diagnóstico das fragilidades e potencialidades das IES?

Ela promove a comunicação entre os membros da comunidade acadêmica?

A auto-avaliação traz resultados em termos de melhoria educacional?

Existe uma cultura de avaliação participativa?

A reflexão sobre estas questões aponta para a avaliação institucional como um fenômeno complexo e contraditório resultado de um longo e intrincado processo histórico que só pode ser entendido na sua conexão com o sistema como um todo, o qual é movido por conflitos de interesses econômicos e políticos.

O trabalho está ancorado, principalmente, nos estudos de Dias Sobrinho, Ristoff, Leite, Janela e foi realizado por meio de revisão bibliográfica, análise documental e de entrevistas com os coordenadores das CPAs das IES, da cidade de Sorocaba/SP.

Trabalhamos com três hipóteses de pesquisa. A primeira hipótese é de que a auto-avaliação realizada nas IES serve somente para cumprir com as obrigações preconizadas pelo SINAES, transformando-se em mero instrumento burocrático e de controle. Na segunda hipótese, a auto-avaliação é vista como um instrumento de diagnóstico das fragilidades e potencialidades da instituição, tornando-se forte instrumento para melhoria da sua qualidade educativa e eficácia institucional. Já a terceira hipótese agrega elementos das duas primeiras hipóteses.

Esta dissertação foi estruturada da seguinte forma: O segundo capítulo: *Evolução Histórica da Avaliação nas Instituições de Educação Superior Brasileiras* introduz o conceito de avaliação e traça uma breve evolução histórica da avaliação nas instituições de educação superior brasileiras, com destaque para o SINAES.

O terceiro capítulo: *Educação Superior, Democracia e Avaliação Participativa* analisa a educação superior a partir da avaliação institucional e da democracia participativa.

O quarto capítulo: *Metodologia e Análise dos Dados* analisa os dados coletados durante a pesquisa a partir da metodologia utilizada.

No último capítulo, *Considerações Finais* há a intenção de integrar os elementos do corpo teórico com as informações colhidas sobre o cotidiano do processo de auto-avaliação nas IES de Sorocaba vislumbrando perspectivas futuras para o atual sistema de avaliação.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns legados de avaliações realizadas em IES brasileiras nos últimos anos. Iniciaremos conceituando a avaliação a partir da visão dos principais teóricos deste tema e passaremos para o percurso histórico da avaliação institucional até os dias atuais, com destaque para o SINAES.

2.1 Avaliação

A avaliação é um ato inerente ao ser humano e confunde-se com a sua história e evolução. A ação de avaliar e ser avaliado é sempre um processo complexo. A própria palavra nos explica: “avaliação” deriva do verbo valer (do latim *valere*), que significa “ter valor”. Isso implica, necessariamente, julgar ou apreciar ações carregadas de subjetividade.

Nesse sentido Ristoff (2005, p. 46) afirma que:

“Quando dizemos que avaliar tem a função de (a)firmar valores, estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento e do processo de avaliação para admitir que eles são sempre resultado de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científicos-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro. Assim que, quando, por exemplo, organizamos um instrumento de avaliação do desempenho docente, e este instrumento põe perguntas, há sempre um valor desejado e indesejado subjacente a cada uma destas perguntas. Quando perguntamos, por exemplo, se o professor apresentou plano de ensino, estamos na verdade afirmando que apresentar plano de ensino é desejável”.

A avaliação pode ser entendida como um fenômeno complexo que não admite neutralidade, semelhante a um ato político, cuja prática expressa atitudes diante de eventos situados em determinado tempo e contexto político, cultural, social e econômico, refletindo representações e valores de uma dada realidade.

Ristoff (2003, p. 24-29), também, aborda algumas definições significativas sobre avaliação expressas por diversos autores. Para Ralph Tyler a avaliação “é um processo para determinar até que ponto os objetivos educacionais foram realmente alcançados”. Já Cronbach diz que ela é uma “coleta de informações com vistas à tomada de decisões”. Na visão de Stake ela é “a descoberta da natureza e do valor de alguma coisa”. Segundo a definição dada pelo PAIUB a avaliação é:

“um processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade; um processo de atribuição de valor... a partir de parâmetros derivados dos objetivos; um processo criativo de autocrítica”.

Na visão de Dias Sobrinho (2002, p. 37) a avaliação é multifacetada. Ela mostra, às vezes, de forma explícita e outras vezes de forma velada, os seus múltiplos significados e objetivos. Portanto, trata-se de um fenômeno complexo que compreende ambiguidades e tensões. Assim, ele recomenda fugirmos do discurso monoreferencial e simplista. Já que a avaliação “(...) produz sentidos, consolida valores, afirma interesses, provoca mudanças, transforma”.

Os estudos sobre a avaliação podem ser realizados sob diferentes aspectos. Segundo Afonso (2000) existem duas formas de abordagem referentes à problemática da avaliação educacional: como prática implícita da educação escolar e como objeto exclusivo e central de investigação.

A primeira abordagem diz respeito à investigação da avaliação enquanto prática destinada às aprendizagens dos alunos ou para conferir uma certificação dos estudos realizados. Já a segunda abordagem está relacionada com as maneiras de prestar contas nos diferentes níveis do sistema educativo.

A avaliação como objeto de estudo abrange diferentes abordagens disciplinares e interdisciplinares e ganha crescente importância a partir da década de 1980, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, para a seleção de pessoal e gestão do sistema educativo, conforme relata Willis (1992, apud AFONSO, 2000, p. 19).

No Brasil, os estudos sobre a prática da avaliação das instituições de educação superior têm destaque a partir de meados da década de 80. Diversos autores como Ristoff, Dias Sobrinho e Leite, dentre outros, tratam dessa problemática.

Dentre as principais características da avaliação encontramos a seleção, a medida e a formação, conforme afirma Dias Sobrinho (2002). A seleção pressupõe medidas objetivas como provas, exames e testes que fazem parte, atualmente, do cotidiano escolar, empresarial e governamental. Mas, encontramos exemplos dessa característica da avaliação nos testes orais efetuados nas universidades da idade média, e testes escritos como o *baccalauréat*, o exame francês aplicado nacionalmente, a partir de 1808, para selecionar candidatos ao nível superior.

Já a avaliação formativa, segundo esse mesmo autor, diz respeito à construção coletiva da qualidade educativa e social, o que implica em ações globais, complexas, integradas e estruturadas, participativas e contínuas.

Afonso (2000) alerta que é preciso que haja um equilíbrio entre a avaliação subjetiva e objetiva, qualitativa e quantitativa combinando-se diferentes metodologias e instrumentos na perspectiva de se complementarem.

Basicamente, percebemos duas intenções, aparentemente antagônicas, em relação ao intuito de desencadear um processo avaliativo a respeito das IES: regulamentar ou formar.

Nas avaliações regulatórias percebe-se uma forte presença de mecanismos de controle, regulação, fiscalização e prestação de contas. Esse tipo de avaliação aparenta neutralidade e legitimidade por se respaldar em técnicas de apreensão e análise de indicadores quantitativos e mensuração de resultados. Para tal, são utilizados indicadores quantitativos dos aspectos mais facilmente visíveis e passíveis de quantificação: rendimento estudantil, quantidade de publicações, área construída, titulação dos professores, descrição do corpo docente, discente e funcionários, entre outros.

Já as avaliações *formativas* utilizam mecanismos para captar tanto os aspectos quantitativos como os qualitativos do processo educativo com o intuito de ir além da simples mensuração dos aspectos quantitativos, exibição e comparação de resultados. É por meio da participação da comunidade aliada ao rigor técnico que esse tipo de avaliação é legitimada. Desta forma, há uma grande preocupação com o processo como um todo, levando em consideração as diferenças e a complexidade das instituições.

Nessa perspectiva o documento publicado pelo MEC/INEP sobre o SINAES afirma que:

(...) a avaliação não se apresenta somente como prática produtora de juízos de fatos, de coleta de informação, medida e controle de desempenho. Seu processo requer reflexão tanto sobre a prática quanto sobre o objeto e os efeitos da avaliação, o que só pode ser feito através de juízos de valor. (SINAES..., 2004, p.17)

Não há necessariamente uma contradição entre as avaliações qualitativas e quantitativas, mas uma complementação, conforme abordado por Dias Sobrinho (2003, p.150):

A opção pela avaliação como controle (medida, balanço, o sentido dado, classificação, seleção, regulação etc.) ou como promoção de possibilidades (emancipação, melhora, formação, interpretação e produção de sentidos, construção, dinamização etc.) resulta de distintas concepções de mundo, que concorrem entre si, mas não se excluem e até mesmo se completam.

Portanto, a avaliação não pode ser compreendida de forma simplista como uma questão meramente técnica. Ela está impregnada de múltiplos significados e objetivos. A noção de avaliação ultrapassa o rigor técnico e abarca ampla representação política e fundamentação ética. Ela é um forte instrumento de poder e alvo de inúmeras disputas. Mas, não se pode negar os seus resultados que podem aumentar a consciência dos pontos fortes e fracos de indivíduos e instituições e com isto ajudar a promover a melhoria da qualidade educativa ou social ou, por outro lado, acirrar a competição e o individualismo. Também podem ser úteis na seleção de alunos e instituições, na distribuição e no uso de recursos públicos, na necessidade de dar fé pública e de produzir informações úteis para as tomadas de decisão. (DIAS SOBRINHO, 2008)

Neste sentido é importante observarmos nas experiências de avaliação da educação superior a intencionalidade e os resultados do processo como um todo.

É a partir dessa perspectiva teórica sobre avaliação que analisaremos as diversas experiências realizadas no âmbito das instituições de educação brasileiras.

Para que possamos entender melhor o caráter dessas experiências, faremos uma breve análise do contexto histórico, político e econômico no qual surgem as diferentes concepções de políticas avaliativas.

2.2 Contextualização da avaliação institucional

A evolução do processo de avaliação institucional não ocorre de forma autônoma, especialmente, em relação ao contexto econômico. Existe uma relação entre as necessidades educacionais de um país, o seu desenvolvimento econômico, político e cultural e as formas e funções que historicamente a avaliação assume.

É importante resgatarmos, em linhas gerais, alguns acontecimentos econômicos que marcaram profundamente os países industrializados e as ideias que influenciaram as políticas sociais, incluindo as reformas educacionais adotadas.

A partir da grande crise econômica ocorrida nos Estados Unidos em 1929, os fundamentos do chamado Estado de bem-estar social começaram a ser forjados.

A Europa, ainda bastante fragilizada e recém saída da primeira guerra mundial, tentava se recuperar quando os Estados Unidos foram atingidos por uma crise sem precedentes que se alastrou para o resto do mundo. A quebra da bolsa de valores de Nova York provocou uma grande recessão econômica. Altas taxas de inflação e elevado índice de desemprego assolaram os países ricos. Hobsbawn (2007, p. 97) descreve a situação em que se encontrava parte da Europa e os Estados Unidos: “no pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinham emprego”.

O receituário econômico da época, baseado em ideias liberais, perdia a sua credibilidade por não conseguir reverter a grave situação financeira. Até então, os economistas acreditavam que o mercado sozinho (como que guiado por uma “mão invisível”) garantia automaticamente o pleno emprego, isto é, a produção plena da economia, com toda a mão-de-obra disponível empregada, e praticamente sem capacidade ociosa. Era o chamado liberalismo econômico.

Em 1936, John Maynard Keynes publica o livro “Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda” defendendo a tese que o mercado não tinha condições de tirar a economia da depressão, recomendando a intervenção do Estado na economia, através de políticas de gastos públicos, de forma a elevar a demanda agregada de bens e serviços e atingir a produção plena da economia. (VASCONCELLOS; GARCIA, 2006)

Do final da 2ª guerra mundial, em 1945, até o primeiro choque do petróleo em 1973, os países industrializados conseguiram conjugar elevadas taxas de emprego, inflação baixa e estabilizada, grande liquidez e juros baixos. Esse Estado de bem-estar social, influenciado

pelas ideias de Keynes, garantia, também, o acesso da população aos serviços de saúde, educação e proteção social aos trabalhadores.

No entanto, essa situação não se mantém por muito tempo: os choques do petróleo de 1973 e 1979 desestabilizam novamente a economia mundial e a iminente crise fiscal coloca em xeque as ideias sobre o papel do Estado para a promoção social.

A partir dos anos setenta emerge, então, com grande vigor nos países mais desenvolvidos, com destaque para os de expressão anglo-saxônica, sinais de ruptura com o Estado de bem-estar social. Os governos do presidente Reagan dos Estados Unidos e da primeira ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, cortam drasticamente os investimentos nas áreas sociais e adotam políticas para combater os sinais de esgotamento das suas economias. Por um lado, assumem uma postura liberal em relação ao funcionamento da economia com destaque ao movimento a favor das privatizações e, por outro lado, adotam medidas de controle e regulação de diversas atividades econômicas, visando aumentar a oferta com menos gastos. Há, portanto, uma conjunção de políticas neoliberais e neoconservadoras, assim retratada por Dias Sobrinho (2004, p. 711):

No liberalismo e, atualmente, no neoliberalismo econômico e no neoconservadorismo político, prevalecem a liberdade de escolha, o individualismo, o empirismo e um tipo de sociedade de caráter predominantemente mercantil, competitivo e individualista. Ao passo que o neoliberalismo se refere à economia, preconizando liberdade nos processos para facilitar o livre comércio, o neoconservadorismo diz respeito a um maior controle por parte do Estado sobre o campo social e cultural.

Na educação superior, esse fenômeno se caracteriza pela forte presença do Estado, denominado por Guy Neave de “Estado Avaliador”, através de avaliações que normalmente são externas, com foco nos resultados e nos produtos, objetivando acirrar a competitividade entre as instituições e orientar os clientes.

A ideia é que os modelos de gestão de empresas privadas sejam adotados na esfera pública. Desta forma, as instituições de educação superior passam a ser mais controladas e fiscalizadas pelo Estado por diferentes tipos de avaliações: exames nacionais, avaliação institucional ou outros tipos de avaliação externa.

Segundo Dias Sobrinho (2002, p. 46), a avaliação assume as características de *accountability*: “uma forma tecnocrática de valorar e um procedimento burocrático de exigir o cumprimento das obrigações”. Esse tipo de avaliação, realizada por tecnocratas e não por

educadores, assemelha-se a uma prestação de contas aos governos e clientes, tem um caráter mais quantitativo e contábil e é utilizada para verificar se os resultados foram alcançados eficientemente. O que é coerente com as ideias neoliberais focadas na lógica do mercado.

Afonso (2009) afirma que os mecanismos de *accountability* são referenciados por neoliberais e neoconservadores, mas também por outras orientações ideológicas como os sociais democratas, trabalhistas etc. Já que existem diferentes tipos de *accountability*, dentre os quais um democraticamente avançado que inclui avaliação, prestação de contas e responsabilização, dentro de articulações congruentes que tenham como referência os seguintes valores: justiça, transparência, direito à informação, participação e cidadania. Esse sistema não pode ser reduzido a uma mera prestação de contas ou controle implicando na “valorização social, cultural e política dos processos de participação, negociação e justificação” (Afonso, 2009, p. 25) e na adoção de modelos de justiça e equidade social, educacional e avaliativa.

No entanto, sob a ótica neoliberal, “a educação, bem como o conhecimento e a formação, que são bens públicos, passam a ser entendidos como bens privados. Portanto, de interesse individual de cada cliente ou consumidor.” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 59).

A partir da década de 80, nos países desenvolvidos, os processos de avaliação e de regulação da educação superior ganham maior importância do ponto de vista político, como reflexo da acelerada dinâmica da economia globalizada aliada às facilidades das novas tecnologias de comunicação e informatização.

Nessa perspectiva, organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico associam os resultados da avaliação da educação com a possibilidade de liberação de financiamento aos países necessitados.

No Brasil, a década de 80 foi considerada, do ponto de vista econômico, como uma década perdida, em função dos inúmeros problemas econômicos enfrentados nesse período: hiperinflação, queda do crescimento do produto interno bruto (PIB), desemprego e aumento da dívida externa. Portanto, a liberalização, influenciada pelos pressupostos do *Consenso de Washington*¹, somente passou a ganhar contornos mais definidos a partir da década de 90, provocando aceleração no processo de privatização de empresas estatais e a abertura e a

¹ É uma relação de medidas liberalizantes e de ajustes sugerida para reformas nos países em desenvolvimento elaborada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial – organizações vinculadas a Washington.

desregulamentação dos mercados, diminuindo a participação e a intervenção do Estado na economia (DIAS SOBRINHO, 2002).

Para Santos (2004, p.24) “todos os condicionamentos políticos ditados pela idéia do bem público nacional estarão vulneráveis à contestação, sobretudo por parte dos investidores estrangeiros, que verão neles obstáculos ao livre comércio internacional”.

Como reflexo da situação econômica do país, o crescimento do número de IES e de matrículas foi bastante medíocre na década de 1980. No início da década de 1990, os planos de estabilização Collor I e II² provocaram uma grande recessão na economia, dando início a uma profunda reestruturação produtiva. Houve um severo corte nos custos das empresas para enfrentarem a nova política industrial³, que contemplava, entre outras medidas, reduzir os níveis de proteção tarifária e expor a indústria nacional à competição internacional (REGO; MARQUES, 2006). As IES privadas, bastante sensíveis ao quadro de recessão – queda do PIB e dos salários reais e aumento do desemprego –, apresentaram crescimento negativo nesse período.

A situação econômica do país somente se estabiliza após a implantação do Plano Real em julho de 1994, o que, no entanto, não se traduz em aumento do PIB, do emprego e da renda. O plano de desestatização, iniciado no Governo Collor, é intensificado nos governos de Itamar Franco e, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso. De 1991 a 2001, 68 empresas foram privatizadas e essa onda privatizante atinge outros setores da economia, como a educação e a saúde (REGO; MARQUES, 2006).

Em vários países latino-americanos, ocorrem reformas nas instituições de educação superior, seguindo o ideário neoliberal.

No Brasil, no final da década de 90, acentua-se o movimento de expansão da educação superior baseado na sua privatização e um decréscimo do número de IES públicas.

Dourado (2002, p. 241) afirma:

[...] nos anos 90, especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas são reorientadas por meio, entre outros processos, da reforma de Estado que [...] engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais.

² Plano Collor I (março de 1990) e Plano Collor II (janeiro de 1991).

³ Medida Provisória 158, de 15 de março de 1990.

De acordo com Chauí (1999) a reforma do Estado teve como pressuposto ideológico básico o mercado como portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Colocando os direitos sociais como a saúde, a educação e a cultura no setor de serviços definidos pelo mercado, encolhendo o espaço público democrático dos direitos sociais e ampliando o espaço do setor privado.

Silva (2001, p. 299) concorda que “a expansão do ensino privado é consequência da visão do mercado como critério universal” e acrescenta que “se isto estava confusamente embutido na opção dos governos da ditadura, agora trata-se de algo plenamente manifesto na vigência das escolhas neoliberais”.

De 1998 a 2006, há um extraordinário incremento de IES e de matrículas efetuadas sobretudo no setor privado. A média anual de aumento na quantidade de IES, no período de 2001 a 2006, é de 11,64%, sendo que a quantidade de matrículas efetuadas nas IES privadas aumentou 11,53% ao ano.

A quantidade de IES privadas saltou de uma participação de 70% do total das instituições do país em 1981 para 89% em 2006. Enquanto que a participação das IES públicas caiu de 30% em 1981 para 11% em 2006.

Tabela 1 – Evolução anual da quantidade de IES (1980–2006)

Ano	Quant. Total IES	% crescimento	Quant. IES Privadas	% IES privadas sobre Total	Quant. IES Públicas	% IES públicas sobre Total
1980	882	-	682	77%	200	23%
1981	876	-0,68%	617	70%	259	30%
1982	873	-0,34%	614	70%	259	30%
1983	861	-1,37%	615	71%	246	29%
1984	847	-1,63%	609	72%	238	28%
1985	859	1,42%	626	73%	233	27%
1986	855	-0,47%	592	69%	263	31%
1987	853	-0,23%	613	72%	240	28%
1988	871	2,11%	638	73%	233	27%
1989	902	3,56%	682	76%	220	24%
1990	918	1,77%	696	76%	222	24%
1991	893	-2,72%	671	75%	222	25%
1992	893	0,00%	666	75%	227	25%
1993	873	-2,24%	652	75%	221	25%
1994	851	-2,52%	633	74%	218	26%
1995	894	5,05%	684	77%	210	23%
1996	922	3,13%	711	77%	211	23%
1997	900	-2,39%	689	77%	211	23%
1998	973	8,11%	764	79%	209	21%
1999	1.097	12,74%	905	82%	192	18%

Ano	Quant. Total IES	% crescimento	Quant. IES Privadas	% IES privadas sobre Total	Quant. IES Públicas	% IES públicas sobre Total
2000	1.180	7,57%	1004	85%	176	15%
2001	1.391	17,88%	1208	87%	183	13%
2002	1.637	17,69%	1442	88%	195	12%
2003	1.859	13,56%	1652	89%	207	11%
2004	2.013	8,28%	1789	89%	224	11%
2005	2.165	7,55%	1934	89%	231	11%
2006	2.270	4,85%	2022	89%	248	11%

Fonte: MEC/INEP disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br:8080/sinaes/>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

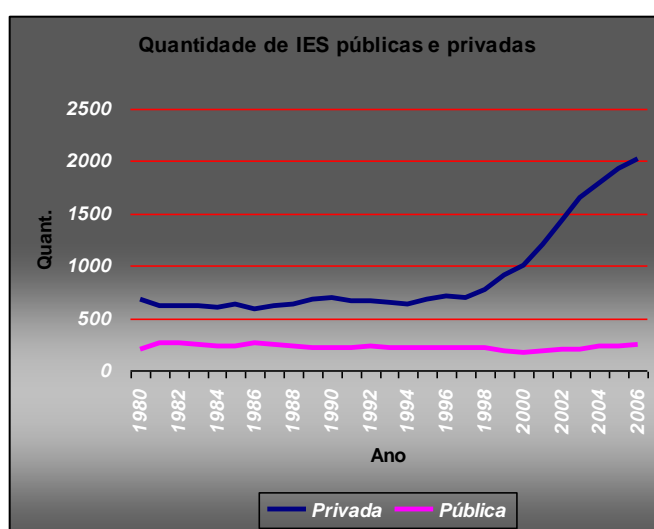


Gráfico 1: Evolução anual da quantidade de IES (1980-2006)

Fonte: MEC/INEP disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br:8080/sinaes/>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Tabela 2 - Quantidade de IES e de matrículas - Taxas médias anuais de crescimento (1980-2006)

Período	Total IES	Quant. Total Matrículas	Quant. Matrículas IES Privadas	Quant. Matrículas IES Públicas
1981 1990	0,41%	1,14%	0,88%	1,68%
1991 2000	2,67%	5,84%	6,73%	4,37%
2001 2006	11,64%	9,68%	11,53%	5,37%

Fonte: MEC/INEP disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br:8080/sinaes/>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

2.3 Histórico da avaliação institucional no Brasil

Sguissardi (1997) identifica a origem da avaliação da educação superior no Brasil no período nacional-desenvolvimentista, que vai do final dos anos 50 até o golpe militar de 1964. Ele afirma que naquela época ocorreu uma intensa mobilização da sociedade civil, especialmente do setor estudantil, provocando questionamentos sobre o modelo universitário brasileiro, incapaz de responder às exigências de seu tempo. Naquela ocasião:

[...] a proposta de uma revisão do projeto vigente foi, na realidade, resultado de uma avaliação, ainda que assistemática, do desempenho destas instituições acadêmicas acerca do papel e funções estabelecidas tendo em vista a mobilização social em torno das reformas de base de que a sociedade brasileira necessitava. (KIPNIS,1991, apud SGUISSARDI, 1997, p. 3)

No entanto, o golpe militar sepultou junto com os projetos de desenvolvimento econômico também os projetos de uma nova universidade gestados no seio de tão ricas avaliações assistemáticas (SGUISSARDI, 1997, p. 3).

De 1968 a 1973, no período conhecido como milagre econômico em função do crescimento da economia, há um aumento significativo da demanda por mão-de-obra qualificada para suprir as necessidades do mercado. Mas, passada a fase de euforia econômica, amplia-se o quadro inflacionário e aumenta o desemprego dos bacharéis e licenciados.

Começa, então, a ser discutida, no âmbito do governo e das universidades, a necessidade de uma nova reforma universitária com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e revalorizar os títulos. Aliado a esse fato, proliferavam os movimentos sociais contra a ditadura militar, a favor da redemocratização do país e da anistia aos presos políticos que, segundo Sguissardi (1997), conduziram o governo a responder com ameaças de privatização efetiva do Ensino Superior Público, e com a transformação das Universidades Autárquicas em Fundações.

O governo elaborou propostas vinculando a distribuição dos recursos do Tesouro Nacional aos resultados de uma avaliação, “claramente pautada em moldes centralizadores, burocráticos, autoritários e efficientistas” (SGUISSARDI, 1997, p. 51).

Na visão de Silva (2001, p.295) há uma preocupação dos governos durante o período da ditadura militar para ampliar as vagas da universidade sem a necessidade de realizar um investimento significativo. Ele afirma que “a ditadura encontrou na expansão do ensino privado tanto um meio de se desonerar da responsabilidade educativa quanto um instrumento ideológico eficaz para a adaptação do alunado às regras de comportamento político (ou apolítico) vigentes”.

Em 1977, a Fundação Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação, inicia o processo de avaliação de todos os cursos de mestrado e doutorado do país.

As primeiras iniciativas para realização de avaliação dos cursos de graduação datam do início da década de 80, através do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) em 1983, da Comissão Nacional para a Reforma da Educação Superior em 1985 e do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) em 1986. Seguem, na década de 90, com a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) em 1993, substituído em 1995, pelo Exame Nacional de Cursos (ENC).

Atualmente, as instituições de educação superior (IES) brasileiras passam pelo processo de avaliação definido como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Este sistema foi amplamente discutido pela comunidade acadêmica e membros da sociedade civil e aprovado no Congresso Nacional. Foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, o aumento da eficácia institucional e a responsabilidade social das IES, por meio da valorização da missão pública das IES, dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Para que esses objetivos pudessem ser alcançados, o MEC estabeleceu uma série de medidas para conduzir o processo avaliativo. Criou um órgão para coordenar e supervisionar o SINAES, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que promove atividades com o intuito de auxiliar e estimular a efetiva participação das IES no novo processo de avaliação, conforme atribuições previstas na portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Manteve o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na condução das avaliações externas de credenciamento e re-credenciamento dos cursos de graduação e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Estabeleceu a obrigatoriedade da criação de uma comissão interna para conduzir o processo de avaliação em cada IES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por membros

da comunidade acadêmica: professores, funcionários, estudantes e membros da sociedade civil.

Durante a fase inicial de implantação do sistema, muitas dificuldades de ordem prática surgem tanto por parte das IES como por parte do MEC. As principais dificuldades relatadas durante as entrevistas com as IES do município de Sorocaba são: falta de pessoal especializado, falta de instrumentos técnicos adequados para o tratamento de um grande volume de informações, limitação de prazos para a entrega de relatórios. Por parte do MEC as dificuldades se referem à implantação do novo sistema em âmbito nacional.

No entanto, mesmo com tais dificuldades observa-se uma grande mobilização nas IES: professores, funcionários, estudantes e dirigentes das IES contribuem de diferentes maneiras para a consolidação desse novo sistema de avaliação.

Uma parcela importante da comunidade acadêmica se entusiasma e apóia o novo sistema, vislumbrando a possibilidade de se criar uma cultura de avaliação participativa e democrática.

A melhoria da qualidade da educação aparece como um objetivo unânime, embora difícil de traduzir em conceitos unívocos. Um primeiro passo nessa direção passa por um processo contínuo de avaliação que requer uma comunicação clara, objetiva e transparente entre os membros da comunidade acadêmica permitindo a identificação dos aspectos positivos e negativos existentes na instituição.

No entanto, a partir de 2008 o MEC promove alterações no SINAES.

A literatura sobre a avaliação institucional apresenta o seu caráter dinâmico, complexo e multifacetado e seu importante papel tanto na regulação, como na melhoria da educação. Neste contexto, a investigação sobre a recente prática da avaliação participativa e formativa nas IES brasileiras é relevante para refletirmos e visualizarmos alternativas para os problemas existentes nos sistemas de avaliação educacionais brasileiros.

Nas experiências realizadas no Brasil, até este momento, há a predominância e alternância de concepções distintas na condução dos programas de avaliação. De um lado, processos avaliativos conduzidos sob a ótica do papel do Estado como agente regulador e controlador das atividades educativas exercidas pelas IES. De outro lado, a ideia de uma avaliação formativa como um processo inerente à vida da comunidade acadêmica, projetada e sustentada como uma necessidade para a melhoria educativa e institucional.

O Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Conselho Federal da Educação (CFE) criou em 1983, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), cujas atividades foram encerradas no ano seguinte por falta de apoio do próprio MEC. No entanto, a

iniciativa foi importante por se constituir um marco na trajetória da avaliação da educação superior.

Segundo Almeida Júnior (2004), este programa foi desenvolvido, principalmente, por pesquisadores ligados à comunidade universitária e alicerçado em levantamentos e análises das condições concretas das instituições para posterior avaliação comparativa do sistema da educação superior.

No curto espaço de tempo em que o programa vigorou foi realizada a primeira pesquisa nacional nas universidades brasileiras para diagnóstico dos seus problemas e dos “impactos causados pela Lei nº 5.540/1968 quanto à estrutura administrativa, à expansão das matrículas e à sua caracterização, à relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, características do corpo docente e técnico-administrativo e vinculação com a Comunidade” (SINAES..., 2004, p.19).

Em 1985, durante o Governo do Presidente José Sarney, foi criada a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior⁴ com o objetivo de analisar a grave crise do ensino superior e propor soluções. Essa comissão, composta por 24 membros⁵ muito diferenciados entre si quanto a sua formação e atuação profissional, produziu o documento intitulado “Por uma nova política para a educação Superior Brasileira”.

De acordo com esse documento, a multiplicidade de origem dos seus membros imprimiu um sentido ecumênico como síntese de múltiplas visões da Educação brasileira. (COMISSÃO...,1985)

No entender de Cunha (2001, p. 291) essa heterogeneidade marcante produziu “um conjunto de textos a propósito de questões desencontradas, base de um relatório conforme as diretrizes implícitas do ministério, seguido de votos em separado.”

Interessante observar a lista de problemas elencados nesse documento como: professores mal remunerados, carência de equipamentos, laboratórios e bibliotecas, deficiências na formação profissional dos alunos, descontinuidade das pesquisas, discriminação social no acesso às universidades, sistemas antidemocráticos de administração

4 Decreto nº 91.177 de 29 de março de 1985.

5 Essa comissão contou com pessoas oriundas das mais variadas áreas do ensino e da pesquisa, professores, estudantes, industriais e sindicalistas: Caio Tácito – Presidente, Simon Schwartzman – Relator, Amílcar Tupiassu, Bolívar Lamounier, Carlos Nelson Coutinho, Clementino Fraga Filho, Dom Lourenço de Almeida Prado, Edmar Lisboa Bacha, Eduardo de Lamônica Freire, Fernando Jorge Lessa Sarmiento, Francisco Javier Alfaya, Guiomar Namó de Mello, Haroldo Tavares, Jair Pereira dos Santos, Jorge Gerdau Johanpeter, José Leite Lopes, José Arthur Giannotti, Luiz Eduardo Wanderley, Marly Moysés Silva Araújo, Paulo da Silveira Rosas, Roberto Cardoso de Oliveira, Romeu Ritter dos Reis, Ubiratan Borges de Macedo, José Eduardo Faria - Secretário Executivo. (COMISSÃO...,1985).

e escolha de quadros dirigentes, crise financeira e pedagógica do ensino privado, excesso de controles burocráticos nas universidades públicas e pouca clareza na prevalência do sistema de mérito na seleção e promoção de professores.

De forma geral, a comissão propõe algumas medidas para a resolução desses problemas:

- Reformular o Conselho Federal de Educação, que será responsável pelo acompanhamento contínuo do desempenho do ensino superior e pela criação de mecanismos de avaliação.
- Consolidar a autonomia e a democracia interna das universidades. No plano acadêmico, com liberdade para estabelecerem o conteúdo dos cursos, pesquisas e atividades de extensão, a estrutura departamental, o sistema de créditos, com o mínimo de ingerências externas. No plano administrativo⁶, com a eleição das autoridades máximas – reitor e vice-reitor nas universidades, e diretores nos estabelecimentos isolados. No plano financeiro, com dotações orçamentárias globais fixadas em função de avaliações promovidas pelo Conselho Federal de Educação.
- Alterar os mecanismos de financiamento, atrelando-os ao desempenho nas avaliações.
- Democratizar o acesso ao ensino superior, o que depende da universalização do ensino de primeiro grau, com recursos específicos a ele vinculados, bem como da eliminação dos obstáculos existentes para o acesso ao ensino de segundo grau de qualidade.
- Fortalecer a pesquisa científica e a pós-graduação.
- Ajustar o ensino de graduação às necessidades presentes e futuras do País, cabendo às universidades buscar os conteúdos de disciplinas e a abertura de carreiras que sejam mais adequadas às necessidades do País, e que atendam aos interesses de seus alunos.

A comissão propõe que a avaliação seja elaborada com base nas experiências internacionais, geralmente agrupadas nas seguintes modalidades: cursos, alunos, professores, aspectos didático-pedagógicos, servidores técnicos e administrativos, e carreiras.

Embora a comissão não tenha explicitamente mencionado o termo acreditação⁷, na visão de Barreyro e Rothen (2008, p. 141) foi sugerida, nesse documento, a criação de um sistema de acreditação para o controle do funcionamento das instituições isoladas com duas possibilidades:

6 Não houve consenso na Comissão quanto aos limites da autonomia que as instituições superiores públicas devem ter na escolha de seus dirigentes máximos.

7 O termo acreditação surge de “accreditation”: avaliação da educação superior realizada nos Estados Unidos através de agências constituídas e mantidas pelas próprias universidades e associações profissionais.

- a) Para funcionarem, as faculdades isoladas deveriam passar por um processo de acreditação pelas Universidades próximas. Assim, as Universidades, ao supervisionarem o trabalho dessas instituições teriam a condição de garantir a qualidade dos diplomas emitidos por elas;
- b) As instituições isoladas poderiam formar redes por áreas de conhecimento com abrangência nacional ou regional e estariam sujeitas à supervisão e à acreditação por órgãos normativos.

Cunha (2001) segue nessa mesma linha de pensamento e acrescenta que, se as medidas propostas por essa comissão fossem implementadas, haveria uma mudança de rota na estrutura da educação superior, orientada até então pelo modelo napoleônico⁸, o que a aproximaria do modelo americano através de medidas como a ênfase nos cursos de graduação de caráter geral e a descentralização da supervisão das faculdades isoladas com a transferência dessa responsabilidade para as universidades e autonomia para determinar sistema de créditos, departamentos.

No entanto, praticamente após um ano, foi criado o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES)⁹ para dar continuidade ao trabalho iniciado pela Comissão Nacional de forma a preparar as medidas administrativas e legais da reforma educacional. O GERES altera substancialmente o documento da Comissão Nacional, elaborando uma proposta de reforma da educação superior com sugestões de privatização das universidades públicas, diversidade na oferta das vagas e autonomia atrelada ao desempenho das instituições.

Isso repercutiu de forma polêmica no meio acadêmico instigando a discussão e a elaboração de propostas alternativas.

Em 1993, a Secretaria de Educação Superior (SESu) cria o PAIUB, com o apoio da comunidade acadêmica, especialmente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES).

8 A universidade napoleônica é caracterizada por ser cartesiana, tecno-profissional e guia crítico-espiritual do Estado (moderno), e se contrapõe aos princípios do modelo de universidade humboldiana: formação através da pesquisa; unidade entre o ensino e pesquisa; interdisciplinaridade; autonomia e liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário (PEREIRA, 2009)

9 Foi criado um grupo interno no MEC conforme Portaria nº 100, de 6 de fevereiro de 1986, instalado pela Portaria nº 170, de 3 de março de 1986 com os seguintes membros: Antônio Octávio Cintra e Getúlio Carvalho, secretários gerais adjuntos do Ministério da Educação; Sérgio Costa Ribeiro, coordenador do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU); Edson Machado de Souza, diretor da Capes; e Paulo Elpidio Menezes Neto, Secretário de Educação Superior. (SWARTZMAN, 1988)

As experiências de avaliação institucional desenvolvidas espontaneamente por algumas universidades públicas, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foram utilizadas como parâmetro para a criação do PAIUB.

Esse programa contou com ampla adesão voluntária das universidades brasileiras, tendo a auto-avaliação como etapa inicial do processo que se estendia a toda a instituição, finalizando com a avaliação externa. Segundo o documento do SINAES:

Estabeleceu uma nova forma de relacionamento com o conhecimento e a formação e fixou, em diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, novos patamares a atingir. Embora sua experiência tenha sido curta, conseguiu dar legitimidade à cultura da avaliação e promover mudanças visíveis na dinâmica universitária. (SINAES..., 2004, p. 19-20)

Mas essa iniciativa, democrática, perde o apoio oficial do MEC a partir de 1995, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, transformando-se em um processo de avaliação meramente interno às instituições, e é substituída por outros mecanismos de avaliação: o Exame Nacional de Cursos (ENC)¹⁰, conhecido como “Provão”, realizado por concluintes de cursos de graduação; o questionário sobre condições socioeconômicas do aluno e suas opiniões sobre as condições de ensino; a Análise das Condições de Ensino; e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários que não chegou a ser colocada em prática.

O ENC era um exame obrigatório, pois o recebimento do diploma pelo aluno era condicionado à sua participação. Mas o que contava era a presença do aluno no dia da prova e não o preenchimento da prova. Assim, muitos a boicotavam, deixando-a em branco. Os resultados dessa avaliação eram expressos através dos conceitos A (cursos com melhor desempenho) até E (cursos com pior desempenho). Esses conceitos eram agregados aos resultados da Avaliação das Condições de Ensino (ACE) que davam origem ao *ranking* nacional das IES (LEITE, 2005).

Esses resultados eram amplamente divulgados pela mídia como instrumento de classificação das instituições de educação superior, promovendo o acirramento da concorrência entre elas e provocando inúmeras críticas pela sua falta de transparência e de objetividade.

¹⁰ Lei nº 9.131/1995 e nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Surge, então, uma nova proposta germinada no bojo de ampla discussão e contribuições de diversos setores da comunidade acadêmica no sentido de resgatar algumas experiências deixadas pelo PAIUB.

2.4 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Em 14 de abril de 2004, a Lei nº 10.861 institui o novo sistema de avaliação da educação superior, SINAES, cujos objetivos são:

- melhoria da qualidade da educação superior;
- orientação da expansão da oferta educacional;
- aumento da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- promoção dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Fica instituída, também, no âmbito do MEC, a CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. Essa comissão, com o apoio técnico do INEP, estabelecerá as formas de acompanhamento do processo de auto-avaliação.

A finalidade do SINAES aparece descrita na lei de forma bastante clara e objetiva, evidenciando a necessidade de melhoria da educação superior e da promoção dos compromissos e responsabilidades sociais das IES.

Há também muitas evidências sobre a necessidade de assegurar a participação democrática no momento da elaboração desse sistema e na sua aplicação. Como verificamos no Art. 2º item IV “a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações”.

A análise do documento publicado pelo INEP, em setembro de 2004, *Da concepção a regulamentação do SINAES*, mostra que o atual sistema de avaliação é fruto de consultas¹¹ e contribuições da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, conforme verificamos abaixo:

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, aprovada na Câmara dos Deputados por virtual unanimidade e, no Senado, por ampla maioria, é, pois, resultado da convergência do texto da CEA¹² com as preocupações da comunidade acadêmica, da sociedade e dos seus representantes no parlamento e no governo. (SINAES..., 2004, p.7)

¹¹ Audiências públicas, conforme nota 13.

¹² Comissão Especial de Avaliação.

Este fato é relevante na afirmação dos princípios de participação democrática que moldaram o sistema de avaliação, garantindo-lhe uma forte sustentação.

Como princípios norteadores dos trabalhos da Comissão Especial de Avaliação (CEA), encarregada da elaboração da proposta de reforma do sistema de avaliação da educação superior, destacam-se: a regulação do Estado, para fomentar e supervisionar o sistema educacional em seu conjunto, e o restabelecimento da missão pública do sistema de educação brasileiro, respeitando sua diversidade, mas tornando-o compatível com as exigências de qualidade, relevância social e autonomia requeridas para a formação de cidadãos, profissional e cientificamente, competentes e comprometidos com o projeto social do País.

Notamos a preocupação da comissão em enfatizar a importância da educação superior na formação acadêmico-profissional, nas atividades de pesquisa científica e tecnológica, no desenvolvimento econômico e social e na formação ética e cultural mais ampla. Destaca-se o seu papel estratégico nas políticas públicas orientadas para a cidadania democrática, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

A importância da Educação Superior no conjunto das políticas públicas tem sido crescentemente reconhecida, não apenas em função do seu valor instrumental para a formação acadêmico-profissional, para as atividades de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico e social ou pela sua contribuição para a formação ética e cultural mais ampla, mas igualmente em função do lugar estratégico que ocupa nas políticas públicas orientadas para a cidadania democrática, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. (SINAES..., 2004, p.10)

Neste sentido, algumas diretrizes foram traçadas:

- a) transformar e aproximar a educação superior dos anseios da sociedade por um país democrático, garantindo a participação dos cidadãos na definição dos projetos de seu desenvolvimento;
- b) preservar a liberdade e pluralidade de ideias próprias do exercício acadêmico;
- c) valorizar as IES como instituições estratégicas para a implementação de políticas setoriais, nas áreas científica, tecnológica e social;
- d) afirmar o papel do Estado na constituição do sistema nacional de Educação Superior, comprometido com a melhoria de sua qualidade, tendo as universidades públicas como referência do sistema;

- e) recredenciar periodicamente as instituições públicas e privadas;
- f) valorizar a missão pública no âmbito local, regional e nacional com o objetivo de melhorar a qualidade acadêmica e a gestão institucional (SINAES..., 2004).

Segundo o documento em análise, a intenção do SINAES é superar o grande desafio de: “conciliar as exigências de qualidade e inovação com as necessidades de ampliar o acesso e diminuir as assimetrias sociais” (SINAES..., 2004, p. 15). Além de se posicionar contra propostas e práticas avaliativas guiadas pela lógica da eficiência, competitividade e racionalidade do mundo econômico, cujo foco está somente nos resultados.

As 38 entidades representativas de diversos setores da sociedade, especialmente, as relacionadas com a Educação Superior¹³, que foram ouvidas em audiências públicas, corroboraram a ideia de que a avaliação é um importante instrumento para a identificação de problemas, correção de erros e implantação de mudanças, visando à melhoria da qualidade da educação de forma contínua e dinâmica, e deve conjugar periodicamente avaliação interna e externa.

A avaliação externa deve considerar os resultados da auto-avaliação para acatar ou reformular as metas definidas e os caminhos trilhados pela instituição, constituindo-se um referencial para o planejamento e a gestão fortalecendo os projetos acadêmicos e pedagógicos (SINAES..., 2004).

¹³ Foram as seguintes entidades que se manifestaram nas audiências públicas: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefets), Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Fórum de Conselhos Estaduais de Educação, Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (Forplad), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Associação Nacional de Faculdades e Institutos Superiores (Anafi), União Nacional dos Estudantes (UNE), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (Forgrad), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), Associação Brasileira de Ensino Odontológico (Abeno), Associação Nacional de Pós-Graduação, Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (Abenge), Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Angrad), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Sociedade Botânica do Brasil (SBB), Associação Brasileira de Ensino Profissional (Asbrepo), Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), Associação Brasileira de Engenharia e Urbanismo (Abeau), Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), Sociedade Astronômica Brasileira (SAB), Associação Brasileira de Ensino Médico (Abem), Fórum das Executivas e Federações de Cursos. Também foram convidadas as seguintes entidades: Associação Nacional dos Estudantes de Pós-Graduação (ANPG), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Força Sindical (FS), Movimento dos Sem-Terra (MST).

Em diversos trechos desse documento (SINAES), encontramos a preocupação com a participação democrática para garantir a legitimidade do processo avaliativo, como podemos constatar:

Todas as instituições, independente de suas formas organizacionais, dependência administrativa e natureza jurídica, e, idealmente, todos os membros da comunidade educativa – professores, estudantes, funcionários, ex-alunos e outros grupos sociais concernidos – devem se envolver, juntamente com os representantes do governo, nos processos avaliativos, realizando ações coletivamente legitimadas. Uma das críticas mais constantes que se fazem às práticas avaliativas vigentes nestes últimos anos consiste no uso de instrumentos aplicados a objetos isolados e que conduzem a uma visão parcial e fragmentada da realidade. Assim, eles não estariam dando conta da riqueza e da complexidade da educação, nem do sistema e tampouco de uma instituição educativa. (SINAES..., 2004, p.84)

É importante, também, identificar os princípios e critérios do SINAES:

1. *Educação é um direito social e dever do Estado.* Este princípio confere responsabilidade social às instituições de educação superior e obrigação de regulamentação ao Estado.

O Estado deve assegurar aos cidadãos o cumprimento das responsabilidades das instituições de educação superior no que se refere à formação acadêmico-científica, profissional, ética e política dos estudantes, à produção de conhecimentos e promoção do avanço da ciência e da cultura.

Notamos que responsabilizar socialmente as IES é uma outra maneira de afirmar que a educação não é uma mercadoria. No entanto, a responsabilidade social está muito distante de uma obrigação concreta e real.

2. *Valores sociais historicamente determinados.* A qualidade da educação tem como principais parâmetros a relevância da formação educacional e a produção de conhecimentos para o desenvolvimento da sociedade e da ciência de acordo com os valores historicamente determinados. A autonomia se expressa na liberdade para criar, pensar, criticar, aprender, produzir conhecimentos e uma das condições da avaliação.

3. *Regulação e controle.* Para superar a concepção e a prática da regulação como mera função burocrática e legalista, é necessário construir uma outra lógica, com um outro sentido filosófico, ético e político: que a regulação não se esgote em si mesma, e, principalmente, articulada à avaliação educativa propriamente dita, seja também uma prática formativa e construtiva.

4. *Prática social com objetivos educativos.* Os objetivos da avaliação devem ser educativos, no sentido da melhoria da qualidade e produção acadêmicas. Não como mero

controle, mas como forma de melhorar o cumprimento dos compromissos institucionais, por meio da elevação da consciência pedagógica e da capacidade profissional dos docentes, da produção de conhecimentos e da análise crítica do conjunto de práticas e dinâmicas institucionais.

Esse processo educativo parte de um minucioso diagnóstico da situação acadêmica com o intuito de compreender, interpretar e construir uma nova realidade.

“Concebida a Educação Superior na perspectiva do direito social e dever do Estado, portanto plenamente orientada por valores públicos, a avaliação educativa deve ser conseqüentemente um processo democrático e participativo”. (SINAES..., 2004, p.89)

5. *Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado.* A avaliação da educação superior deve respeitar o pluralismo, a alteridade e as diferenças institucionais, já que cada instituição constrói a sua própria história.

6. *Globalidade.* Em nível de Estado, os diversos instrumentos de regulação e de avaliação devem se articular em um sistema integrado de forma consistente que possibilite uma visão global da educação superior.

7. *Legitimidade.* Avaliação precisa ter legitimidade técnica garantida pela teoria, instrumentos e metodologia adequados, aliada à legitimidade ética e política que asseguram o respeito à pluralidade, à participação democrática e à competência profissional.

8. *Continuidade.* Os processos de avaliação devem ser contínuos e permanentes, criando uma cultura da avaliação educativa internalizada no cotidiano.

De acordo com o documento da CONAES, *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, publicado pelo INEP em 2004, o processo de avaliação do SINAES engloba e articula três instrumentos avaliativos em diferentes momentos:

- 1) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) composta por duas etapas: a auto-avaliação - coordenada pela CPA de cada IES, e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.
- 2) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.
- 3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais (SINAES..., 2004a).

Daremos particular atenção ao processo de auto-avaliação, objeto de análise do nosso trabalho.

O principal objetivo da auto-avaliação é identificar fragilidades e potencialidades da instituição, tornando-se um importante instrumento de gestão. O relatório final da CPA deverá conter análises, críticas e sugestões. Portanto, é um processo contínuo de autoconhecimento institucional a fim de melhorar a qualidade educativa com relevância social.

Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. (SINAES..., 2004a, p.6)

Para que o processo de auto-avaliação obtenha os resultados desejados, a CONAES aconselha que as instituições se responsabilizem por:

- Criar a CPA, de acordo com o art.11 da Lei 10.861/04, para planejar e organizar as atividades, manter o interesse da comunidade pela avaliação, assessorar os diferentes setores da IES, e refletir sobre o processo de avaliação.
- Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o processo de avaliação para que auxiliem na construção do conhecimento gerado na avaliação.
- Garantir o compromisso e apoio dos dirigentes das IES em relação ao processo avaliativo para que o processo ocorra com a profundidade e seriedade necessárias.
- Garantir a fidedignidade das informações em todas as suas fases: coleta, processamento, análise e interpretação dos dados.
- Utilizar os resultados da avaliação através do planejamento de ações para a superação de dificuldades e o aprimoramento institucional. Para tal, é importante planejar de modo compartilhado as metas de curto, médio e longo prazos.

A CONAES, também, afirma que os resultados da auto-avaliação serão submetidos ao olhar externo de especialistas, salientando que:

Uma visão externa à IES pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pela dos agentes internos, atuando como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC. A avaliação externa exige a organização, a sistematização e o inter-relacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas, além de juízos de valor sobre a qualidade das práticas e da produção teórica de toda a instituição. (SINAES..., 2004a, p.8)

Assim, as IES deveriam desenvolver a sua auto-avaliação, respeitando as seguintes etapas: (SINAES..., 2004a, p. 12)

1ª Etapa: Preparação

- Constituição de CPA
- Sensibilização
- Elaboração do Projeto de Avaliação

2ª Etapa: Desenvolvimento

- Ações
- Levantamento Dados e Informações
- Análise das Informações. Relatórios Parciais

3ª Etapa: Consolidação

- Relatório
- Divulgação
- Balanço Crítico

Na primeira etapa do processo de auto-avaliação, as IES constituirão a CPA responsável pela coordenação e articulação do processo de auto-avaliação, bem como pela divulgação das informações. Ela deverá ter representantes do corpo docente, discente, técnico-administrativo, e também, da sociedade civil organizada. As IES poderão definir livremente a quantidade de membros, a forma de composição, a duração do mandato, a dinâmica de funcionamento e o modo de organização das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs).

No entanto, a CONAES adverte que a sustentação e a legitimidade da CPA somente serão possíveis através da participação e do interesse da comunidade acadêmica, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa, não devendo, sob hipótese alguma, haver substituição da participação da comunidade acadêmica pelo apoio de assessores externos.

As IES devem elaborar um projeto de avaliação – com objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas – que deve ser discutido com a sua comunidade acadêmica.

Campanhas de sensibilização através da realização de reuniões, palestras, seminários etc. são fundamentais para buscar o envolvimento da comunidade na construção desse projeto. A sensibilização da comunidade deve fazer parte do cotidiano das instituições para motivar professores, funcionários e estudantes.

É fundamental assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos.

Após a definição e execução das atividades para a coleta e análise das informações, as CPAs devem elaborar e divulgar para a comunidade acadêmica, inclusive os avaliadores externos e a sociedade, um relatório final com o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados, e, se estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes.

A CONAES afirma que é desejável que o relatório final apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

O ciclo de auto-avaliação encerra-se pela reflexão das estratégias utilizadas, dificuldades e avanços, permitindo dar continuidade ao processo e planejar novas ações.

A auto-avaliação torna-se, assim, um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

2.5 Dimensões da avaliação institucional

A avaliação das instituições de educação superior contempla diferentes dimensões institucionais, dentre as quais algumas são obrigatórias, conforme o art. 3º da Lei 10.861:

I – A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

II – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

III – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

IV – A comunicação com a sociedade.

V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

VI – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

VII – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

VIII – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

IX – Políticas de atendimento aos estudantes.

X – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

2.6 Recentes mudanças no SINAES

O SINAES amplamente debatido e aprovado em 2004 sofreu uma série de alterações a partir de final de 2007.

Em 12 de dezembro de 2007, o MEC instituiu um novo indicador nacional dos cursos de graduação, o Conceito Preliminar de Curso (CPC), conforme Portaria Normativa n. 40. Esse conceito, que varia de 1 a 5, é um indicador prévio da qualidade dos cursos de graduação e tem por objetivo subsidiar a renovação de reconhecimento dos cursos e estabelecer a dispensa da visita in loco por avaliadores do INEP nas instituições que obtiverem um conceito acima de 3.

Esse indicador poderá ser ratificado ou alterado durante as visitas in loco realizadas pelas comissões de avaliadores nas instituições que obtiverem conceito 1 e 2, e naquelas com conceito acima de 3, mas que optarem por receber essa visita. Após esse processo, o conceito consolidado e permanente, será divulgado anualmente em conjunto com os resultados do Enade.

O cálculo para compor o CPC utiliza as seguintes variáveis: 30% para Insumos (cadastro docente e questionário sócio-econômico), 40% para o Enade e 30% para o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado – IDD.

Em setembro de 2008, o MEC cria por meio da Portaria Normativa n. 12, um novo parâmetro para servir de referencial para as comissões de avaliação institucional: o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC) a ser divulgado anualmente, cujo cálculo é realizado pela média ponderada do CPC e das notas dos programas de pós-graduação. Nas IES que não têm cursos ou programas de pós-graduação o IGC será calculado somente pela média ponderada do CPC.

Barreyro (2008a, p. 863) analisando o IGC alerta para a necessidade de observarmos as concepções que são encobertas pelas discussões de caráter meramente técnico.

[...] o IGC não surge somente como um índice destinado a resolver os problemas operacionais de avaliar os 22.000 cursos de graduação do país; se assim fosse, não teria tido a ampla repercussão na mídia que teve. Ele veio também, ou principalmente, para possibilitar *rankings* de Instituições de Educação Superior (IES)[...].

Leite (2008, p. 834) afirma que as IES foram surpreendidas com a divulgação na mídia do *ranking* nacional do seu desempenho sob a ótica de indicadores produzidos pelo SINAES. Salienta que a lei original que fundamenta o SINAES não contemplava o ranqueamento e que isso vai contra o “seu caráter formador, de valorização da avaliação interna e da auto-análise das IES”.

Conforme observamos, os principais jornais do país publicaram o *ranking* das IES que participam do SINAES: “o Ministério da Educação divulga pela primeira vez um índice classificatório das instituições de ensino superior do País, o Índice Geral de Cursos. O objetivo do ministério é atualizá-lo anualmente”. (*RANKING*, 2008)

Sigla	Instituição	UF	Administração	Pontuação	Conceito
SLMANDIC	Faculdade de Odontologia São Leopoldo Mandic	SP	Privada	482	5
FGV-EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo	SP	Privada	458	5
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica	SP	Federal	453	5
ISE Vera Cruz	Instituto Superior de Educação Vera Cruz	SP	Privada	446	5
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	SP	Federal	439	5
Ibmec	Faculdade Ibmec São Paulo	SP	Privada	431	5
FAMERP	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	SP	Estadual	430	5
FACAMP	Faculdade de Administração de Empresas	SP	Privada	418	5
FSB	Faculdade de São Bento	SP	Privada	411	5
Facamp	Faculdade de Ciências Econômicas	SP	Privada	396	5
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	SP	Federal	390	4
FCMSCSP	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa São Paulo	SP	Privada	375	4
FAFRAM	Faculdade Doutor Francisco Maeda	SP	Privada	370	4
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	SP	Privada	369	4
SINGULARIDADES/I:	Instituto Superior de Educação de São Paulo	SP	Privada	367	4
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	SP	Estadual	365	4
ESAGS	Escola Superior de Administração e Gestão	SP	Privada	358	4
FAE-FAAP	Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado	SP	Privada	351	4
FADISP	Faculdade Autônoma de Direito	SP	Privada	350	4

Entenda o índice do MEC

A pontuação (de 0 a 500) foi dada a 173 universidades, 131 centros universitários e 1.144 faculdades, representando 78,8% de todo o ensino superior. Para tanto, foram usados os conceitos obtidos com base no Exame Nacional de Desempenho do Estudante e, para a pós-graduação, o conceito fixado pela Capes. USP e Unicamp optaram por não participar do Enade, e portanto não têm conceito

Fonte: Estadão. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/ranking-do-ensino-superior,29178.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

Sguissardi (2008, p. 857) vê o CPC e o IGC como exemplo de um modelo de regulação que contradiz frontalmente os objetivos básicos do SINAES, que deveria ser a gradativa implementação da cultura de avaliação nas IES.

O *ranking* das IES do país - que decorre da aplicação do IGC - divulgado "com festa" pela grande mídia poucos dias após a criação deste índice, está sendo visto por muitos especialistas que ajudaram a elaborar e implantar o SINAES como sua mais completa negação.

Zainko (2008), seguindo a mesma linha de raciocínio, aponta como um dos problemas do SINAES, especificamente ancorado no MEC, a crença na eficácia dos índices de desenvolvimento elaborados a partir de indicadores quantitativos passíveis de ranqueamento. Ela sinaliza que essa concepção revela, de uma forma geral, uma precária cultura de avaliação institucional, insuficiência de pessoal capacitado para avaliações participativas e para análise dos relatórios enviados pelas IES, dificuldades para a composição política da CONAES. Especificamente, no âmbito interno das IES, constata problemas políticos na indicação dos membros das CPAs, insuficiência de pessoal capacitado em avaliação e falta de

discussões internas e problemas para a realização da auto-avaliação. Ela conclui que as mudanças realizadas no SINAES sepultaram seus principais fundamentos.

Neste sentido Leite (2008, p. 840) corrobora Zainko, quando analisa a questão por uma ótica pessimista, acrescentando que os *rankings* funcionarão como um desestímulo para a continuidade do processo liderado por aquelas CPAs em fase de amadurecimento e portanto com pouca estrutura e preparo. Conclui que essas alterações estariam solapando os fundamentos do SINAES e conseqüentemente ameaçando a existência das CPAs e da auto-avaliação: “o *vero cuore* do SINAES, o processo de avaliação feito dentro da IES, liderado pela CPA, está ameaçado em sua sobrevivência.”

Porém, numa perspectiva otimista Leite acredita que as instituições de educação superior que já possuem CPAs plenamente formadas com base em forte cultura da avaliação “não irão se intimidar com os *rankings* e possível enfraquecimento do SINAES como programa idealizado”.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR, DEMOCRACIA E AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

Neste capítulo, pretendemos problematizar a questão da educação superior vinculando a ela conceitos crescentemente incorporados na agenda dos governos da maioria dos países em desenvolvimento, especificamente da América Latina e Caribe, como: qualidade, pertinência social, democracia e avaliação participativa.

Esses conceitos são frutos de um longo, dinâmico e intrincado processo histórico que reflete relações sociais, políticas e econômicas, bem como de determinadas visões e concepções do mundo.

O relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação (CIE), Educação: um tesouro a descobrir, mais conhecido como Relatório Delors em alusão ao presidente dessa comissão (Delors, 1998), demonstra a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade ao afirmar que durante os últimos 50 anos o mundo progrediu economicamente de forma inédita pela capacidade do homem dominar e organizar a natureza através da ciência e da educação. No entanto, segundo o relatório Delors o modelo de crescimento econômico atual encontra seus limites na medida em que induz desigualdades e comporta problemas humanos e ecológicos.

Esse relatório afirma que a globalização, fenômeno iniciado na economia através da desregulamentação e descompartimentação dos mercados financeiros, aliada às novas tecnologias de informação, tornou a economia dos países subordinada aos deslocamentos dos capitais que se movem com uma velocidade extraordinária de um local para outro, a procura de crescentes ganhos financeiros passando por cima das dificuldades reais das economias locais e ditando suas próprias leis.

As atividades industriais e comerciais, também foram cada vez mais liberalizadas através da abertura comercial dos países. Desta forma, “a interdependência conjuntural, faz do mundo uma caixa de ressonância das crises industriais dos países mais desenvolvidos” (DELORS, 1998, p. 37-38).

Além disso, a criação de redes científicas e tecnológicas que ligam as grandes empresas e os grandes centros de pesquisas mundiais tendem a excluir pesquisadores e empresas de países pobres aprofundando a distância entre países ricos e pobres em termos de conhecimentos científicos e tecnológicos. Verifica-se, assim, que “a distribuição dos efeitos

negativos da industrialização é muito injusta, pois são suportados, muitas vezes, pelos países menos desenvolvidos” (DELORS, 1998, p. 40).

Dados do Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005) revelam a dimensão da desigualdade econômica mundial. Cerca de 40% da população mundial vive com menos de dois dólares por dia, enquanto que o rendimento total das 500 pessoas mais ricas do mundo é maior que o rendimento dos 416 milhões de pessoas mais pobres.

Em relatório publicado pelo Banco Mundial constatou-se que dos 3% do total da população mundial que participa de atividades científicas e tecnológicas, 90% se concentram nas sete nações mais industrializadas (WORLD BANK, 2006).

A atual divisão internacional entre os países do globo ocorre entre aqueles que detêm e disseminam o conhecimento e aqueles que passam ao largo deste processo, tanto na produção do conhecimento quanto no seu usufruto.

Este ciclo perverso dificilmente é quebrado, já que os países responsáveis pela produção do conhecimento utilizam leis ou meios protecionistas que garantem mercados, preços, patentes e as formas de sua utilização.

Portanto, o problema da miséria no mundo não é falta de dinheiro, mas a crescente concentração de renda que aumenta a distância entre ricos e pobres, “produto de uma ignominiosa injustiça que sustenta o jogo do poder”, como destaca Dias Sobrinho (2005, p. 167).

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, o relatório da Comissão Internacional sobre a Educação (CIE), confirma que no final do século XX um sentido de desencanto e desilusão tomaram conta da sociedade em função do aumento das desigualdades entre países ricos e pobres, do aumento do desemprego e da crescente degradação ambiental, tornando-se insustentável considerar o crescimento econômico a todo custo, como via de conciliação entre progresso material e equidade, respeito pela condição humana e pelo capital natural. Como podemos notar na citação abaixo:

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social realizada em Copenhague de 6 a 12 de março de 1995 traçou um quadro alarmante da situação social atual, recordando em particular que “no mundo, mais de um bilhão de seres humanos vivem numa pobreza abjeta, passando a maior parte deles fome todos os dias”, e que “mais de 120 milhões de pessoas no mundo estão oficialmente no desemprego e muitas mais ainda no subemprego.” (DELORS, 1998, p. 52)

Essa insatisfação da sociedade contemporânea com os graves problemas sociais e econômicos denuncia desequilíbrios que põem em risco a sustentabilidade do planeta e aponta para a necessidade de repensarmos os caminhos trilhados.

Partindo do princípio de que a educação não se restringe ao conjunto de atividades vivenciadas no âmbito escolar, consideramos que ela é um processo permanente de comunicação entre o homem e o meio em que vive. Portanto, o processo educacional ocorre de maneira formal nos bancos escolares e também na interação do indivíduo com a família, com a comunidade e com o trabalho. Neste sentido, a educação superior, como parte integrante desse processo, deve assumir a sua cota de responsabilidade em oferecer uma educação de qualidade, autônoma e crítica na expectativa de contribuir para apontar alternativas de uma vida melhor.

3.1 A função da universidade

O termo universidade será utilizado neste trabalho de forma genérica para ilustrar todo e qualquer tipo de educação superior definidos pelo Decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores e centros de educação tecnológica.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no Brasil, a partir de 1996 ocorre uma significativa transformação no sistema de educação superior.

O sistema que até então se caracterizava pelo forte papel do Estado na sua sustentação, seguindo os ditames internacionais, passa a ter uma expansão desordenada, uma diversificação – de tipos de instituições de educação superior e de tipos de cursos, uma redução do papel do estado, uma privatização e se orienta por uma avaliação em todos os níveis a partir de critérios de qualidade. (MOROSINI; MOROSINI, 2006, p. 3)

Essa diversificação é verificada, também, na forma como as instituições são organizadas sob diferentes categorias administrativas.

Por um lado, existem as instituições de educação superior públicas que são mantidas e administradas pelo governo federal, estadual e municipal. Por outro lado, existem as instituições privadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que podem ser organizadas em instituições com fins lucrativos (*sentido estrito*) ou sem fins lucrativos.

As instituições sem fins lucrativos são classificadas pelo MEC em: instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;
 Confessionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;
 Filantrópicas - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração. (BRASIL, 2009)

Steiner (2006, p.66) considera que se a diversidade entre instituições públicas é grande, entre as privadas não é menor. Mas que a classificação feita pelo MEC não é muito clara. Ele afirma que “tudo indica que a denominação para cada caso, da forma reportada pelo Inep, é autodefinido e por critérios que não parecem ser homogêneos.”

No caso das instituições comunitárias, salienta que a Abruc – Associação Brasileira de Universidades Comunitárias – definiu critérios bastante objetivos que poderia servir de guia para defini-las.

Segundo Cunha, as instituições públicas do sistema federal e as instituições privadas são marcadas por forte heterogeneidade. No âmbito federal ressalta que existem poucas universidades altamente produtivas e muitas com baixa relação de troca entre ensino e pesquisa. Expõe, também, a convergência entre os “produtivistas” do setor público e os “moralistas” do setor privado, sugerindo que a principal delimitação, hoje, não é mais “entre o estatal e o privado”, mas aquela que demarca “a diferença específica entre a excelência e a mediocridade”. (CUNHA, 1999, p. 75).

Essa diversidade de instituições com missões, valores, culturas, objetivos e experiências diferentes amplia a problemática do sistema de avaliação.

Segundo Ristoff (2002) a universidade é uma instituição acadêmica que presta um serviço de interesse público inserido num espaço onde estão reproduzidos, em miniatura, os

representantes de diferentes grupos da sociedade. Ela se constitui em um espaço político, social e cultural carregado de tensão, conflitos e interesses.

Nesta perspectiva, a avaliação institucional ganha uma complexidade maior em função das diferenças, dos conflitos e dos interesses existentes entre elas, bem como das suas divergências internas.

Como afirma Dias Sobrinho (2008, p. 197), a potencialidade formativa da avaliação reside em “um processo aberto de comunicação entre sujeitos para compreender, valorar e transformar uma dada realidade”, constituindo-se uma ferramenta de aprimoramento da comunicação entre os atores internos (professores, funcionários e estudantes) e externos (sociedade, Estado), aperfeiçoando a qualidade da educação.

No entanto, há uma distorção da função da universidade por causa da sua proximidade com a lógica utilitarista do mercado, como constata Dias Sobrinho (2002a, p. 41): “[...] a educação tem enfraquecida sua importância como processo de produção de idéias e de emancipação do homem e da sociedade e ganha valor instrumentando competências profissionais e a organização dos postos de trabalho”.

Isto acarreta reflexos negativos na sociedade, no sistema educativo e conforme afirma Ristoff (2002, p. 18) “poderá, nos processos avaliativos, exigir dela procedimentos e resultados incompatíveis com a sua natureza”, como avaliá-la burocraticamente ou como se fosse uma empresa.

A especificidade da universidade está na sua missão de contribuir para que o estudante reconheça os vários aspectos da sua humanidade, como alerta Ristoff (2002, p. 24) “a profissão é tão somente um aspecto do ser humano”.

Neste sentido Dias Sobrinho (2002a, p. 54) acrescenta que: “[...] a educação deve ser um largo processo intersubjetivo de afirmação de valores primordiais e de construção da sociedade como comunidade de cidadãos competentes não simplesmente na acepção do mercado, mas do ponto de vista da complexidade humana”.

Assim, exercer uma profissão não requer somente conhecimento e técnica, mas também valores como a compreensão, a ética, o amor, a justiça e a democracia.

Qual é a função da educação superior? Preparar mão-de-obra, treinar, servir o mercado, emancipar, formar cidadãos livres, preservar ideologias dominantes, formar elites etc. Dias Sobrinho (2002a) afirma que é tudo isso e muito mais ou muito menos dependendo das relações de poder em que ela se institui. Umhas funções priorizam os processos e a formação humana. Outras valorizam as exigências pragmáticas da economia, a formação

profissional e os produtos. Mas, afirma que acima de tudo ela precisa garantir que o desenvolvimento econômico tenha um sentido humano.

Na nossa concepção, a economia somente terá um sentido mais humano na medida da emancipação do próprio homem responsável pela criação das formas de produção, distribuição e consumo dos bens na sociedade. Daí a importância da educação em todos os âmbitos e, especificamente, da educação superior na medida em que contribuem para afastar o véu de ilusão e ignorância dos homens, ajudando-os a se livrar das suas próprias amarras. Mesmo considerando todos os vícios inerentes ao processo educativo como a reprodução do *status quo*, a mera transmissão de conhecimentos, o corporativismo, o favorecimento a determinados grupos políticos ou econômicos etc.

Contudo, como salienta Goergen (2006), não existe uma relação mecânica e linear entre educação e desenvolvimento da sociedade. Portanto, entendemos que é através das contradições existentes nesse processo, o qual pressupõe um exercício constante de descobertas das várias áreas do saber, que existe a possibilidade do homem construir as suas próprias verdades e se emancipar, ou na célebre frase de Sócrates: conhecer a si mesmo.

No entanto, Goergen (2006) chama a nossa atenção para a situação atual em que se encontra grande parte das universidades no Brasil:

- Sofrível qualificação do corpo docente que não atende as exigências mínimas impostas pelo MEC em termos de percentual de mestres e doutores.
- Grave situação quanto ao número de docentes em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva.
- Contratação de professores horistas que dividem o seu tempo de trabalho entre diversas instituições ou empresas e não conseguem se dedicar seriamente às atividades acadêmicas de investigação e docência.
- Infra-estrutura precária sem espaço adequado para o estudo e a pesquisa. Bibliotecas, laboratórios e equipamentos de informática obsoletos, insuficientes ou inadequados.

Conclui que muitas universidades não reúnem as condições mínimas para a docência e a pesquisa transformando-se numa grande farsa.

Goergen (2008) ressalta que não se trata de adaptar as universidades ao modelo neoliberal. Tampouco se trata de transformá-las em núcleos revolucionários da sociedade. A ideia é preservar e estimular a autonomia crítica das universidades com relação aos temas vitais e urgentes da sociedade, tais como: a economia, a globalização, as discriminações

raciais, culturais, étnicas, religiosas e o futuro da ciência e tecnologia e suas respectivas conseqüências, apontando para os ideais humanitários, como a justiça social, a liberdade, a paz e o desenvolvimento sustentado.

“Nesse sentido, responsabilidade jamais pode ter um caráter conservador, mas sempre progressista e transformador com vistas à construção de uma sociedade melhor, mais justa e feliz”. (GOERGEN, 2008, p. 4)

Isso implica assumir a sua parte na responsabilidade da qualidade dos níveis anteriores de ensino.

Desta forma, a educação superior deve ser pensada de forma sistêmica e, portanto, como elo retro-alimentador de todo o sistema nacional de educação.

A universidade, que tem na crítica a sua tarefa e vocação intelectual, precisa refletir seriamente sobre o seu papel na sociedade.

Qual é a visão social e humana que está transmitindo aos estudantes?

De que maneira os conhecimentos que são transmitidos na educação superior se inserem na vida do homem e no âmbito social e ambiental?

A universidade tem um papel fundamental na sociedade, pois imprime uma forte marca na formação daqueles que irão atuar como agentes multiplicadores de valores éticos, morais, bem como do conhecimento teórico e técnico.

Kunsch (1992) sustenta que a universidade tem um compromisso com o passado na medida em que preserva a sua memória; com o presente gerando novos conhecimentos e formando novos profissionais, e com o futuro funcionando como vanguarda.

3.2 Qualidade e pertinência

Como reflexo da aceleração das relações econômicas entre os países em função da globalização, a educação superior, e os seus aspectos mais importantes, dentre os quais, a qualidade e a avaliação, tornam-se objetos de estudo de amplos segmentos da comunidade acadêmica. Constantemente são inseridos como fundamentais itens na pauta de recomendação de agências e organismos multilaterais como UNESCO, Banco Mundial, dentre outros. São, também, temas de destaque nas decisões políticas dos Estados.

Catani e Oliveira (2000, p.46) afirmam que as instituições de educação superior da América Latina são compelidas, principalmente, pelas recomendações do Banco Mundial a seguir a lógica do mercado: “[...] mediante flexibilização das estruturas e organização institucional de atendimento às demandas do setor produtivo, competição pelo autofinanciamento e maior categorização docente e institucional que conduzam ao estabelecimento de processos competitivos”.

As evidências desse processo são notadas na base das reformas educacionais ocorridas nos últimos anos e no forte movimento no sentido da mercantilização da educação superior.

Em 1999, a Organização Mundial do Comércio (OMC) incluiu a educação superior na lista dos setores sujeitos às regras do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (Gats).

[...] no caso da educação, houve pressão para sua inclusão na lista por parte dos países desenvolvidos interessados no potencial lucrativo do mercado de serviços educacionais. Este *lobby* veio principalmente dos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, países que historicamente recebem um grande afluxo de estudantes internacionais e têm interesse em acessar os mercados internacionais de educação para suas instituições. (RIBEIRO, 2006, p. 140)

Evidentemente que existem grupos de interesse em tornar a educação superior uma mercadoria pasteurizada a ser vendida internacionalmente na forma de pacotes de serviços sem levar em conta as tradições, cultura, valores e identidade local. Para esses grupos ancorados, principalmente, nos países desenvolvidos a educação superior é um negócio como outro qualquer que deve gerar lucro.

Dias Sobrinho (2008a) afirma que há uma aproximação cada vez maior da universidade com a lógica do mercado incorporando sua linguagem, estratégias e práticas, enfraquecendo, desta forma, a autonomia acadêmica e os trabalhos de pesquisa e formação voltados para o interesse público. Desta forma, o conceito de qualidade vincula-se a questões de interesse puramente econômico como custo-benefício, produtividade, quantidade de matrículas, número de alunos por professor etc.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior¹⁴ (CMES) da UNESCO realizada em 1998 se contrapõe à visão mercantilista da educação superior e reforça a ideia de que a educação é um bem público apontando novas perspectivas para o conceito de qualidade: o compromisso social da universidade vinculado à qualidade e à pertinência de forma imbricada.

Desta forma, a qualidade em educação superior só tem sentido se atrelada ao conceito de pertinência ou responsabilidade social na medida em que a produção do conhecimento deve levar em conta o entorno social: local, regional, nacional e planetário. E o fato da universidade estar comprometida com o meio no qual está inserida não implica perder a sua autonomia e o discernimento crítico da realidade.

Dessa forma, o conceito de qualidade educacional é revestido com uma nova roupagem, ganhando um novo significado. Há, assim uma re-conceituação da qualidade, como diz Dias Sobrinho (2008a, p. 3):

Los procesos de re-conceptuación de la calidad están relacionados con los nuevos escenarios de la educación superior, en especial de los esfuerzos y estrategias ideológicas de los actores hegemónicos mundiales en ajustar la educación a los requerimientos de la economía global

Segundo ele, os países desenvolvidos praticam e propõem critérios de qualidade sem considerar as dimensões políticas e sociais dos países pobres e em desenvolvimento, nem as dimensões de caráter qualitativo como as aptidões morais e éticas e os valores cívicos.

Assim, esse conceito de qualidade vincula-se aos interesses dos países ricos e desenvolvidos onde a primazia é o desenvolvimento econômico e não a emancipação do homem.

A CMES 1998 toma o conceito de qualidade na complexidade do fenômeno educativo que engloba ensino, programas acadêmicos, pesquisa, professores, estudantes, instalações físicas, equipamentos e serviços para a comunidade. Aponta para a necessidade de se fazer

¹⁴ Promovida pela Unesco e realizada em Paris em 1998. Os principais temas dessa conferência foram: financiamento, democratização do acesso, formação, qualidade e pertinência, os quais ocuparam o centro dos debates posteriores: Encontro de Reitores Latino-americanos e Caribenhos (Santiago 1999, Buenos Aires 2000, Porto Alegre 2002, São Salvador 2003, Guadalajara 2005, Montevideo 2006 e Belo Horizonte 2007). (GOERGEN, 2008. Disponível em <<http://www.cres2008.org/upload/documentosPublicos/tendencia/Tema03/Pedro%20Goergen.doc>>

uma cuidadosa seleção dos profissionais envolvidos nesse processo, investir constantemente no seu aperfeiçoamento, promover programas de ensino adequados que facilitem a mobilidade de professores e estudantes e o uso de novas tecnologias, vislumbrando sempre os aspectos sociais.

Para Dias Sobrinho (2008a, p. 3-5) a qualidade da educação:

[...] no es un concepto abstracto, estático y desconectado de las realidades que los hombres van construyendo en situaciones y condiciones concretas. Esto significa que la calidad de la educación es la base del compromiso de las instituciones educativas con la nación que les delega un mandato educativo de raíz constitucional. [...] no es un concepto acabado, sino un proceso dinámico cuyos significados cambian de acuerdo con las alteraciones y reformas que se producen en la educación superior, en la sociedad y en los Estados. Tampoco sus conceptos son neutrales o unánimes.[...] La calidad en el ámbito educacional tiene como punto de partida la misión de la institución educativa relacionada con las demandas de las comunidades locales, nacionales y mundiales.

Segundo esse autor, o objetivo central da educação superior nos países da América Latina e Caribe deveria ser a construção da cidadania de sociedades democráticas, sustentáveis e justas. Desta forma, a pertinência está relacionada com realidades e necessidades concretas, situadas e datadas, e se refere ao papel e ao lugar da universidade na sociedade como lugar de pesquisa, ensino e aprendizagem e suas conexões com as comunidades do entorno, em especial com os compromissos do mundo do trabalho.

“No menos importante es la participación de la ES en la búsqueda de soluciones a los problemas humanos urgentes, como la población, el medio ambiente, la paz y el entendimiento internacional, la democracia y los derechos humanos”. (VESSURI, 1998 apud DIAS SOBRINHO, 2008, p. 417)

Portanto, a pertinência na visão de Dias Sobrinho (2008a) é uma dimensão essencial da qualidade. Não pode haver qualidade em abstrato, sem pátria, desenraizada das realidades concretas que lhe dão conteúdo e formas. A qualidade necessita ter um valor social, público, de compromisso com as comunidades em que se inserem as instituições educativas.

O conhecimento, sob a ótica desse autor, não tem somente um valor econômico, mas também um valor social e cultural. Fundamentais para o exercício do pensamento crítico e as tomadas de decisão. Tornando-se indispensável para se viver numa democracia. Portanto, para ele a qualidade educativa deve se referir, em última instância, à formação em sentido pleno: intelectual, moral, profissional, social, afetivo e estético. Corresponde à tentativa de

desenvolver nos sujeitos envolvidos no processo educativo múltiplas dimensões da vida humana, tornando-os capazes de edificar um mundo melhor.

3.3 Tipos de avaliação

É interessante notar que de acordo com a lógica e os interesses por trás do instrumento utilizado para realizar a avaliação serão colhidos resultados diferentes que podem deturpar radicalmente o conceito atribuído ao sujeito avaliado, seja ele aluno, professor, universidade ou qualquer tipo de empresa.

Inúmeros exemplos poderiam ser citados para confirmar a tese de que não existe avaliação sem intenções. O homem é um ser social e político e todas as atividades humanas são mediadas por estruturas formais ou informais de poder. A natureza política e social da avaliação aparece claramente no embate de forças em defesa de interesses diversos. As práticas avaliativas produzem resultados que podem favorecer determinados grupos ou pessoas. Elas são, portanto, fortemente influenciadas pela racionalidade do mundo dos negócios. É particularmente ilustrativo o que ocorreu no ambiente puramente corporativo: a agência de classificação de risco, *Poor & Standard*, conceituada internacionalmente, avaliava com nota A+, qualidade de crédito elevado, o banco americano *Lehman Brothers* pouco antes dele entrar em concordata em 2008, conforme o artigo *Senado americano investiga agências de risco* publicado na Folha de S. Paulo em 20 de novembro de 2008:

Uma comissão do Senado americano abriu uma investigação sobre as causas da crise financeira mundial, tentando determinar o papel das agências de classificação de risco na explosão da bolha do setor imobiliário, informa nesta quinta-feira o "Wall Street Journal".

A comissão tenta descobrir se "as agências de classificação, movidas por conflitos de interesses, incentivaram investimentos em hipotecas, que acabaram despencando", destacou o jornal.

O senador republicano de Minnesota Norm Coleman indicou à publicação que a investigação pretende desvendar se a concorrência entre as agências de classificação as levaram a atribuir certas notas para ganhar contratos em alguns bancos.

Desde o início da crise dos empréstimos imobiliários de risco, chamados "subprime", nos Estados Unidos, que desembocou na crise financeira internacional, as agências de classificação, cuja função é avaliar a solvência das empresas e dos bancos que querem pegar dinheiro emprestado, vêm sendo regularmente acusadas de ter falhado. (SENADO, 2008)

Portanto, o estudo no campo da avaliação é bastante complexo, havendo necessidade de ponderar os resultados da avaliação com seus propósitos iniciais.

Nas instituições de educação superior, dada a sua responsabilidade social, podemos questionar para que e a quem servem as avaliações que apontam suas fragilidades, as rotulam e as classificam através de números ou de letras.

Esse tipo de avaliação é muito útil para fomentar a competição entre as IES. A disputa atea fogo nas vaidades, promovendo um intenso esforço de superação e os resultados podem, aparentemente, se mostrar positivos. Aqueles que tiverem um bom desempenho farão uso disso em seu proveito. As melhores IES divulgarão amplamente os resultados para a comunidade acadêmica e para a sociedade através da mídia. Os diretores, coordenadores, professores e alunos comemorarão o resultado.

Mas, para que serve uma avaliação que não se preocupa em identificar e ajudar a aflorar as potencialidades e as virtudes das instituições que deveriam ser fundamentais para a evolução e a renovação social? Essa avaliação educa, conduz, promove ou transforma?

E quanto às medíocres e insuficientes? As piores IES lamentarão o resultado e encontrarão culpados. Típico do darwinismo social: poucas serão promovidas e muitas serão classificadas e tratadas como medíocres.

Para que serve esse tipo de avaliação? Para selecionar, discriminar e excluir. Ajuda, portanto, na discriminação social e também na ampliação da distância entre ricos e pobres. Ajuda a perpetuar os valores, a sociedade, a cultura e a economia que se apresenta.

Portanto, essa avaliação não contribui para a melhoria da educação. Mas, é muito útil para o mercado e o controle do Estado na medida em que seleciona e classifica os alunos e as IES que se encaixam nas suas expectativas de performance.

É neste sentido que Dias Sobrinho (2002a, p. 52) enfatiza que “se a educação prioriza os valores da formação humana integral, a avaliação que lhe corresponde também estará vinculada a essa concepção”.

Quem concebe a avaliação imprime ao processo avaliativo a sua concepção de educação e de sociedade com o intuito de produzir determinados resultados. A intenção em alcançar esses resultados servirá como parâmetro fundamental para a determinação da forma e das funções da avaliação e dos objetos e sujeitos a serem avaliados.

Cada vez mais, embora em graus de intensidade diferentes, a avaliação externa realizada pelo estado assume um caráter objetivo, quantitativo e fiscalizador possibilitando comparações, classificações e a promoção de ajustes do sistema educativo e das instituições ao conjunto de regras e normas determinados pelo poder público.

Sua função é coletar e fornecer informações fidedignas de forma clara e objetiva para orientação e elaboração de políticas públicas, bem como informar e orientar os usuários.

Os *rankings* promovem a competição entre as instituições e disponibilizam informações de fácil entendimento para os consumidores, possibilitando a sua livre escolha.

Com base na avaliação externa, o governo efetua a regulamentação da educação superior, decidindo sobre a liberação ou corte de verbas e o reconhecimento ou fechamento de cursos.

Os resultados da avaliação são divulgados para a sociedade com a ajuda da mídia promovendo ou desclassificando instituições e cursos, geralmente sem questionamentos.

A questão é: como conciliar avaliação externa controladora e bem consolidada, com auto-avaliações formativas? A dificuldade está em ser muito difícil atender as demandas efficientistas e controladoras do Estado, que promovem a competição, com as demandas da formação educativa, que tem uma dinâmica totalmente diferente.

Existe ainda outro agravante, na avaliação-controladora, a ideia é que a falha no cumprimento das exigências gera punições. Dessa forma, as instituições de educação superior que dependem de uma boa imagem performática para garantir sua sobrevivência no mercado estão sujeitas a verem a sua atividade como um negócio como outro qualquer, e na busca incessante pelo lucro, deixar de lado a ética e os valores filosóficos, educativos e formativos fundamentais nessa área.

Logicamente, como afirma Dias Sobrinho (2002a, p.58), “controle e avaliação educativa não se separam totalmente, esta contém aquele em doses certas”, mas é necessário que haja um certo equilíbrio entre eles. Se houver predomínio do controle através de intensa fiscalização, imposição e punição, o processo educativo poderá ser prejudicado e corrompido.

3.4 Democracia representativa e participativa

A ideia de democracia como forma de governo pela participação direta dos cidadãos na tomada de decisões se originou na antiguidade na cidade grega de Atenas. Apesar das críticas recebidas por importantes pensadores e filósofos dentre os quais Platão e Aristóteles¹⁵, e por sua limitada abrangência, já que excluía significativa parcela da população, como

¹⁵ Segundo Platão, o cidadão comum se deixa impressionar por uma boa retórica e acaba sendo manipulado por falsas promessas. Aristóteles afirma que o termo *democracia* serve para designar o mau governo popular.

mulheres, estrangeiros e escravos, a democracia grega marcou um importante contraponto à tirania e ao autoritarismo, conforme diz Bobbio (2000, p. 378): “Não obstante essa tradição avessa à democracia, não falta ao pensamento grego a idéia de que o ponto de partida da melhor forma de governo seja a igualdade de natureza ou de nascimento, a isogonía, que fez todos os indivíduos iguais e igualmente dignos de governar”.

Originalmente, democracia significava o poder (*cratos*) do povo (*démos*) de tomar decisões e não o poder de eleger representantes que tomariam as decisões pelo povo.

Durante séculos os conceitos de democracia direta e representativa através da realização de eleições não convergiam para o mesmo ponto, já que através de um processo eleitoral podia-se eleger uma monarquia ou uma aristocracia.

A democracia representativa significa que as decisões não são tomadas diretamente pelos membros de uma determinada coletividade, mas por pessoas especialmente eleitas para essa finalidade.

Leite (2005) introduz os conceitos de democracia representativa e democracia direta à luz da tipologia conceitual de Barber, apresentando a seguinte classificação:

Tabela 3 - Regimes democráticos: Tipologia Conceitual, segundo Barber (1997)

Regime	Modelo Político	Valor	Projeto Institucional	Tipo de Cidadania	Tipo de Governança	“Racionalidade Extrínseca”
Democracia Representativa						
Autoritária	Autoritário (poder, sabedoria)	Ordem	Executivo	Passiva unificada	Centralizada ativa	<i>Noblesse oblige</i> Sabedoria
Jurídica	Arbitragem Adjudicação	Direito	Judiciário	Passiva fragmentada	Centralizada limitada	Direito natural Lei superior
Pluralista	Regateio, Trocias livres, Permuta	Liberdade	Legislativo	Ativa fragmentada	Descentralizada ativa	A “mão invisível” Igualdade natural Leis do mercado.
Democracia Direta						
Unitária	Consenso	Unidade	Simbólico	Ativa unificada	Ativa centralizada	O coletivo A vontade geral
Forte	Participação	Atividade	Populista	Ativa centralizada	Ativa descentralizada	Ausência de racionalidade extrínseca.

Fonte: LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 74, 2005.

O que podemos observar é que Barber divide a democracia entre representativa e direta e as subdivide em graus de intensidade que variam de fraca a forte. Na democracia representativa com regime autoritário ativo e centralizado, temos uma democracia fraca, cuja cidadania é expressa de forma passiva. Já na democracia forte, a ótica política é a participação através de uma cidadania ativa e um governo descentralizado.

Segundo Leite (2005, p.75) as principais características da democracia participativa seriam: “a formação de uma comunidade política, a autolegislação e a participação constante. Igualmente, a transformação de cidadãos privados e independentes em cidadãos públicos”. Lembrando que um cidadão se constitui na medida da sua participação e envolvimento com o bem comum da comunidade em que vive.

Em sentido amplo, a democracia pode ser vivenciada de forma representativa, através da indicação de representantes, mas fundamentalmente, pela participação direta dos cidadãos na condução do seu cotidiano, quer seja, nas empresas, nas escolas ou na família. Diversas formas de organização são possíveis desde que permitam que cada um assuma uma postura ativa e responsável pelo espaço social, econômico, político e ambiental.

3.5 Democracia forte e avaliação participativa

A avaliação participativa nas universidades é um tema relativamente recente no Brasil. A prática nessa área se mostra cambiante entre avanços e retrocessos. Algumas experiências realizadas aproximam-se mais da ideia de uma democracia forte como as experiências bem sucedidas do PAIUB (1993-1995) e do SINAES (2004 a 2007). Bem como as práticas inspiradas no PAIUB, das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul conforme estudos realizados por Pinto (2009, p. 214):

A avaliação institucional esteve presente nessas universidades comunitárias desde sua origem [...] o PAIUNG, Programa Institucional de Avaliação que teve sua origem na época do PAIUB [...] conta com a participação de quase todas as suas instituições afiliadas. [...]

Para as instituições afiliadas ao COMUNG-PAIUNG, a avaliação é um processo contínuo de autoconhecimento e de autodesenvolvimento, que deve contar com a participação das comunidades interna e externa, e permitir a busca pelo aperfeiçoamento e pelo aprimoramento de atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão de cada IES. É por meio da avaliação institucional, também, que essas instituições verificam, mais fortemente, se estão desempenhando o seu papel enquanto instituição de ensino superior e se estão, também, cumprindo a sua missão.

A propósito do seminário realizado em comemoração aos 10 anos de experiência desse processo avaliativo, Leite afirma (2003, p.10):

No PAIUNG¹⁶, a avaliação é considerada como um processo que fornece os subsídios para os projetos pedagógicos e administrativos e para a integração das diversas dimensões institucionais. Diversas medidas de aperfeiçoamento vêm sendo tomadas em algumas instituições a partir dos subsídios apresentados pelos processos avaliativos.

Já outras experiências aproximam-se claramente de uma democracia débil, fraca, como a imposição de *rankings* classificatórios.

Leite (2005) faz uma conexão muito interessante entre o caráter liberal, em geral atribuído às avaliações, o princípio do liberalismo, e as políticas de avaliação e regulação da educação superior no período em que as universidades foram avaliadas por meio do Provão de 1995 a 2003.

O eixo central do liberalismo é a defesa intransigente da liberdade de escolha individual. No entanto, as avaliações implantadas pelo MEC nesse período não levaram em consideração o poder de escolha da comunidade acadêmica que precisou se adaptar às novas regras do jogo, mesmo sem discuti-las previamente e chegar a um acordo democrático.

Tais atitudes, longe de serem casos isolados e exclusividade de governos autoritários ou ditatoriais, demonstram que é preciso repensar a prática da democracia participativa no Brasil.

Nas palavras de Leite (2005, p. 71):

Sociedades novas e desiguais, como as latino-americanas e a brasileira, precisam construir as regras do jogo democrático, da negociação das regras para a tomada de decisão e para a fiscalização das realizações, a bem do interesse público. O interjogo democrático, transparente e aberto, como cultura institucional e como prática, tem que ser parte do cotidiano das relações que se dão nas universidades.

Acrescentamos que os princípios democráticos como o respeito à diversidade de ideias na procura de alternativas para se viver em sociedade devem fazer parte do cotidiano das

¹⁶ Programa de Avaliação das Universidades do COMUNG (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas).

relações humanas, a despeito das inevitáveis divergências de interesses individuais e ou corporativos que ocasionam inúmeros e custosos conflitos.

“Os processos de reflexão, crítica e discussões coletivas são um exercício de aprofundamento da autonomia cidadã e institucional” (DIAS SOBRINHO, 2005b, p. 31).

Muito mais saudável que não participar do processo ou não querer olhar para a realidade tal como se apresenta seria tratar os problemas de forma madura e sensata, com responsabilidade, autonomia e visão holística. Como afirma Leite (2005, p. 16), “Aprende-se democracia em ato, através da avaliação participativa”.

Porém, uma certa apatia toma conta da grande maioria das pessoas, ora por comodismo, ora por não acreditar na legitimidade do processo democrático. Reforçando cada vez mais as práticas viciadas e os mesmos grupos que assumem o poder.

A universidade, atravessada por inúmeras contradições, tem como missão a formação de cidadãos capazes de participar do jogo democrático participativo e representativo do país, mas sequer consegue fazer a sua lição de casa.

“Assim, decisões por falsos consentimentos, por silenciamentos, ou tramadas em pequenos grupos corporativos, são comuns no entorno universitário” (LEITE, 2005, p.72).

Infelizmente, esse ambiente pouco saudável do ponto de vista formativo encontra respaldo e incentivo nas práticas avaliativas classificatórias que submetem a comunidade acadêmica a uma competição performática questionável. No entanto:

A avaliação pode favorecer a compreensão coletiva sobre as qualidades positivas, pontos fortes, aspectos em que a instituição se auto-reconhece melhor que outras. Permite revisar falhas, os erros, e também, e o que é mais importante – definir prioridades para a gestão democrática da universidade. (LEITE, 2005, p. 29)

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Pretendemos neste capítulo expor a metodologia utilizada nas diversas etapas desta pesquisa. Assim, a escolha do objeto de estudo, a confecção e aplicação dos questionários, bem como o método utilizado para a análise dos resultados devem ser explicitados.

Com o intuito de conferir ao trabalho de pesquisa uma relativa abrangência e na tentativa de captarmos as contradições e o dinamismo próprio da vivência diária com a problemática da avaliação institucional, optamos por realizar, além da análise das fontes primárias e secundárias, uma pesquisa de campo através do envio de questionários eletrônicos e de entrevistas presenciais.

O formulário, com perguntas abertas e fechadas, teve um duplo propósito: facilitar a coleta de dados e permitir entrevistas semi-estruturadas.

Foi realizado um pré-teste do formulário para verificar a sua consistência e clareza e por esta razão algumas questões foram reformuladas e outras acrescentadas para melhor captar o momento e a problemática da avaliação institucional, sempre, perseguindo os objetivos da investigação.

A motivação para a realização da pesquisa se deu em função da experiência da pesquisadora como professora na educação superior. Sua participação nas avaliações institucionais do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – campus Itu e Salto, tanto como sujeito como objeto de avaliação, foi fundamental para a definição do tema da investigação. Corroborou para tal, a observação da prática avaliativa dessa IES nas várias etapas desse processo: a formação da CPA, a aplicação de questionários para professores e alunos, a receptividade e expectativa da comunidade acadêmica e dos impactos causados por ela.

Seria possível realizar o trabalho de pesquisa e análise do processo avaliativo nesta instituição. No entanto, a análise crítica, própria da pesquisa acadêmica, requer um certo distanciamento entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa e, assim, optamos por realizar a investigação no município de Sorocaba, distante aproximadamente 36 km da cidade de Itu, local de moradia da pesquisadora.

De acordo com o Censo realizado pelo INEP em 2008, utilizando como base os dados de 2007, existem 2.281 instituições de educação superior no Brasil, responsáveis por

4.880.381 estudantes, 317.041 funções docentes e 288.442 funcionários técnico-administrativos, todos em exercício.

Uma pesquisa quali-quantitativa abrangendo essas instituições e abarcando a comunidade acadêmica (estudantes, docentes, funcionários e os membros da CPA) seria muito elucidativa sobre a evolução do SINAES e a condução do processo avaliativo no âmbito nacional apresentando pistas para sua melhoria. Porém, diante dos prazos e recursos dados, efetuamos um recorte nesse universo que pudesse ser, ao mesmo tempo, compatível com as nossas condições objetivas, e ilustrativo de diferentes práticas avaliativas.

A cidade de Sorocaba foi escolhida por se tratar de um importante município dentro do Estado de São Paulo, reconhecido como pólo industrial, comercial e educacional. Localizada a 96 km da cidade de São Paulo, sua origem remonta ao período colonial brasileiro, tornando-se um poderoso pólo comercial em função da sua posição geográfica estratégica como rota dos bandeirantes e, mais tarde, dos tropeiros que aproveitavam para comercializar animais na Feira de Muare lá realizada.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade concentra aproximadamente 1.836 indústrias e uma população de 559.157 habitantes (base 2007) distribuídos numa área de 449 km², estando no 12º lugar no *ranking* do estado de São Paulo em relação ao valor de seu PIB, cerca de R\$ 10.162.976.000,00 (base 2006).

De acordo com consulta realizada na base de dados do INEP Sorocaba possui 11 consideráveis e diversificadas instituições de educação superior, conforme tabela abaixo:

Resultado da busca - Foram localizadas 11 instituições

<u>Instituição de Ensino Superior</u>	<u>Cidade</u>	<u>UF</u>	<u>Organização Acadêmica</u>	<u>Categoria Administrativa</u>
<u>Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba - ESAMC Sorocaba</u>	SOROCABA	SP	Faculdade	Privada
<u>Faculdade Anhangüera de Sorocaba - FSO</u>	SOROCABA	SP	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Ciências e Letras - Academia de Ensino</u>	SOROCABA	SP	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Direito de Sorocaba - FADI</u>	SOROCABA	SP	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Educação Física da Associação Cristã de Moços de Sorocaba - FEFISO</u>	SOROCABA	SP	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Engenharia de Sorocaba - FACENS</u>	SOROCABA	SP	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Sorocaba - UNIESP</u>	SOROCABA	SP	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Tecnologia de Sorocaba - FATEC SO</u>	SOROCABA	SP	Faculdade de Tecnologia	Estadual
<u>Faculdade Uirapuru - FAU</u>	SOROCABA	SP	Faculdade	Privada
<u>Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior - IMAPES</u>	SOROCABA	SP	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
<u>Universidade de Sorocaba - UNISO</u>	SOROCABA	SP	Universidade	Privada

Fonte: INEP/MEC. Disponível em : <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_ies.asp>. Acesso em 22 out. 2008.

Cabe ressaltar que, das instituições relacionadas, duas não foram consideradas na contagem geral para efeito da pesquisa. A FATEC nos informou que não participa do SINAES, pois está jurisdicionada ao Conselho Estadual de Educação, e a IMAPES e a Faculdades Uirapuru se fundiram em uma única instituição. No entanto, existem três instituições que exercem suas atividades na cidade, mas não constam da lista do INEP como é o caso da PUC, UNESP e UFSCAR (campus Sorocaba).

Desta forma, consideramos para o cômputo da nossa pesquisa 12 instituições, excluindo a FATEC e o IMAPES e incluindo a PUC, UNESP e UFSCAR. Todas essas instituições foram contatadas da seguinte forma:

1º Navegação no site da instituição para levantamento de dados sobre a CPA, nome dos seus membros, telefone e e-mail.

2º Envio de e-mail para o setor geral da instituição ou preenchimento de formulário disponível na área “entre em contato conosco” solicitando os dados sobre os membros da CPA.

3º Contato telefônico com todas as instituições.

4º Envio de e-mail com o convite para participar da pesquisa, esclarecimento sobre os seus objetivos da pesquisa e uma cópia do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e em anexo o questionário eletrônico.

5º Das instituições que aceitaram o convite para participar da pesquisa, uma preencheu o formulário eletrônico e nos enviou por e-mail, as demais solicitaram que as questões fossem realizadas presencialmente e permitiram a sua gravação.

Ao final desse processo e de posse dos resultados dos questionários, partimos para o exame cuidadoso do significado desse material. Para tal, confrontamos cada etapa do processo com as hipóteses da pesquisa.

4.1 Comunicação com a comunidade e sociedade

Através da navegação pelos sites das instituições constatamos que:

- Somente duas instituições destinam um espaço para divulgação de informações pertinentes ao processo de avaliação para a comunidade interna e externa. Destas, somente uma divulga dados atualizados.
- Uma instituição restringe o espaço da avaliação para a sua comunidade interna.
- Uma encontrava-se com o site indisponível para acesso.
- Na maioria das IES pesquisadas não encontramos no site informações para contatar os membros da CPA, como nome, telefone e e-mail.

Constatamos que as informações sobre a avaliação e a CPA não são transmitidas de forma clara, prática, transparente e de forma democrática para a comunidade externa na maioria das instituições de Sorocaba. Não há divulgação das atividades da CPA. A importância do processo de avaliação como exercício de cidadania e melhoria da qualidade da educação não é ressaltado, assim como não há divulgação dos resultados atualizados e globais das avaliações.

Um canal de comunicação virtual destinado a essa finalidade parece que não encontra espaço nos sites das instituições.

4.2 Universo pesquisado e tratamento dos dados

Do universo pesquisado, 6 instituições mostraram interesse e preocupação em colaborar com a pesquisa, responderam nossos e-mails, nos receberam e se colocaram à disposição para fornecer mais informações e esclarecimentos.

6 instituições não responderam os e-mails e os telefonemas. Foi particularmente espantoso, quando entramos em contato telefônico com essas instituições, constatar a falta de informação sobre a existência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) por parte dos atendentes. Mesmo após a descrição detalhada da sua função.

Os contatos prévios que anteciparam a entrevista ou o preenchimento do questionário por parte do coordenador da CPA foram importantes para dirimir dúvidas e passar segurança sobre o sigilo das informações prestadas e da seriedade da pesquisa, garantindo um clima de confiança fundamental para garantir informações fidedignas.

Consolidamos as respostas fornecidas nas entrevistas realizadas com os coordenadores das Comissões Próprias de Avaliação de Sorocaba de forma a ancorá-las nas hipóteses iniciais desta pesquisa e contrapô-las a algumas das diretrizes norteadoras do SINAES.

As cinco instituições que participaram da pesquisa foram denominadas pelas letras: A, B, C, D, E com o intuito de garantir o sigilo da pesquisa.

Elaboramos um resumo analítico das respostas de cada uma das CPAs sintetizando as falas dos entrevistados, retirando algumas interjeições, palavras e ideias repetidas e realçando as palavras-chave na tentativa de construir um discurso sintético e lógico do processo avaliativo realizado nas instituições pesquisadas.

Por sugestão da banca examinadora esse resumo analítico foi submetido a três conceituados professores, dois com larga experiência em avaliação e um na área de lingüística, para avaliarem a sua adequação, garantirem maior fidedignidade e objetividade no tratamento dos dados e confiabilidade para a pesquisa.

Recebemos o parecer de dois professores no prazo solicitado e incorporamos as suas observações. Por faltar elementos comparativos, o terceiro parecer, parcial e fora do prazo solicitado, não pode ser considerado na sua plenitude.

Os professores que analisaram o resumo analítico foram denominados por: juiz1, juiz2, juiz3, também, para manter o sigilo das suas análises.

O juiz1 emitiu o seguinte parecer “*as sínteses correspondem ao conteúdo das entrevistas e podem contribuir para um quadro geral do que vem ocorrendo com a avaliação institucional*”.

O juiz2 fez observações pontuais sobre o resumo analítico de cada CPA, as quais foram plenamente incorporadas.

O juiz3 questionou a forma como as questões foram elaboradas e fez observações pontuais sobre o resumo analítico da CPA “A”.

Levando em consideração os pareceres desses professores, passaremos a analisar as respostas dos coordenadores das CPAs à luz de quatro diretrizes norteadoras do SINAES que elegemos pela sua significação e importância no contexto deste trabalho:

- Diretriz 1: Participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação.
- Diretriz 2: Uso efetivo dos resultados da auto-avaliação. Eficácia. Melhoria da qualidade da Educação Superior.
- Diretriz 3: Caráter formativo da avaliação ou controle burocrático.
- Diretriz 4: Análise global e integrada da avaliação pelo SINAES.

Desta forma, poderemos evidenciar as hipóteses desta pesquisa:

- Hipótese 1: A auto-avaliação realizada nas IES serve *somente* para cumprir com as obrigações preconizadas pelo SINAES, transformando-se em mero instrumento burocrático e de controle.
- Hipótese 2: A auto-avaliação é vista como um instrumento de diagnóstico das fragilidades e potencialidades da instituição, tornando-se forte instrumento para melhoria da sua qualidade educativa.
- Hipótese 3: Confirma parcialmente a hipótese 2 com elementos da hipótese 1.

4.3 Diretriz 1: Participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação.

De acordo com o Art. 2º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 “o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar: a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.”

Para verificarmos se a avaliação realizada nas instituições está ocorrendo de forma participativa solicitamos aos coordenadores das CPAs pesquisadas que respondessem as seguintes questões:

- *Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição.*
- *A CPA realiza encontros com a comunidade acadêmica para esclarecer os objetivos da auto-avaliação e sensibilizá-la a participar desse processo?*
- *A comunidade acadêmica participa com críticas e sugestões para a melhoria do processo de avaliação institucional e da instituição?*
- *A auto-avaliação promove o diálogo entre professores, funcionários e estudantes de forma democrática: () não concordo, () concordo um pouco, () concordo muito, () concordo totalmente, () não sei.*

Obtivemos as seguintes respostas que foram sintetizadas e agrupadas abaixo, por instituição:

“A”

Os coordenadores da CPA da instituição “A” afirmam ter realizado um amplo processo de auto-avaliação institucional. Pode-se destacar a avaliação realizada no segundo semestre de 2006 do corpo docente pelos discentes que envolveu toda a instituição. No entanto, os encontros com a comunidade acadêmica foram parcialmente desenvolvidos em 2007 e 2008 e retomados em 2009. Raramente a comunidade envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição. Na visão dos coordenadores da CPA a auto-avaliação, nesta instituição, não está funcionando como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.

“B”

O coordenador da CPA da instituição “B” descreve que um relatório farto de recomendações foi elaborado e divulgado através do portal. Mas, a fase de sensibilização é problemática pela falta de credibilidade da comunidade acadêmica quanto ao instrumental da avaliação.

Mesmo assim, afirma que a comunidade sempre envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição e, também, que concorda um pouco com a

utilização da auto-avaliação como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.

“C”

A instituição “C” iniciou um levantamento de dados com os estudantes a partir de 2003. Com a implantação do SINAES é criada a CPA que inicialmente se reunia mensalmente com representantes de professores e coordenadores de cursos (comissão setorial) para a organização do processo de auto-avaliação. Após 2006, os encontros passaram a ser semestrais. Alunos, professores, assessores e o corpo técnico-administrativo participaram do processo avaliativo através dos seus representantes e respondendo as 11 enquetes existentes.

A coordenadora da CPA afirma que a comunidade frequentemente envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição e, também, que concorda totalmente com a utilização da auto-avaliação como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.

“D”

A IES “D” faz avaliação desde 1997. Começou com um grupo de professores que se reuniram e criaram alguns parâmetros, com dados bem gerais. Depois veio a criação de um índice, complexo e fidedigno, de satisfação dos discentes. Em 2000 começou a ser eletrônico, todo semestre foram feitas melhorias no sistema, à medida que a instituição cresceu se viu criar melhorias. A sensibilização ocorre com a participação de todos.

A instituição D trabalha com muitas CPAs, uma para cada unidade. Essa especificidade faz com que tenham um departamento de avaliação institucional vinculado à matriz. Esse departamento se articula com as CPAs de todas as outras unidades e com seus respectivos diretores e coordenadores com o objetivo de criar a política de avaliação da instituição, as orientações e diretrizes em relação aos processos e todos os procedimentos avaliativos. As CPAs cumprem as seguintes etapas: 1ª manter as informações atualizadas no sistema, 2ª proceder a sensibilização da comunidade, 3ª acompanhar os alunos para o preenchimento de questionários eletrônicos, 4ª de posse dos resultados da avaliação, promover reuniões entre os coordenadores e os alunos, verificar se os planos de melhoria estão sendo feitos e se os resultados estão sendo debatidos, se há reflexão.

Os professores e funcionários sempre participam dessas reuniões. Mas, o professor ainda é o que mais participa do processo, o funcionário ainda não participa tanto.

No entanto, o instrumento de auto-avaliação do professor perdeu importância no contexto, no sentido de que não há mais geração de resultado para ele. A idéia era que o professor usasse esse instrumento para fazer uma reflexão sobre seu desempenho.

A comunidade frequentemente envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição.

O entrevistado concorda totalmente com a utilização da auto-avaliação como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.

“E”

A instituição “E” realizou o primeiro ciclo avaliativo em 2004-2006 por meio de reuniões gerais com a comunidade acadêmica.

Em 2006-2008 realizaram reuniões menores focando a dimensão do ensino. Como se trata de uma universidade muito grande, as reuniões gerais são utilizadas em alguns momentos de grandes modificações, porque em grandes tendências, todo mundo está de acordo, mas à medida que algumas questões precisam ser aprofundadas há necessidade de realizar reuniões menores, por exemplo, do departamento, do curso, de todos os professores de uma faculdade. Portanto, a universidade está realmente sensibilizada pelo processo de auto-avaliação que é único para a instituição inteira.

Em 2009 o planejamento está sendo revisto para uma atuação maior da CPA nas conclusões, recomendações e avaliações do sistema.

A coordenadora da CPA afirma que a comunidade sempre envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição e, também, que concorda totalmente sobre a utilização da auto-avaliação como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.

Síntese:

Em conformidade com a diretriz 1: *Participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação*, a maioria dos coordenadores das CPAs pesquisadas indica que há participação de professores, estudantes e funcionários no processo de avaliação institucional, concordando totalmente (3 respostas) ou um pouco (1 resposta) sobre a utilização da auto-avaliação como instrumento de diálogo da comunidade acadêmica. Somente uma CPA respondeu que a comunidade raramente envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição não servindo, especificamente nessa instituição, como instrumento de diálogo.

Também, algumas dificuldades foram relatadas como a realização de encontros parciais, na instituição “A”, e a dificuldade na fase de sensibilização de professores, estudantes e funcionários pela falta de credibilidade da comunidade acadêmica quanto ao instrumental da avaliação, na instituição “B”.

4.4 Diretriz 2: Uso efetivo dos resultados da auto-avaliação. Eficácia. Melhoria da qualidade da educação superior

Conforme:

§ 1º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 “O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional”.

Art. 3º: A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

Com o intuito de captarmos a eficácia da auto-avaliação na melhoria da qualidade da educação, através do uso efetivo dos seus resultados, as seguintes questões foram propostas:

- *Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição.*
- *De que forma são elaborados os planos de gestão ou de metas para melhoria da instituição? Há participação da comunidade? A auto-avaliação ajuda na elaboração desses planos?*
- *Essas críticas ou sugestões são levadas em consideração ou implementadas pela instituição?*
- *Quais são suas críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação institucional?*

- *A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é um instrumento para a melhoria do processo educativo e da instituição: () não concordo, () concordo um pouco, () concordo muito, () concordo totalmente, () não sei.*

Respostas por instituição:

“A”

Os usos dos resultados da auto-avaliação não são claramente percebidos na instituição “A” porque a CPA norteia os resultados, mas não é deliberativa. Assim, os coordenadores não sabem e não podem afirmar em que medida os resultados da avaliação, as críticas e sugestões foram levados em consideração ou incorporados pela instituição. No entanto, têm a percepção de que foram pouco incorporados.

A avaliação aplicada pela instituição aos docentes não está sendo utilizada como um instrumento para melhoria do processo educativo e da instituição.

O SINAES como um todo é excelente e poderia levar à melhoria da qualidade de educação superior no país se fosse cumprido à risca, mas o problema está na operacionalização do sistema. Não só na instituição, mas também no próprio MEC havendo necessidade de aperfeiçoar o mecanismo de implementação nas instituições e de se criar uma espécie de “impedimento” mais valorativo do próprio MEC.

“B”

A instituição “B” fez um acompanhamento do uso dos resultados da avaliação e constatou que um número expressivo de recomendações do relatório 2006 se tornou realidade.

Os planos de gestão e metas são elaborados pela direção e coordenadorias de cursos, baseados em grande parte nos resultados extraídos dos questionários e em seguida submetidos à mantenedora. No entanto, a participação da comunidade é baixa. Mesmo assim, as críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição.

A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é utilizada como um instrumento para melhoria do processo educativo e da instituição.

Há necessidade de haver mais debates sobre o processo de avaliação institucional, mas falta sensibilização e *“a questão se complica ainda mais porque o corpo do MEC é carente de competência e dedicação e, quando consultado, se comporta de forma lenta, confusa e desatenciosa.”* (acrescentado por sugestão do juiz 1)

“C”

A partir da análise dos dados coletados através de diversos questionários, a auto-avaliação na instituição “C” tem como objetivo traçar algumas metas para serem atingidas nos próximos semestres, sempre levando isso para a diretoria administrativa, que dará o aval para as conquistas.

As críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica, representada pela CPA, sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição.

A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é utilizada como um instrumento para melhoria do processo educativo e da instituição.

A melhoria do processo de avaliação institucional passa pelo reconhecimento da importância e necessidade da existência da CPA. No entanto, segundo a entrevistada, a CPA deixou de ser reconhecida a partir das últimas mudanças ocorridas no SINAES e afirma que deveria haver um maior envolvimento e *feedback* por parte do MEC/INEP.

“D”

A instituição “D” sempre trabalhou com planos de melhoria, mas estavam desarticulados. Atualmente, cada CPA articula reuniões com a comunidade acadêmica, a publicitação e a discussão dos resultados para a definição de melhorias que serão inseridas no sistema eletrônico, discutidas e aprovadas pela diretoria de cada faculdade. Após essa aprovação um documento consolidado de todas as faculdades é publicado e entregue para os principais diretores da matriz e para os diretores regionais.

As críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica, representada pela CPA, sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição.

A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é utilizada como um instrumento para melhoria do processo educativo e da instituição.

O entrevistado afirma que o SINAES é um avanço em relação aos sistemas de avaliação anteriores, mas hoje esse sistema está sendo desmontado, porque embora não tivesse muitas falhas não mostrou sua função. Ele afirma que precisaria de 10 a 15 anos para fortalecer uma cultura de avaliação, mas o Brasil é impaciente. Faltou planejamento por parte do MEC.

Como sugestão para a melhoria do processo institucional o entrevistado aponta três aspectos: 1º retirar viés ideológico, 2º criar uma política que evidencie que a avaliação deva ser usada para gestão e não somente para cumprir a lei, a partir da criação de um índice nacional que agregasse questões educacionais, pedagógicas, financeiras e de oferta de vagas,

3º o MEC deveria assessorar e disponibilizar instrumentos e ferramentas tecnológicas para subsidiar o trabalho das CPAs, e fortalecê-las.

“E”

No período de 2004 a 2005 a CPA da instituição “E” elaborou algumas recomendações que foram discutidas em cada faculdade e tiveram um apoio muito grande para que elas fossem assumidas como meta. O andamento dessas metas foi discutido com a reitoria e com os vários conselhos existentes na universidade.

De 2007 para 2008, as recomendações foram apresentadas ao novo reitor para subsidiar a sua gestão. Mas, embora o trabalho da CPA seja muito valorizado pela instituição, não compete a ela cobrar o cumprimento das metas.

Quando perguntamos se existe uma relação automática entre as recomendações da CPA e aquilo que é estabelecido no plano de metas, obtivemos a seguinte resposta:

Ah existe, mas não acontece. E eu não sei se existe alguma universidade no Brasil que consiga. Coloca no plano de metas e acontece. Que coloca no plano de metas, sim. Daí acontecer: esse é o processo de implantação. Então, há uma coisa mais ou menos automática. (acrescentado por sugestão do juiz 1)

As críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição.

Com respeito à melhoria do processo de avaliação institucional a coordenadora da CPA avalia que o programa do SINAES é muito bom, mas faltou um processo de implantação, um programa tão bom quanto foi a sua proposta inicial. Detalhado, organizado e com metas para 10 anos.

Síntese:

A reflexão dos coordenadores sobre a Diretriz 2: *Uso efetivo dos resultados da auto-avaliação. Eficácia. Melhoria da qualidade da educação superior* pode ser desmembrada em duas. A primeira trata da política interna da instituição, ou seja, como se dá a apropriação dos resultados da auto-avaliação. A segunda remete a percepção dos coordenadores para o sistema nacional de avaliação, ou seja, como o Estado se apropria dos resultados das avaliações realizadas nacionalmente.

Com relação à política interna das instituições é importante ressaltar, como visto no capítulo 3 que os resultados da auto-avaliação são vistos e apropriados pelas instituições de acordo com a sua missão, seus valores, sua cultura e a sua experiência com auto-avaliação.

Enquanto o uso dos resultados da auto-avaliação não é claramente percebido pela instituição “A”, nas demais instituições ele é evidente e de certa forma assimilado pelo plano de gestão. Varia, porém, a forma como se dá o processo de incorporação dos resultados e o acompanhamento das ações dependendo do tipo de administração adotada. Por exemplo, os resultados da auto-avaliação e o plano de melhoria das instituições são sempre submetidos a alguma instância administrativa superior para aprovação: diretores de faculdade, diretor administrativo, reitor ou mantenedor, eleitos ou não pela comunidade. Porém, *“a CPA não é deliberativa”* (“A”) e *“não compete a ela (CPA) cobrar o cumprimento das metas”* (“E”).

No entanto, a maioria dos coordenadores afirmou que as críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição.

Com relação ao sistema nacional de avaliação destacamos as seguintes colocações dos entrevistados: *“o SINAES como um todo é excelente”* (“A”) e configura-se em *“um avanço em relação aos sistemas anteriores”* (“D”), podendo *“levar a melhoria da qualidade de educação superior no país se fosse cumprido a risca, mas o problema está na operacionalização do sistema”* (“A”) e *“a questão se complica ainda mais porque o corpo do MEC é carente de competência e dedicação e, quando consultado, se comporta de forma lenta, confusa e desatenciosa.”* (“B”)

“A CPA deixou de ser reconhecida a partir das últimas mudanças ocorridas no SINAES” e *“deveria haver um maior envolvimento e feedback por parte do MEC/INEP”* (“C”).

Os entrevistados da instituição “D” e “E” concordam que o SINAES precisaria de no mínimo 10 anos para fortalecer uma cultura de avaliação no Brasil e que faltou planejamento por parte do MEC. *“Faltou um processo de implantação, um programa tão bom quanto foi a sua proposta inicial. Detalhado, organizado e com metas para 10 anos”* (“E”).

Como sugestão para a melhoria do processo institucional o entrevistado da instituição “D” aponta três aspectos: *“1º retirar viés ideológico, 2º criar uma política que evidencie que a avaliação deva ser usada para gestão e não somente para cumprir a lei, a partir da criação de um índice nacional que agregasse questões educacionais, pedagógicas, financeiras e de oferta de vagas, 3º o MEC deveria assessorar e disponibilizar instrumentos e ferramentas tecnológicas para subsidiar o trabalho das CPAs, e fortalece-las”*.

Portanto, as respostas dos coordenadores indicam que a efetividade do uso de resultados das avaliações depende, por um lado, da existência de uma política interna da instituição que permita o diálogo e contemple as reivindicações da comunidade com vistas à melhoria da educação e da instituição, e por outro lado, de um sistema de avaliação nacional que fortaleça uma cultura de avaliação.

4.5 Diretriz 3: Caráter formativo da avaliação ou controle burocrático

Conforme a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Art. 3º: A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

E diretrizes da CONAES.

As questões que selecionamos para apurar a Diretriz 3 foram:

- *A CPA elabora e aplica questionários para coletar informações da comunidade acadêmica? Se sim, qual é a periodicidade. São revisados periodicamente? Quais são os critérios técnicos e estatísticos?*
- *De que forma a CPA mantém a comunidade informada sobre o processo de avaliação da instituição?.*
- *De que forma a CPA divulga os resultados das pesquisas para avaliação do seu desempenho profissional dos docentes?*

Respostas por instituição:

“A”

O processo de avaliação da instituição foi norteado pelas dez dimensões propostas pelo SINAES. Os questionários foram aperfeiçoados ao longo do tempo e convertidos em formulários eletrônicos a serem respondidos on-line. Existe um espaço no portal da instituição onde divulgam os resultados da avaliação e os encontros. Os resultados da avaliação docente são divulgados em encontros.

“B”

Foi constituída uma CPA e seguido o roteiro indicado pelo MEC. A partir do final de 2007 foi dado início ao 2º ciclo de auto-avaliação de forma mais crítica e lenta percebendo desacertos, alguns de difícil correção.

Os questionários são revistos periodicamente e aplicados anualmente para os alunos e bienalmente para professores, funcionários e ex-alunos. Falta experiência para a fixação de critérios técnicos.

A comunidade se mantém informada através do portal e de jornal interno.

“C”

O processo se dá desde 2005 quando as portarias do MEC definiram que as unidades superiores deveriam ter a sua CPA contando com assessoria externa. Existem 11 questionários eletrônicos para avaliar os vários aspectos da instituição sob a ótica dos diferentes atores da comunidade acadêmica: professores, coordenadores, estudantes, funcionários.

A revisão dos questionários é feita periodicamente acolhendo propostas de professores.

A comunidade se mantém informada através do portal, jornal interno e do boletim informativo específico da CPA. E a avaliação do desempenho dos docentes é informada através dos dados encaminhados aos coordenadores de curso para a devolutiva para os professores.

“D”

O departamento de avaliação da instituição cria e revisa periodicamente todos os instrumentos de avaliação, e as CPAs contribuem para o aprimoramento desse processo. A coleta de dados é realizada semestralmente. Há uma preocupação em manter a série histórica e por isso o cálculo dos índices é sempre feito da mesma forma.

A comunidade se mantém informada através do portal, jornal interno e encontros. E a avaliação do desempenho dos docentes é informada através do portal, mas o acesso é individualizado e restrito a cada professor e os dados são trabalhados com o coordenador do curso.

“E”

A instituição coleta informações através de questionários eletrônicos, entrevistas, e de acordo com a periodicidade definida no plano. Eles são revisados e testados periodicamente e têm um controle técnico muito grande.

A comunidade se mantém informada através do portal, encontros, cartazes, e demais tipos de correspondência.

Com relação a avaliação do desempenho docente a coordenadora explica que a instituição optou por fazer uma avaliação institucional ampla e que a responsabilidade pela avaliação do docente não é da CPA.

“A CPA desenvolveu para a reitoria uma avaliação online a ser preenchida pelo aluno, com a condição que não houvesse listão.”

Ela somente utiliza os resultados da avaliação docente como um dos indicadores gerais porque a avaliação do desempenho docente é um processo que envolve uma série de fatores: estabelecer metas com o docente, estabelecer progressão de carreira, condições para o seu trabalho e acompanhar esse procedimento. A avaliação docente é um processo, não é uma unidade de medida isolada.

Síntese:

Com relação à diretriz 3: *Caráter formativo da avaliação ou controle burocrático* observamos que todas as instituições cumpriram as exigências burocráticas estabelecidas pelo MEC como a criação de uma CPA, elaboração de pesquisas, relatórios, etc. Essas exigências deram andamento a uma série de atividades dentro de cada uma das instituições que mobilizou diversos setores.

O grande volume de informações gerado através de questionários necessita de critérios técnicos e estatísticos para serem tratados de forma confiável, bem como de pessoal capacitado para analisar, sintetizar e gerar relatórios com recomendações para a melhoria da instituição. Essa difícil tarefa, na maioria das instituições é confiada a professores da área de estatística, matemática e informática. Algumas instituições possuem experiência em avaliação institucional anterior à promulgação do SINAES o que lhes confere uma vantagem em termos do aperfeiçoamento desse processo. Outras IES iniciaram recentemente levantamentos de dados através da via eletrônica ou não possuem técnicas mais refinadas para coleta e análise dos dados, o que pode comprometer a fidedignidade dos dados.

A comunidade se mantém informada através de diversos canais de comunicação, dependendo da instituição: portal, jornal interno, encontros, cartazes, etc.

Os resultados da avaliação do desempenho dos docentes na maioria das instituições são divulgados e discutidos com os coordenadores dos cursos.

No entanto, a experiência da CPA da instituição “E” merece destaque por se diferenciar das demais instituições e pela intenção de não transformar a avaliação em um instrumento de controle e punição. Nessa perspectiva, os resultados da avaliação docente são tratados como um dos indicadores gerais. A coordenadora explica que a avaliação do desempenho docente é um processo que envolve uma série de fatores: estabelecer metas com o docente, estabelecer progressão de carreira, condições para o seu trabalho e acompanhar esse procedimento. *“A avaliação docente é um processo, não é uma unidade de medida isolada”.* (“E”)

De forma geral, as respostas dos coordenadores evidenciam a necessidade de cumprir as exigências burocráticas do sistema nacional de avaliação. Mas, na esteira dessa preocupação o processo avaliativo evolui e ganha forma.

4.6 Diretriz 4: Análise global e integrada da avaliação pelo SINAES.

Conforme, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.

Com o objetivo de conhecermos a percepção dos coordenadores das CPAs em relação a análise global e integrada proposta pelo SINAES elaboramos a seguintes questões:

- *Qual é a sua visão sobre as alterações realizadas a partir de 2007 pelo MEC no Sinaes?*
- *A auto-avaliação e a CPA perdem importância e função com essas mudanças?*
- *Qual é a sua visão sobre o Conceito Preliminar de Curso criado pelo MEC através de Portaria Normativa?*
- *O último ranking divulgado pelo MEC baseado no novo Índice Geral de Cursos (IGC) expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social?*

Respostas por instituição:

“A”

A partir do final de 2007 as alterações efetuadas pelo MEC têm a clara intenção de ranquear as IES porque isso dá “Ibope” para os veículos de comunicação. Existe, também, uma sobrevalorização da avaliação institucional a partir dos alunos, tanto nos instrumentos como quanto aos resultados do ENADE.

A auto-avaliação e a CPA perdem a liberdade comprometendo a qualidade, embora no instrumento de avaliação externa existam referenciais mínimos de qualidade que todas as IES deverão seguir.

“B”

A partir de final 2007 as alterações efetuadas pelo MEC refletem atitudes pragmáticas para monitorar um sistema de ensino complexo em um país de grande extensão territorial e populacional. O coordenador da CPA é favorável a essas mudanças e não acredita que a auto-avaliação e as CPAs percam sua importância e função.

Ele afirma que a dinâmica do CPC foi uma boa idéia, mas a metodologia de medida extremamente infeliz.

O último *ranking* divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social, porque é baseado nos CPCs que foram mal medidos.

“C”

A coordenadora da CPA da instituição “C” acredita que as alterações no Sinaes ocorreram em função da necessidade do MEC ter dados mais específicos e reais do trabalho desenvolvido pelas instituições.

As CPAs não perderão importância e função naquelas instituições que tem entendimento de qual é o papel da CPA. A legislação não irá mudar isso, porque é necessário e importante dar voz ao outro.

Com relação ao CPC a coordenadora afirma que nem sempre o que está traduzido numa avaliação somente do aluno reflete o que a instituição oferece. O ENADE por si só não tem elementos para avaliar a instituição como um todo.

O último *ranking* divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social.

“D”

O entrevistado acredita que o MEC tem se equivocado em criar certos índices, como o CPC, que não refletem a realidade das instituições. Também, acha que o SINAES vem perdendo sua força pela falta de planejamento a médio e longo prazo por parte do MEC. Com as últimas mudanças realizadas pelo MEC as CPAs e a auto-avaliação estão perdendo força e importância.

O último *ranking* divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social.

“E”

O SINAES perdeu a visão ampla que tinha e se concentrou no ENADE. O grande problema do SINAES/CONAES foi que faltou um plano de implantação, não basta só fazer conferências de sensibilização, ter avaliador externo e tudo o mais. Faltou um plano estratégico de 10 anos com medidas de institucionalização que não permitisse volta do processo.

A coordenadora da CPA sente que as CPAs foram abandonadas pelo INEP-CONAES e perdem sua importância e função, porque o que conta agora é o ENADE. *“O que é questionável no CPC é a questão dos insumos que acaba ficando muito relativizada, porque fica só na perspectiva da visão do aluno”.*

O último *ranking* divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social, porque ele está reduzido em grande parte ao ENADE.

Síntese:

Segundo a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES ao promover a avaliação das instituições deve assegurar: a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.

No entanto, a percepção dos coordenadores das instituições pesquisadas é que a partir do final de 2007 as alterações efetuadas pelo MEC têm a clara intenção de ranquear as IES (“A”) perdendo a sua visão global e integrada.

Afirmam que o último *ranking* divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social, seja “*porque é baseado nos CPCs que foram mal medidos*” (“B”), ou pelo fato do ENADE não ter elementos para avaliar a instituição como um todo (“A”, “C” e “E”)

O coordenador da instituição “D” acredita que o MEC tem se equivocado em criar certos índices como o CPC que não refletem a realidade das instituições. Também, acha que o SINAES vem perdendo sua força pela falta de planejamento a médio e longo prazo por parte do MEC. Com as últimas mudanças realizadas pelo MEC as CPAs e a auto-avaliação estão perdendo força e importância.

Seguindo o mesmo raciocínio a coordenadora da instituição “E” afirma que o SINAES perdeu a visão ampla que tinha e se concentrou no ENADE.

O grande problema do SINAES/CONAES foi que faltou um plano de implantação, não só fazer conferências de sensibilização, de ter avaliador externo e tudo o mais. Faltou um plano estratégico de 10 anos com medidas de institucionalização que não permitisse volta do processo.

A coordenadora da CPA sente que as CPAs foram abandonadas pelo INEP-CONAES e perdem sua importância e função, porque o que conta agora é o ENADE.

“O que é questionável no CPC, afirma ela, é a questão dos insumos que acaba ficando muito relativizada, porque fica só na perspectiva da visão do aluno”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho de pesquisa, percorremos as trilhas deixadas pelas políticas públicas brasileiras na área da avaliação institucional. Constatamos por meio da literatura sobre esse assunto e das informações que obtivemos sobre o processo de auto-avaliação das IES que conseguimos entrevistar no município de Sorocaba, que não se trata de um caminho fácil, plano e linear, ao contrário, é difícil e sinuoso.

O assunto merece um contínuo estudo e aprofundamento. O nosso objetivo é contribuir com mais uma reflexão sobre esse tema sem a pretensão de generalizar os resultados da nossa pesquisa nem no município de Sorocaba e muito menos no âmbito nacional. Pretende-se que o esforço aqui empreendido seja mais um subsídio para ajudar a traçar tendências sobre a problemática da avaliação institucional.

Como afirma Alves (1992, p. 54):

A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema.

Nesta perspectiva, procuramos mostrar no capítulo 2, *Evolução Histórica da Avaliação nas Instituições de Educação Superior Brasileiras*, a complexidade da avaliação institucional e fazer um breve apanhado histórico com o objetivo de contextualizar essa problemática.

A avaliação é um processo que possui diferentes significados, objetivos e resultados que podem desvelar aspectos e valores de uma dada realidade. Por isso, é importante a contextualizarmos e jamais entendê-la de forma simplista, como um problema meramente técnico.

A partir dos anos setenta, especialmente nos países anglo-saxões, ocorreu uma nítida ruptura com o Estado de bem-estar social e a adoção de políticas neoliberais e neoconservadoras caracterizadas pela supremacia do mercado, competição acirrada e forte regulação do Estado. Do ponto de vista social, houve estímulo à liberdade de escolha, competição e individualismo.

Na educação superior, isso se notou pela centralidade que, paulatinamente, a avaliação institucional ganhou nas agendas das políticas educacionais dos governos dos países desenvolvidos e emergentes e da realização de avaliações com foco nos resultados e nos produtos, instigando a competitividade entre instituições e orientando clientes. Além da associação dos resultados da avaliação com a possibilidade de liberação de financiamento feita por órgãos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

No Brasil, surgem as primeiras experiências com avaliação institucional: o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) em 1983, a Comissão Nacional para a Reforma da Educação Superior em 1985 e o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) em 1986.

A partir da década de 1990, na esteira da expansão da privatização da educação superior influenciada pelas ideias neoliberais, a avaliação torna-se cada vez mais uma necessidade. Neste contexto, basicamente duas concepções divergentes ganham espaço nos debates sobre os problemas nacionais: a avaliação como instrumento democrático, educativo, formativo e emancipador, e a avaliação como instrumento burocrático, controlador e regulador.

Em 1993 é criado o PAIUB com disposição democrática e formativa, mas de curta duração. Ele foi substituído em 1995 pelo ENC, mais conhecido como Provão, cuja principal ideia era regulamentar o setor e orientar os clientes na escolha das IES. Esse exame, obrigatório e classificatório, junto com a Avaliação das Condições de Ensino (ACE) originou o *Ranking* Nacional das Instituições de Educação Superior que, amplamente divulgado pela mídia, provocou um aumento da concorrência entre as IES.

Como contraponto a esses exames surge, em 2004, um sistema nacional de avaliação com intenção formativa e emancipadora, o SINAES, que propõe transformar a avaliação em um importante instrumento de identificação dos pontos fortes e fracos das IES visando corrigir e promover mudanças para a melhoria da qualidade da educação através da participação democrática da comunidade acadêmica.

Porém, a partir do final de 2007, o SINAES passa por diversas modificações iniciando um sistemático ranqueamento das IES com base, principalmente, nos resultados obtidos pelo ENADE. Foram criados pelo MEC: o Conceito Preliminar dos Cursos de Graduação (CPC) e o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). O cálculo do CPC é composto por: 30% de insumos (cadastro docente e questionário sócio-econômico), 40% dos

resultados do ENADE e 30% do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), obtido através dos resultados do ENADE. O cálculo do IGC é baseado na média ponderada do CPC e para as IES que possuem programas de pós-graduação, a média ponderada desses cursos.

Esse índice serve de base para o ranqueamento das IES e, a partir de então, é divulgado anualmente.

Segundo Leite (2008, p. 834) a lei original que fundamenta o SINAES não contemplava o ranqueamento e isso vai contra o “seu caráter formador, de valorização da avaliação interna e da auto-análise das IES”.

Para compreendermos melhor a problemática da avaliação no Brasil, vinculamos a educação superior aos conceitos de qualidade, pertinência social, democracia e avaliação participativa no terceiro capítulo: *Educação Superior, Democracia e Avaliação Participativa*.

Esses conceitos ganham maior significado diante do aumento da desigualdade econômica entre países ricos e pobres, do aumento da concentração de renda e dos inúmeros problemas sociais, ambientais e econômicos.

A educação superior é parte integrante dessa realidade e deveria assumir a sua cota de responsabilidade oferecendo uma educação de qualidade, autônoma e crítica na tentativa de apontar alternativas de uma vida mais igualitária e melhor.

No Brasil, a partir de 1996, a nova LDB permite uma grande expansão e diversificação das IES por meio da crescente privatização da educação superior. Isto amplia a necessidade de controle da qualidade da educação por parte do Estado, e diante do complexo sistema educacional que se cria e dos diferentes tipos de instituições (públicas, privadas, com fins lucrativos, sem fins lucrativos, comunitárias, confessionais, filantrópicas) amplia-se a problemática da avaliação.

Dias Sobrinho afirma que (2002a) há uma distorção da função da universidade por causa da sua proximidade com a lógica do mercado, e que ela deveria, acima de tudo, garantir um sentido humano ao desenvolvimento econômico.

Catani e Oliveira (2000, p.46) dizem que as IES da América Latina são orientadas a seguir a lógica do mercado como estratégia, particularmente do Banco Mundial.

No entanto, existem forças contrárias a esse movimento de mercantilização da educação superior, como expressas na Conferência Mundial sobre Educação Superior (CMES) da UNESCO realizada em 1998 que insistiu na tese de que a educação é um bem

público. Portanto, o compromisso social da universidade não pode ser desvinculado da qualidade educativa e da pertinência social.

Para Dias Sobrinho (2008a) a qualidade da educação não é um conceito acabado, mas um processo dinâmico que relaciona a missão das universidades com as demandas das comunidades locais, nacionais e mundiais. Nesta perspectiva, o processo avaliativo carrega em si concepções de educação e de sociedade que causam determinados resultados.

A literatura revela que de forma crescente as avaliações externas realizadas pelo Estado são objetivas, quantitativas e têm um caráter fiscalizador. Elas têm como função reunir e fornecer dados para subsidiar as políticas públicas, e orientar os clientes através da divulgação dos resultados pertinentes ao setor, geralmente, na forma de *rankings*. O grande problema é compatibilizar as avaliações externas, controladoras e fiscalizadoras, com as avaliações internas, formativas.

O caráter formativo da auto-avaliação somente é conquistado através de processos participativos democráticos. A democracia participativa tem como principais características “a formação de uma comunidade política, a autolegislação e a participação constante. Igualmente, a transformação de cidadãos privados e independentes em cidadãos públicos” (LEITE, 2005, p.75).

Das diversas experiências que IES brasileiras já vivenciaram com a avaliação, as propostas com caráter formativo do PAIUB (1993-1995) e do SINAES (2004 a 2007) aproximam-se mais de uma democracia participativa ou forte. Assim como as práticas das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul inspiradas no PAIUB. Outras propostas, com caráter fiscalizador e regulador, aproximam-se de uma democracia fraca, com a realização de exames classificatórios e o posterior ranqueamento das IES.

Finalmente, no quarto capítulo, *Metodologia e Análise dos Dados*, analisamos os dados coletados durante a pesquisa de campo com os coordenadores das CPAs das IES do município de Sorocaba.

Diante da limitação dos prazos de entrega do trabalho e dos recursos financeiros, efetuamos um recorte no universo de IES brasileiras. O município de Sorocaba, dentro do Estado de São Paulo, foi escolhido por ser um importante pólo industrial, comercial e educacional. De acordo com o nosso cálculo, Sorocaba possui 12 instituições de educação superior entre públicas e privadas. Dentre as quais, privadas no *sentido estrito*, comunitárias e confessionais.

Realizamos a pesquisa enviando um formulário eletrônico, com perguntas abertas e fechadas, para facilitar a coleta de dados. No entanto, a maioria das IES (4 IES) preferiu conceder entrevistas presenciais que foram devidamente gravadas e transcritas. Uma instituição enviou o formulário preenchido por e-mail e outra respondeu que não participa do SINAES.

Por meio da navegação pelos sites de todas as instituições de Sorocaba constatamos que somente duas reservam um espaço virtual adequado para a divulgação dos resultados atualizados e globais da auto-avaliação, tanto para a comunidade interna, como para a comunidade externa.

Os contatos que antecederam a entrevista foram importantes para tirar dúvidas, garantir o sigilo das informações prestadas e mostrar a seriedade da pesquisa na busca de informações fidedignas. As cinco instituições que participaram da pesquisa foram denominadas pelas letras: A, B, C, D, E.

As respostas dos coordenadores das CPAs foram sintetizadas e enviadas para análise de 3 conceituados professores, denominados Juiz1, Juiz2 e Juiz3 para proporcionar maior fidedignidade e objetividade no tratamento das informações. Em seguida elas foram analisadas a luz das hipóteses desta pesquisa e de quatro diretrizes norteadoras do SINAES que elegemos pela sua significação e importância no contexto deste trabalho:

- Diretriz 1: Participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação.
- Diretriz 2: Uso efetivo dos resultados da auto-avaliação. Eficácia. Melhoria da qualidade da Educação Superior.
- Diretriz 3: Caráter formativo da avaliação ou controle burocrático.
- Diretriz 4: Análise global e integrada da avaliação pelo SINAES.

Constatamos em relação a primeira diretriz: *Participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação*, a indicação, por parte dos coordenadores entrevistados, da participação da comunidade acadêmica no processo de auto-avaliação.

Há concordância da maioria deles sobre a utilização da avaliação como instrumento de diálogo entre professores, estudantes e funcionários.

Algumas dificuldades foram relatadas como a realização de encontros parciais, na instituição “A”, e a dificuldade na fase de sensibilização de professores, estudantes e funcionários pela falta de credibilidade da comunidade acadêmica quanto ao instrumental da avaliação, na instituição “B”.

A segunda diretriz: *Uso efetivo dos resultados da auto-avaliação. Eficácia. Melhoria da qualidade da educação superior* mostra que o uso dos resultados da auto-avaliação na maioria das IES é evidente e de alguma maneira incorporado no plano de gestão.

No entanto, há diferenças significativas na forma como cada IE incorpora os resultados da avaliação. O que nos remete a olhar para as características de cada instituição (sua missão, cultura, tipo de administração e experiência com avaliação), bem como para a efetiva participação dos membros da comunidade nas decisões da vida acadêmica, já que a CPA não é deliberativa e desta forma não pode cobrar o cumprimento das metas. Além disso, os resultados da avaliação e o plano de metas são submetidos para aprovação nas instâncias administrativas superiores, cujos membros podem ou não ser eleitos pela comunidade.

Com relação ao sistema nacional de avaliação destacamos as seguintes colocações dos entrevistados: “o SINAES como um todo é excelente” (“A”) e configura-se em “um avanço em relação aos sistemas anteriores” (“D”), podendo “levar à melhoria da qualidade de educação superior no país se fosse cumprido à risca, mas o problema está na operacionalização do sistema” (“A”) e “a questão se complica ainda mais porque o corpo do MEC é carente de competência e dedicação e, quando consultado, se comporta de forma lenta, confusa e desatenciosa.” (“B”)

“A CPA deixou de ser reconhecida a partir das últimas mudanças ocorridas no SINAES” e “deveria haver um maior envolvimento e *feedback* por parte do MEC/INEP” (“C”).

Os entrevistados das instituições “D” e “E” ressaltaram a falta de planejamento por parte do MEC que deveria fortalecer a cultura de avaliação no Brasil garantindo um prazo para implantação total do SINAES de, no mínimo, 10 anos.

Por um lado, a efetividade do uso de resultados das avaliações depende da existência de uma política interna da instituição que permita a participação democrática da comunidade para a melhoria dela própria e da educação. Por outro lado, há necessidade de um sistema de avaliação nacional que fortaleça uma cultura de avaliação formativa e democrática.

Utilizando da terceira diretriz, *Caráter formativo da avaliação ou controle burocrático*, verificamos que todas as IES entrevistadas cumpriram as exigências burocráticas estabelecidas pelo MEC como a criação de uma CPA, elaboração de pesquisas, envio dos relatórios para o INEP com a análise das 10 dimensões do SINAES etc.

Um grande volume de informações foi gerado, processado e analisado. Algumas instituições conseguem dar conta desse processo de forma mais eficiente que outras IES pela experiência acumulada anteriormente à implantação do SINAES.

Na maioria das instituições entrevistadas os resultados da avaliação do desempenho dos docentes são divulgados e discutidos com os coordenadores das faculdades. Cabe ressaltar, no entanto, a experiência da CPA da instituição “E” pela intenção de não transformar a avaliação em um instrumento de controle e punição. Os resultados da avaliação docente dessa IE são tratados como um dos indicadores gerais. “A avaliação docente é um processo, não é uma unidade de medida isolada” (“E”).

A análise das respostas dos coordenadores entrevistados com relação à quarta e última diretriz, *Análise global e integrada da avaliação pelo SINAES*, mostra que a partir do final de 2007 o SINAES deixa para trás a proposta inicial de ser um sistema global e integrado e passa a classificar e ranquear as IES com base, principalmente, nos resultados do ENADE.

Finalmente, as questões levantadas no início deste trabalho ganham um contorno mais claro após a realização da revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e da realização das entrevistas. Considerando as particularidades de cada instituição, suas contradições e conflitos, visualizamos como o processo avaliativo é conduzido nas IES entrevistadas: a auto-avaliação não é utilizada somente como instrumento burocrático e de controle, mas também, como instrumento de diagnóstico das fragilidades e potencialidades destas instituições. Percebemos que, de certa maneira, ela promove a comunicação entre os membros da comunidade acadêmica e acreditamos que o processo avaliativo democrático traga alguns resultados em termos de melhoria educacional. Evidenciamos a hipótese nº 3 que contém parcialmente elementos burocráticos e controladores apresentados na hipótese nº 1 e elementos formativos da hipótese nº 2. Portanto, a nossa percepção é que a avaliação institucional no Brasil não está livre das amarras burocráticas, fiscalizadoras, e regulatórias. Nem da concepção neoliberal que idealiza a mercantilização da educação superior. Porém, entre avanços e retrocessos, parece evidente a necessidade de realizarmos avaliações com o objetivo de assegurarmos a qualidade da educação. Falta avançarmos no sentido de construir uma cultura de avaliação participativa, formativa e emancipadora.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulamentação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e *rankings* escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p.13-29, 2009. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

ALMEIDA JR., V. P. **O processo de formação das políticas de avaliação da Educação Superior no Brasil (1983-1996)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ALVES, A. J. Revisões bibliográficas em teses de mestrado e doutorado: meus tipos inesquecíveis. **Caderno de Pesquisa**, n 81, p. 53-60, maio 1992.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES E PAIUB. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 131-152, 2008.

BARREYRO, G. B. De exames, *rankings* e mídia. **Avaliação**. Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 863-868, nov. 2008a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 mar 1996c. Seção 1, p. 4686.

_____. **Nota técnica**: cálculo do conceito preliminar de cursos de graduação. Brasília: MEC/INEP, 2008.

_____. **Nota técnica**: cálculo do índice geral de cursos. Brasília: MEC/INEP, 2008.

_____. **Portaria Normativa nº - 4**, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. DOU n. 151, 7 ago. 2008, seção 1, p. 15

_____. **Portaria Normativa nº 12**, de 5 de setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). DOU, 08 set.2008, p.13

_____. **Tipos de instituição de ensino superior**. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/tipos_de_instituicao.stm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 13, n. 2, p. 29-52, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/374/37413203.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2008.

CHAUÍ, M.. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 maio 1999. Caderno Mais.

COMISSÃO NACIONAL PARA A REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Uma nova política para a educação superior: Relatório final**. Brasília: Ministério da Educação, 1985. Disponível em: < www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>. Acesso em: 24 set. 2008.

CUNHA, L. **A Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: TRINDADE, H. (org.). **Universidade em ruínas na República dos Professores**. Porto Alegre: CIPEDES, 1999.

Dados sobre o município de Sorocaba <<http://www.sorocaba.sp.gov.br>> e <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

Dados sobre categorias administrativas das instituições de educação superior. MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

DELORS, J. **Educação, um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1998.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, D. I.; ALMEIDA JR., V. P. (Org.). **Avaliação participativa**: perspectivas e debates. Brasília, INEP, v. 1, 2005b, p. 15-28.

_____. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

_____. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v.25, n.88, p.703-725, out. 2004.

_____. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Calidad, pertinencia y responsabilidad social de la universidad latinoamericana y caribeña. In: GAZZOLA, A. L.; DIDRIKSSON, A. (Org.). **Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, v. 1, 2008a, p. 87-112. Disponível em <<http://www.cres2008.org/upload/documentosPublicos/tendencia/Tema03/Jose%20Dias%20Sobrinho.doc>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

_____. Educação e avaliação: técnica e ética. In: _____; Ristoff, D.I. (org). **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002a, p. 37-68.

_____. Educação superior, globalização e democratização. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 164-173, jan. 2005.

_____. Paradigmas e políticas de avaliação da educação superior: autonomia e heteronomia. In: VESSURI, H. (Org.). **Universidad e investigación científica**. Buenos Aires: CLACSO, nov. 2006, p. 169-191.

_____. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set-2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2009.

GOERGEN, P. L. **Educação superior e responsabilidade social: do discurso à ação**. In: CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CRES), Cartagena de Indias, Colômbia 2008. Disponível em: <<http://www.cres2008.org/upload/documentosPublicos/tendencia/Tema03/Pedro%20Goergen.doc>>. Acesso em: 15 jan. 2009. (2008)

_____. Universidade e compromisso social. In: RISTOFF D. I.; GIOLLO, J.; SOBRINHO, J.D. (Org.). **Universidade e compromisso social**. Brasília: Unesco, 2006.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KUNSCH, M. M. K. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEITE, D. B. C. Ameaças pós-*rankings* sobrevivência das CPAs e da auto-avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 833-840, nov. 2008.

_____. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. Programa de avaliação institucional das universidades comunitárias gaúchas: construção e desenvolvimento do Paiung. In: Silva, I. B; Rosa, M. E.. (Org.). **Avaliação institucional integrada: os dez anos do Paiung**. Ijuí: Unijuí, p. 17-34, 2003.

MOROSINI, M. C.; MOROSINI, L. Pedagogia Universitária: entre a convergência e a divergência na busca do alomorfismo. **Unirevista**. Rio Grande do Sul: Unisinos, v. 1, n.2, abr. 2006. Disponível em < www.unirevista.unisinos.br>. Acesso em: 13 jul. 2009.

OLIVEIRA, A. L. M. et al. O objeto da avaliação institucional na heteronômica política pública brasileira. In.: Bello, José L. P. **Pedagogia em foco**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst03.htm>. Acesso em: 31 out. 2007.

PEREIRA, E. M.A. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009.

PINTO, R. Â. B. Universidade comunitária e avaliação institucional: o caso das universidades comunitárias gaúchas. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 185-215, mar. 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a10v14n1.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2005: Cooperação internacional numa encruzilhada**. Lisboa: Resumo, 2005. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

RANKING DO ENSINO SUPERIOR. Estadão. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/especiais/ranking-do-ensino-superior,29178.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

RIBEIRO, G. F. Afinal, o que a organização mundial do comércio tem a ver com a educação superior? **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 49, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a08v49n2.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2009.

RISTOFF, D.I. Algumas definições de avaliação. In: _____; DIAS SOBRINHO, J (Org). **Avaliação e compromisso público**. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. Avaliação institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, J. e BALZAN, N. C. (orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez: 2005.

_____. O exame nacional de cursos e a avaliação institucional. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. (Org). **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SENADO americano investiga agencias de classificação de risco. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, SP. 20 nov. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u469727.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

SGUISSARDI, V. (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. Regulação estatal versus cultura de avaliação institucional? **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, v. 13, n. 3, nov. 2008. p. 857-862 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/16.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

SILVA, F. L. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estud. Av.** 2001, v.15, n. 42, p. 295-304. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000200015&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 jul. 2009.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: **da concepção à regulamentação**. 2.ed. ampl. Brasília, DF: INEP, 2004.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: **orientações gerais para o roteiro da das instituições**. Brasília: INEP, 2004a. Disponível em <www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em: 30 set. 2008.

STEINER, J. E. Diferenciação e classificação das instituições de ensino superior no Brasil. In: STEINER, J. E; MALNIC G. (orgs). **Ensino superior: conceito & dinâmica**. São Paulo: Edusp, 2006.

SWARTZMAN, S. **Brasil: oportunidade e crise no ensino superior**. 1988. Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/oportun.pdf>> . Acesso em: 09 nov. 2009.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

WORLD BANK. **International migration, remittances and the brain drain**. Washington, D.C.: The World Bank, 2006. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org>>. Acesso em: 20 out. 2008.

ZAINKO, M. A. S. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO UTILIZADO COMO ROTEIRO DA PESQUISA

Apreciação da coordenação da CPA sobre o processo de avaliação da Instituição de Educação Superior.

Prezado(a) Coordenador(a),

As informações coletadas através desta pesquisa servirão de base para elaboração de dissertação de mestrado em Educação sobre o processo de auto-avaliação das instituições de educação superior.

Preservaremos o nome das instituições e dos docentes, visto que os dados serão tratados estatisticamente apontando tendências e expressando a visão da comunidade acadêmica sobre essa prática avaliativa.

Agradecemos a sua participação!

Nome da Instituição:

Campus:

Unidade:

1. Título do professor(a): Doutor Mestre Especialista Graduado outro: _____

Sobre o processo de Auto-avaliação:

2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição.
3. A CPA realiza encontros com a comunidade acadêmica para esclarecer os objetivos da auto-avaliação e sensibilizá-la a participar desse processo?
4. A CPA elabora e aplica questionários para coletar informações da comunidade acadêmica? Se sim, qual é a periodicidade. São revisados periodicamente? Quais são os critérios técnicos e estatísticos?
5. De que forma são elaborados os planos de gestão ou de metas para melhoria da instituição? Há participação da comunidade? A auto-avaliação ajuda na elaboração desses planos?
6. A comunidade acadêmica participa com críticas e sugestões para a melhoria do *processo de avaliação institucional e da instituição*?
nunca, raramente, frequentemente, sempre
7. Essas críticas ou sugestões são levadas em consideração ou implementadas pela instituição?
nunca, raramente, frequentemente, sempre, não sabe
8. De que forma a CPA mantém a comunidade informada sobre o processo de avaliação da instituição?
Portal, jornal interno, encontros, não se Aplica, outros:
9. De que forma a CPA divulga os resultados das pesquisas para avaliação do seu desempenho profissional dos docentes?
Portal, jornal interno, encontros, não se Aplica, outros:

Sobre as alterações feitas no SINAES:

10. Qual é a sua visão sobre as alterações realizadas a partir de 2007 pelo MEC no SINAES?
11. A auto-avaliação e a CPA perdem importância e função com essas mudanças?
12. Qual é a sua visão sobre o Conceito Preliminar de Curso criado pelo MEC através de Portaria Normativa?
13. O último *ranking* divulgado pelo MEC baseado no novo Índice Geral de Cursos (IGC) expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social?
14. Quais são suas críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação institucional.

Leia as afirmações abaixo e baseado na sua concepção indique o grau de concordância:

15. A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é um instrumento para a melhoria do processo educativo e da instituição.
não concordo, concordo um pouco, concordo muito, concordo totalmente, não sei
16. A auto-avaliação promove o dialogo entre professores, funcionários e estudantes de forma democrática.
não concordo, concordo um pouco, concordo muito, concordo totalmente, não sei
17. Atualmente, o SINAES atribui um peso muito grande para o grau de satisfação dos estudantes em detrimento à sua formação educativa.
não concordo, concordo um pouco, concordo muito, concordo totalmente, não sei
18. Os questionários de auto-avaliação docente não promovem a auto-reflexão, pois são utilizados como um instrumento de controle e punição dos docentes.
não concordo, concordo um pouco, concordo muito, concordo totalmente, não sei
19. Os canais de comunicação entre a instituição e a comunidade acadêmica são eficientes para a melhoria da instituição e do processo educativo.
não concordo, concordo um pouco, concordo muito, concordo totalmente, não sei

APÊNDICE B - Avaliação dos resultados das entrevistas com os coordenadores das CPAs do município de Sorocaba-SP

DIRETRIZ 1

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO A	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO? JUSTIFIQUE SE RESPONDEU “NÃO” OU “EM TERMOS”
<p>2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição.</p> <p>A partir de 2005 empreendeu-se um amplo processo de auto-avaliação institucional, norteado pelas dez dimensões propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Para esse processo, uma variada gama de dados foi colhida, tabulada e analisada, assim como foram feitas apreciações a documentos relativos aos projetos e políticas praticadas ou em desenvolvimento pela Universidade. Já no primeiro semestre de 2006, este primeiro esforço de auto-avaliação, baseada nas diretrizes do Sinaes, foi compilado em diversos cadernos organizados de acordo com as dez dimensões do Sinaes e, a partir desses resultados e análises, se organizou o Relatório de Auto-avaliação da "A", que foi enviado, juntamente com todos os cadernos produzidos ao longo do processo de auto-avaliação, para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep, em junho do mesmo ano. Ao longo do segundo semestre de 2006 e início do ano de 2007, outras avaliações diagnósticas foram sendo feitas e novos processos e ações vêm sendo discutidos no sentido de aprimorar a auto-avaliação. Pode-se destacar a avaliação realizada no segundo semestre de 2006 do corpo docente pelos discentes, realizada por meio eletrônico (internet) e que envolveu toda a Instituição, além das discussões que vêm se realizando no que tange a novas maneiras de se empreender a avaliação com os egressos, de forma que a responsabilidade da Universidade para com esses ex-alunos e com a sociedade seja posta em evidência e, assim, se possa analisá-la de acordo com os objetivos da missão que a "A" se propõe a realizar (...)"</p> <p>No segundo semestre de 2007 e no ano de 2008 as atividades propostas pela CPA foram apenas parcialmente desenvolvidas. No segundo semestre de 2008 foi elaborado o projeto para Auto-Avaliação Institucional no triênio 2009-2011.</p> <p>FONTE: RELATÓRIO ENVIADO PARA O INEP (2006-2008) E PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (2009-2011).</p> <p>3. A CPA REALIZA ENCONTROS COM A COMUNIDADE ACADÊMICA PARA ESCLARECER OS OBJETIVOS DA AUTO-AVALIAÇÃO E SENSIBILIZÁ-LA A PARTICIPAR DESSE PROCESSO?</p> <p>C1: SIM. EM 2007 E 2008 NÃO FOI REALIZADO, MAS NOS ANOS ANTERIORES FOI</p>	<p>Os coordenadores da CPA da instituição “A” afirmam ter realizado um amplo processo de auto-avaliação institucional. Pode-se destacar a avaliação realizada no segundo semestre de 2006 do corpo docente pelos discentes que envolveu toda a instituição. No entanto, os encontros com a comunidade acadêmica foram interrompidos em 2007 e 2008 e retomados em 2009. Raramente a comunidade envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição. Na visão dos coordenadores da CPA a auto-avaliação, nesta instituição, não está funcionando como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.</p>	<p>() Sim () Não (X) Em termos</p> <p>1. Substituir “foram interrompidos” por parcialmente desenvolvidas. 2. Coordenadores ou coordenador?</p>

REALIZADO, MAS NÃO ME LEMBRO A DATA. C2: EM FEVEREIRO DE 2009 ESSES ENCONTROS FORAM RETOMADOS E A CPA PRETENDE TORNÁ-LOS CONSTANTES.

6. A COMUNIDADE ACADÊMICA PARTICIPA COM CRÍTICAS E SUGESTÕES PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DA INSTITUIÇÃO? RARAMENTE – R. ANTES SIM, MAS AGORA NÃO.

16. A AUTO-AVALIAÇÃO PROMOVE O DIÁLOGO ENTRE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES DE FORMA DEMOCRÁTICA? NÃO CONCORDO. R. NESTA INSTITUIÇÃO NÃO.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO B	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição. Houve um 1º Processo de Auto Avaliação (oficial) em 2006. Foi constituída uma CPA e foi seguido o roteiro indicado pelo MEC. Um relatório farto de recomendações foi elaborado e divulgado através do portal SAPIENS. Em 2007, providenciou-se um acompanhamento que nos deixou entusiasmados: um número expressivo de recomendações do relatório 2006 tinha se tornado realidade. A partir do final de 2007 demos inicio ao 2º Processo de Auto Avaliação que ainda não está concluído; estamos nos movimentando com alguma lentidão, atuando de forma mais crítica e percebemos desacertos, alguns de difícil correção.</p>	<p>O coordenador da CPA da instituição “B” descreve que um relatório farto de recomendações foi elaborado e divulgado através do portal. Mas, a fase de sensibilização é problemática pela falta de credibilidade da comunidade acadêmica quanto ao instrumental da avaliação. Mesmo assim, afirma que a comunidade sempre envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição e, também, que concorda um pouco sobre a utilização da auto-avaliação como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>
<p>3. A CPA REALIZA ENCONTROS COM A COMUNIDADE ACADÊMICA PARA ESCLARECER OS OBJETIVOS DA AUTO-AVALIAÇÃO E SENSIBILIZÁ-LA A PARTICIPAR DESSE PROCESSO? Estamos caminhando nesta direção, mas a comunidade acadêmica não parece crédula quanto à “sinceridade” do instrumental de avaliação e, também é verdade, não conseguimos uma boa sensibilização. Para alcançá-la será necessário experimentar novas fórmulas de comunicação.</p>		
<p>6. A COMUNIDADE ACADÊMICA PARTICIPA COM CRÍTICAS E SUGESTÕES PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DA INSTITUIÇÃO? SEMPRE.</p>		
<p>16. A AUTO-AVALIAÇÃO PROMOVE O DIÁLOGO ENTRE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES DE FORMA DEMOCRÁTICA? CONCORDO UM POUCO.</p>		

QUESTÕES/ RESPOSTAS
INSTITUIÇÃO C

2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição.

O nosso processo se dá desde 2005 quando as portarias do MEC definiram que as unidades superiores deveriam ter a sua CPA, nós trabalhamos com um grupo, que são os membros representantes dessa CPA, com reuniões mensais para iniciarmos todo o processo de organização, de elaboração do material. Tivemos uma assessoria do professor DG, que é representante do MEC para nos acompanhar nesse processo. E desde 2005 a gente vem trabalhando anualmente com o objetivo definido de dimensionar o que está estabelecido nas portarias para que a gente possa, então, trabalhar com os questionários, aplicá-los, fazer levantamento de dados, fazer as análises e transpor isso para a reflexão do próprio grupo, da própria comissão para uma análise do que seria potencialidade, o que seria fragilidade e levar isso para uma diretoria geral que possa estar contribuindo nas conquistas. É um processo que acontece periodicamente, nós temos a comissão formada, nós temos os relatórios finalizados, todos eles encaminhados ao INEP nos prazos, tivemos já uma visita da comissão de avaliação da CPA, onde já fez uma análise, já traçou algumas metas para o acompanhamento do trabalho na unidade. Então é um trabalho efetivo mesmo.

3. A CPA REALIZA ENCONTROS COM A COMUNIDADE ACADÊMICA PARA ESCLARECER OS OBJETIVOS DA AUTO-AVALIAÇÃO E SENSIBILIZÁ-LA A PARTICIPAR DESSE PROCESSO?

Então, os nossos encontros aconteceram até 2006 nós tivemos os encontros mensais com as comissões próprias e as comissões setoriais, que tem que se estabelecer dentro da faculdade e da unidade uma comissão própria, que vem desde a diretoria, administrativa, coordenação geral, representantes dos docentes, do corpo técnico administrativo e representantes dos discentes e representantes da comunidade participando desse processo. Isso ocorria primeiramente mensalmente até a gente fazer todo o processo de organização e estruturação da comissão e das ações, e posterior a isso nós estamos fazendo agora reuniões semestrais. A cada semestre as comissões se reúnem, a cada ano nós temos que validar, porque tem professores e funcionários que entram e saem, de acordo até inclusive com a portaria, a cada ano temos que validar a comissão, e eles então vão atuar efetivamente nessa questão, desde elaboração das enquetes, desde inserção das enquetes no portal. Nós usamos um programa que é o Portal educacional através do Positivo, nós inserimos as enquetes, nós temos onze enquetes, é um processo longo, onde nós avaliamos os cursos, os docentes, os assessores e coordenadores, o corpo técnico-administrativo, todos os inspetores de atendimento ao aluno e fazemos uma avaliação qualitativa da instituição. Então essas enquetes são inseridas no Portal e os alunos vão ter um prazo de 15 dias para responder. Os alunos, os professores, os assessores, o corpo técnico-administrativo, todos participam em responder essas enquetes. Depois nós trabalhamos com as comissões para fazer levantamento, coleta e análise de todos esses dados para daí resultar num relatório final da

RESUMO ANALÍTICO

A instituição “C” iniciou um levantamento de dados com os estudantes a partir de 2003. Com a implantação do SINAES é criada a CPA que inicialmente se reunia mensalmente com representantes de professores e coordenadores de cursos (comissão setorial) para a organização do processo de auto-avaliação. Após 2006, os encontros passaram a ser semestrais. Alunos, professores, assessores e o corpo técnico-administrativo participaram do processo avaliativo através dos seus representantes e respondendo as 11 enquetes existentes.

A coordenadora da CPA afirma que a comunidade frequentemente envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição e, também, que concorda totalmente sobre a utilização da auto-avaliação como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.

O RESUMO ANALÍTICO
É ADEQUADO?

(x) Sim
() Não
() Em termos

avaliação do semestre. E para o INEP a gente encaminha geralmente um relatório final anual. P: Quando você fala comissões...Existe somente uma CPA? É uma só CPA distribuída em várias representações da instituição. É a comissão setorial, que é uma comissão representativa do corpo de professores e coordenadores de cada curso que vai atuar para também trabalhar junto à CPA. P: Vocês em algum momento se reúnem com a comunidade? Essa reunião é mensal. Nós temos um cronograma de ações CPA, esse cronograma eu, coordenadora, junto com a comissão já definimos, nós temos uma comissão executiva, que é representante da Vxxx, temos um cronograma onde as ações vão estar acontecendo a partir desse cronograma. Porque a Vxxx tem em vários locais. Então, nós temos essa comissão executiva que tem um representante de cada comunidade. Então esse cronograma, nós trazemos para a unidade e fazemos um cronograma na unidade, onde definimos de março a abril o que a CPA irá desenvolver de maio a junho. Esse processo é um processo constante onde nós vamos cumprindo o cronograma e desenvolvendo as ações. P: E nesse processo de sensibilização, a participação da comunidade gera um retorno positivo?

Gera. Até porque, isso é uma realidade da nossa unidade, quando a gente começou a discutir no início de 2005 a proposta do SINAES, a proposta de se pensar essa comissão, nós já pensamos num trabalho mais efetivo com objetivo realmente de que a CPA fosse uma representação fiel daquilo que a gente tem que fazer de levantamento de análise de dados, a fim de reverter em benefícios, em potencialidades e propostas de ações efetivas na conquista da qualidade. Como a gente já vem desde 2005 nesse trabalho o que a gente tem anualmente é alguma alteração da representação dos membros, por exemplo, a gente tem uma participação efetiva de professores a quatro anos. Nessa CPA da unidade, já trabalham desde 2004/05 nesse processo. Já desde 2003 nós já vínhamos com os questionários, que eram aqueles questionários que os alunos respondiam, e a partir da daí a gente fazia o levantamento de dados e fazíamos os quadros daquilo que a gente tinha de análise, mas com o SINAES e a portaria que vai solicitar uma CPA, nós a instituímos, participamos de vários encontros do MEC para poder interar do que seria essa proposta, e trouxemos para a instituição, e isso era um interesse do diretor, de que a avaliação fosse efetivamente realizada para atender as exigências legais, tanto que solicitamos a comissão de avaliação. Temos prazo para solicitar a visita, e essa comissão em 2007 já esteve aqui para fazer essa análise do nosso trabalho e do processo de CPA da unidade. Temos um relatório emitido pela comissão própria do MEC, que fez toda uma análise, um encaminhamento de como que a gente está trabalhando nesse sentido.

6. A COMUNIDADE ACADÊMICA PARTICIPA COM CRÍTICAS E SUGESTÕES PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DA INSTITUIÇÃO? FREQUENTEMENTE.

16. A AUTO-AVALIAÇÃO PROMOVE O DIÁLOGO ENTRE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES DE FORMA DEMOCRÁTICA? CONCORDO TOTALMENTE.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO D	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição.</p> <p>Existe uma especificidade, pois nós trabalhamos com muitas CPAs, então existe em cada unidade uma CPA, constituída normalmente dentro do padrão que o MEC determina. Essa CPA é articuladora, integra dentro da faculdade com os protagonistas do processo: os alunos, os coordenadores e a própria direção da faculdade. Essa especificidade da “D” faz com que nós tenhamos a obrigação de ter um outro órgão, que é um departamento de avaliação institucional vinculado à matriz. Esse departamento se articula com as CPAs de todas as outras unidades e com seus respectivos diretores e coordenadores. O caso de Sorocaba, que é um braço desse sistema, o departamento de avaliação está dentro da matriz, tem o papel principal de criador das diretrizes, da política de avaliação da “D”, das orientações e diretrizes em relação aos processos e procedimentos que a gente utiliza – isso inclui metodologia, estatísticas, instrumentos, cronogramas, prazos - então este departamento é o órgão que vai distribuir as diretrizes e orientações de avaliação para as unidades. No caso de Sorocaba, nós enviamos diversos documentos para eles, alguns procedimentos, instrumentos e a CPA dentro da faculdade, com a figura do diretor, algumas faculdades têm a figura do diretor mais presente do que outras, dentro da “D” nós temos esse caráter. Por que há essa avaliação? Porque existe uma determinação da matriz dando total autonomia para as unidades criarem as CPAs, para escolherem ou elegerem, então lá dentro tem uma sistemática específica, por isso que há essa variação. Então, a diretora sai daqui, e por último, uma coisa muito importante, talvez fundamental, que vai refletir a nossa política, é o sistema de avaliação. O departamento de avaliação que está dentro da matriz é o guardião do sistema, com o sistema informatizado, que é muito complexo, pois na prática nós fazemos a avaliação com o nosso universo, evidentemente não conseguimos a totalidade, existe uma mostra mínima de acordo com cálculos estatísticos, mas cada vez que um aluno acessar o sistema, cada tela é personalizada, os seus respectivos professores, os laboratórios que ele usa, se ele usou a biblioteca; então, primeiro, ele avalia exatamente aquilo que ele utiliza, segundo ele avalia por meio de instrumentos que estão dentro dos padrões da “D”, que refletem sua visão, sua missão, suas crenças, muito importante isso. E finalmente existe a articulação desse departamento e todas as faculdades. Então, no caso de Sorocaba não muda nada, nós fazemos as diretrizes, nós disponibilizamos o sistema para eles, esse sistema depende muito da faculdade, em Sorocaba, por exemplo, existe o controle acadêmico, eles são responsáveis pela alimentação dos códigos, dos nomes dos professores, certas informações para que a gente possa puxar isso para dentro do nosso sistema. Então grosso modo existe esse grande órgão da matriz, que se articula com cada uma das CPAs, inclusive Sorocaba, e, no caso de Sorocaba, essa CPA que articula conosco, se articula com a comunidade acadêmica, ela transmite essas diretrizes e, o mais importante é que o papel dela não é apenas de um retransmissor ou de um operador, ainda que a operação seja importante. A CPA, no meu entender, ela se transforma na CPA que foi sonhada pelo SINAES a partir da entrega dos resultados, então o processo de articulação que ela faz</p>	<p>A IES “D” FAZ AVALIAÇÃO DESDE 1997. COMEÇOU COM UM GRUPO DE PROFESSORES QUE SE REUNIRAM E CRIARAM UNS PARÂMETROS, COM DADOS BEM GERAIS. DEPOIS VEIO A CRIAÇÃO DE UM ÍNDICE, COMPLEXO E FIDEDIGNO, DE SATISFAÇÃO DOS DISCENTES. EM 2000 COMEÇOU A SER ELETRÔNICO, TODO SEMESTRE FAZEMOS MELHORIAS NO SISTEMA, À MEDIDA QUE CRESCEMOS SOMOS OBRIGADOS A CRIAR MELHORIAS. A SENSIBILIZAÇÃO OCORRE COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS.</p> <p>A instituição D trabalha com muitas CPAs, uma para cada unidade. Essa especificidade faz com que tenham um departamento de avaliação institucional vinculado à matriz. Esse departamento se articula com as CPAs de todas as outras unidades e com seus respectivos diretores e coordenadores com o objetivo de criar a política de avaliação da instituição, as orientações e diretrizes em relação aos processos e todos os procedimentos avaliativos. As CPAs cumprem as seguintes etapas: 1ª manter as informações atualizadas no sistema, 2ª proceder a sensibilização da comunidade, 3ª acompanhar os alunos para o preenchimento de questionários eletrônicos, 4ª de posse dos resultados da avaliação, promover reuniões entre os coordenadores e os alunos, verificar se os planos de melhoria estão sendo feitos e se os resultados estão sendo debatidos, se há reflexão.</p> <p>Os professores e funcionários sempre participam dessas reuniões. Mas, o professor</p>	<p>() Sim () Não (x) Em termos</p> <p>Faltou mencionar uma tensão (ver destaque no texto em amarelo)</p>

interno, ele passa por algumas etapas: a primeira delas é conseguir fazer com que o sistema funcione no sentido das informações estarem atualizadas nos controles acadêmicos. Então sempre há interferência. A CPA manda para gente os problemas, eu converso com a CPA, mas não deixo de conversar também com o responsável pelo TI, do Controle Acadêmico, e a CPA intermédia isso, e ela intervém quando há um problema um pouco maior. A segunda etapa é a sensibilização, aí ela é muito ativa. Mas, até neste caso eles recebem os materiais, porque o discurso que é importante que se diga para os alunos, em termos de convencimento para eles participarem, tem que ser o mesmo em Sorocaba, e em outras cidades, porque o convencimento passa por uma série de informações que a gente transmite para os alunos. Como a metodologia é a mesma, eu vou explicar para o aluno porque é que tem que ir ao laboratório, e a explicação é a mesma em todas as cidades. Terceira etapa é o processo que, normalmente tem um mês em que o sistema está aberto, e ela (CPA) é responsável. Nós enviamos listas aleatórias, sorteios e a CPA sempre acompanha os processos, de chegar até a sala de aula, levar o aluno até o laboratório, acompanhar como está sendo feito. Algumas CPAs são mais atuantes do que outras, dependendo da cultura estabelecida de avaliação, a CPA fica em cima, acompanha, e outras fazem o trabalho, acompanha, se retira. E a quarta e última etapa, que eu comentei que é o sonho do SINAES, é quando chegam os resultados; então as CPAs ajudam a criar reuniões entre os coordenadores e os seus alunos, ela ajuda a verificar se os planos de melhoria estão sendo feitos, se os resultados estão sendo debatidos, se há reflexão; então essa parte da CPA é muito importante. Mas também é muito importante, só para terminar o geral, como nós somos um sistema grande, hoje, estou operando XX faculdades, nessa manhã tem XX faculdades fazendo avaliação, isso representa alguns milhares de alunos num sistema que tem que andar. Então como você tem especificidades regionais e históricas, procuramos fazer com que as CPAs exerçam esse papel, esse é o papel ideal, mas nem sempre nós conseguimos fazer com que eles façam isso na maneira como nós queremos, então a gente encontra também perfis de CPAs um pouco diferentes, umas mais participativas, e outras exercem mais o papel de auxiliar. Sorocaba especificamente, é uma unidade muito nova, eles não têm problemas com avaliação lá, e como ela é uma unidade construída por nós, o diretor que está lá é nosso, os alunos já chegaram com essas crenças, os alunos de alguma forma já estão acostumados com a avaliação. E essa CPA específica, é uma CPA que acompanha o processo, quando há alguma interferência, é uma CPA muito nova. Então grosso modo é esse trabalho que a gente faz.

3. A CPA REALIZA ENCONTROS COM A COMUNIDADE ACADÊMICA PARA ESCLARECER OS OBJETIVOS DA AUTO-AVALIAÇÃO E SENSIBILIZÁ-LA A PARTICIPAR DESSE PROCESSO?

Sim.

P: Você falou bastante da sensibilização dos alunos, e com relação aos professores e funcionários?

Os professores e funcionários sempre participam dessas reuniões. Hoje o professor ainda é o que

ainda é o que mais participa do processo, o funcionário ainda não participa tanto.

A comunidade frequentemente envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição.

O entrevistado concorda totalmente sobre a utilização da auto-avaliação como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes

mais participa do processo; o funcionário ainda não participa tanto. Então, na própria diretriz tem isso, você tem que levar, dentro das reuniões de sensibilização, além dos representantes de sala, sempre têm que participar os coordenadores, os professores, ao menos um representante da biblioteca, um representante do controle acadêmico, um representante do TI e uma secretária ou uma representante. Então, hoje os funcionários são avaliados pelos alunos, e existem vários instrumentos em que os professores entram para fazer a auto-avaliação mais principalmente para avaliar o clima organizacional, a capacidade de trabalho, os facilitadores do trabalho dele, a relação com coordenação, com projeto pedagógico, a questão de equipamentos. Só que não estamos aplicando hoje um instrumento em que os funcionários participam; eles participam da sensibilização, eles participam do processo, mas eles ainda não têm instrumento, hoje, específico de avaliação deles.

Nós sempre fizemos auto-avaliação, e o que acontece, como a gente converte tudo em índice, a avaliação do professor sempre está entre 98,5% e 100%, num índice de 0 a 100. Apesar da gente converter em índice, não está medindo, é uma possibilidade para fazer uma auto-reflexão do seu trabalho. Então nós entendemos que seria muito mais importante para a comunidade acadêmica como um todo, se os professores focassem mais nesse segundo instrumento. Então hoje o instrumento de auto-avaliação ele perdeu importância no contexto, no sentido de que eu não gero mais resultado para ele, eu quero que ele sente lá e faça uma reflexão. Por outro lado, nós reforçamos muito esse outro instrumento, no sentido de que a gente possa, com esses resultados, oferecer melhorias e condições de trabalho para ele, em todos os sentidos, aspectos emocionais, de clima, equipamentos, conforto e tudo o mais. Então hoje nós focamos mais nisso...

Hoje existe uma discussão sobre que tipo de instrumento a gente vai fazer com o funcionário. Nós estamos trabalhando com três frentes, uma de avaliação comportamental, uma de avaliação de clima e uma de avaliação de resultado, então nós queremos alcançar essas três dimensões, isso é muito da iniciativa privada e menos da educação. Então como nós temos uma tradição muito forte na avaliação de programas educacionais, de professores, de sala de aula nós não temos a expertise nesse tipo de avaliação, nós temos que agregar esses elementos.

...A “D” faz avaliação desde 1997, anterior ao SINAES, começou com um grupo de professores que se reuniram e criaram uns parâmetros, com dados bem gerais. Depois veio a criação do índice de satisfação discente, um índice bem complexo e fidedigno. Em 2000 começou a ser eletrônico, todo semestre fazemos melhorias no sistema, a medida que crescemos somos obrigados a criar melhorias, inclusive precisão de cálculo estatístico, a margem de erro do semestre passado ficou em 1,1, no retrasado foi 0,49...A sensibilização ocorre com a participação de todos.

6. A COMUNIDADE ACADÊMICA PARTICIPA COM CRÍTICAS E SUGESTÕES PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DA INSTITUIÇÃO? FREQUENTEMENTE.

16. A AUTO-AVALIAÇÃO PROMOVE O DIÁLOGO ENTRE PROFESSORES,

FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES DE FORMA DEMOCRÁTICA? CONCORDO MUITO.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO E	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição. O processo de auto-avaliação da instituição é único para a instituição inteira, ele começou como sendo único. No primeiro ciclo foi feito o mesmo plano para toda a instituição, para Sorocaba: faculdade de medicina, para a área de saúde; enfermagem, etc. Em Sorocaba, como uma das diretoras da faculdade, a professora Dr^a MH, é participante da CPA, nós testamos alguns instrumentos, e como a faculdade de medicina estava em processo de modificação de todo o seu currículo, ela teve uma participação muito ativa, porque a universidade estava mobilizada para o processo de avaliação, então a gente teve uma discussão, uma participação muito grande da parte dela, o planejamento começou com ela e outros elementos daqui também (<i>campi localizados em São Paulo</i>). Mas, nós tivemos uma participação muito ativa dela, isso no primeiro ciclo. O segundo ciclo da avaliação começa tendo de conhecer todas as 10 dimensões. Nós fixamos no ensino, porque o ensino era uma exigência, uma solicitação da própria universidade, e especialmente, como as unidades estavam em processo de modificação de currículo, esse ponto foi muito importante, então nós tentamos análise de ensino: das condições de ensino, do trabalho de ensino, da avaliação do docente pelo aluno. Nós agregamos, participando de uma avaliação que a universidade estava fazendo do docente pelo aluno. E o que de mais importante nós fizemos: nós transformamos o ENADE num processo probativo. Nós pegamos toda matriz de todos os cursos, por área, toda a parte de resultados do ENADE, passamos inicialmente a matriz, para o pessoal de medicina, enfermagem. Pegamos os que tinham participado do ENADE e fizemos uma análise, pedimos para eles analisarem a matriz, se era uma matriz adequada para um curso de medicina, e dentro da nossa matriz como eles achavam que os cursos estavam, como os alunos da faculdade estavam, como eles analisavam os resultados obtidos pelos alunos, pela faculdade. Só que nós não usamos nesse momento toda a faculdade de medicina, nós usamos o último ENADE. Isso deu e está dando para a comunidade uma apropriação de todos os resultados, do que significa isso, e uma crítica mais aprofundada de todo o trabalho do ENADE, por exemplo. A gente está vendo o trabalho da auto-avaliação, não só uma auto-avaliação, mas uma avaliação da avaliação das que são feitas na universidade. E o que é feito aqui é feito em todas as unidades.</p>	<p>A instituição “E” realizou o primeiro ciclo avaliativo em 2004-2006 por meio de reuniões gerais com a comunidade acadêmica. Em 2006-2008 realizaram reuniões menores focando a dimensão do ensino. Como se trata de uma universidade muito grande, as reuniões gerais são utilizadas em alguns momentos de grandes modificações, porque em grandes tendências, todo mundo está de acordo, mas a medida que algumas questões precisam ser aprofundadas há necessidade de realizar reuniões menores, por exemplo, do departamento, do curso, de todos os professores de uma faculdade. Portanto, a universidade está realmente sensibilizada pelo processo de auto-avaliação que é único para a instituição inteira. Em 2009 o planejamento está sendo revisto para uma atuação maior da CPA nas conclusões, recomendações e avaliações do sistema. A coordenadora da CPA afirma que a comunidade sempre envia críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação e da instituição e, também, que concorda totalmente sobre a utilização da auto-avaliação como um instrumento de diálogo entre professores, funcionários e estudantes.</p>	<p>() Sim () Não (x) Em termos Texto muito confuso.</p>
<p>3. A CPA REALIZA ENCONTROS COM A COMUNIDADE ACADÊMICA PARA ESCLARECER OS OBJETIVOS DA AUTO-AVALIAÇÃO E SENSIBILIZÁ-LA A PARTICIPAR DESSE PROCESSO?</p>		

Realizamos sistematicamente reuniões gerais. Num primeiro momento nós realizamos reuniões gerais, hoje a gente percebeu que essas reuniões gerais são de média importância, eu acho que tem mais importância a gente fazer essas reuniões com os grupos, então nas faculdades, nos cursos, no Conselho de Ensino e Pesquisa, no Conselho Superior. Nós temos feito nos Conselhos de Representação, Conselho de Administração e Finanças, e nas outras possibilidades de encontro. Como é uma universidade muito grande, quando você reúne o grupo de toda a universidade teria de ser em alguns momentos de grandes modificações, porque em grandes tendências, todo mundo está de acordo, a gente acha que à medida que vai aprofundado precisa reuniões menores, por exemplo, do departamento, do curso, de todos os professores de uma faculdade, aí se aprofunda, por que se não fica uma coisa muito geral. Isso nós já fizemos, mas agora a gente está aprofundando. E a universidade está realmente sensibilizada por esse processo. O primeiro ciclo foi 2004-2006, depois 2006-2008 e agora nós estamos começando um outro. No primeiro ciclo fizemos mais reuniões gerais. Como no segundo ciclo nossa visão era mais de ensino, embora tivesse as grandes tendências realizamos reuniões menores com a comunidade, por exemplo, fizemos reuniões com a equipe de Sorocaba, mas em Sorocaba, com o grupo de Sorocaba, os professores, faculdades, cursos etc. O primeiro foi toda universidade, as diferentes faculdades. Em 2009 nós estamos com o planejamento sendo revisto, porque mudou a reitoria, e a reitoria quer uma participação mais ativa, o reitor quer uma atuação maior da CPA nas conclusões, nas recomendações, nas avaliações de sistema, então, estamos no planejamento desse processo.

6. A COMUNIDADE ACADÊMICA PARTICIPA COM CRÍTICAS E SUGESTÕES PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DA INSTITUIÇÃO? SEMPRE.

16. A AUTO-AVALIAÇÃO PROMOVE O DIÁLOGO ENTRE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES DE FORMA DEMOCRÁTICA? CONCORDO TOTALMENTE.

DIRETRIZ 2

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO A	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
2. DESCREVA COMO OCORRE O PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO NA SUA INSTITUIÇÃO.	O uso dos resultados da auto-avaliação não são claramente percebidos na instituição “A”	(x) Sim () Não
PARA LER NOVAMENTE ESTA QUESTÃO CLIQUE AQUI (CTRL+CLIQUE)	porque a CPA norteia os resultados, mas não é deliberativa. Assim, os coordenadores não sabem e não podem afirmar em que medida os resultados da avaliação, as críticas e sugestões foram levados em consideração ou incorporados pela instituição. No entanto, têm a percepção de que foram pouco incorporados.	() Em termos
5. De que forma são elaborados os planos de gestão ou de metas para melhoria da instituição? Há participação da comunidade? A auto-avaliação ajuda na elaboração desses planos?	A avaliação aplicada pela instituição aos docentes não está sendo utilizada como um instrumento para melhoria do processo educativo e da instituição.	Verificar singular ou plural para a palavra
C1: Isso você terá que perguntar para quem trabalha com a gestão da instituição. Quem tem que responder isso talvez sejam os gestores administrativos. Como coordenadora da CPA não tenho como dizer como isso foi incorporado. O que eu posso te dizer é que foi muito pouco incorporado. Se tivesse como classificar eu diria que usou muito pouco, foi muito pouco incorporado.	O SINAES como um todo é excelente e poderia levar a melhoria da qualidade de educação superior no país se fosse cumprido a risca, mas o problema está na operacionalização do sistema. Não só na instituição, mas também no próprio MEC havendo necessidade de aperfeiçoar o mecanismo de implementação nas instituições e de se criar uma espécie de impedimento mais valorativo do próprio MEC.	corrdenadore(s)
A CPA não é deliberativa, ela norteia os resultados, eu posso fazer uma avaliação da avaliação, mas nem sempre eu tenho acesso a todos os documentos no tempo para saber em que aspecto aquela medida é incorporada.		
Então eu posso, digamos assim, pressentir ou avaliar, que em alguns aspectos algumas coisas foram incorporadas, mas dizer efetivamente o que foi incorporado, não. Não é uma coisa evidente. Por isso que eu acho que foi de fato pouco incorporado.		
P: Não existe uma relação entre a auto-avaliação e a gestão da instituição?		
C1: Aqui na “A” não, houve uma tentativa de incorporar os resultados, esse ano, com a auto-avaliação interna, foi mais forte do que nos anos interiores.		
Esse ano que foi feito todo esse processo de auto-avaliação, houve depois um tempo durante um ano alguns setores tomaram conhecimento desses cadernos, que percorreram esses setores durante um bom tempo.		
Esses cadernos foram para a reitoria, que passou para os diversos setores, para eles ficarem um bom tempo olhando esses cadernos. Em função disso algumas coisas foram tomadas.		
7. Essas críticas ou sugestões são levadas em consideração ou implementadas pela instituição?		
Não sabe.		
14. Quais são suas críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação institucional?		
C1: O SINAES como um todo é excelente, uma proposta pioneira e que pode levar até à melhoria da qualidade de educação superior no país se fosse cumprido a risca, o problema está na operacionalização disso tudo. O problema não está só na instituição, mas também no próprio MEC. Não é a proposta, eu acho que ela é boa, acho que tem que aperfeiçoar no mecanismo de implantação nas escolas e também numa espécie de impedimento mais valorativo do próprio MEC.		

15. A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é um instrumento para a melhoria do processo educativo e da instituição. Não concordo.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO B	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição. Para ler novamente esta questão clique aqui (CTRL+Clique)</p> <p>5. De que forma são elaborados os planos de gestão ou de metas para melhoria da instituição? Há participação da comunidade? A auto-avaliação ajuda na elaboração desses planos? Planos de gestão e metas são elaborados pela Direção e Coordenadorias de Cursos, baseados em grande parte sob resultados extraídos dos questionários. Em seguida são submetidos à Mantenedora. Infelizmente a participação da comunidade é baixa; mais uma vez faltam instrumentos de sensibilização.</p> <p>7. Essas críticas ou sugestões são levadas em consideração ou implementadas pela instituição? Sempre.</p> <p>14. Quais são suas críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação institucional. Não farei críticas; antes de tudo, acho que seria necessário muito debate, e para tanto ainda falta sensibilização. A questão se complica ainda mais porque o corpo do MEC é carente de competência e dedicação e, quando consultado, se comporta de forma lenta, confusa e desatenciosa.</p> <p>15. A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é um instrumento para a melhoria do processo educativo e da instituição. Concordo totalmente.</p>	<p>A instituição “B” fez um acompanhamento do uso dos resultados da avaliação e constatou que um número expressivo de recomendações do relatório 2006 se tornou realidade.</p> <p>Os planos de gestão e metas são elaborados pela direção e coordenadorias de cursos, baseados em grande parte nos resultados extraídos dos questionários e em seguida submetidos à mantenedora. No entanto, a participação da comunidade é baixa. Mesmo assim, as críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição.</p> <p>A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é utilizada como um instrumento para melhoria do processo educativo e da instituição.</p> <p>Há necessidade de haver mais debates sobre o processo de avaliação institucional e uma atuação mais atenciosa, rápida e objetiva do MEC para que o sistema possa ser melhorado.</p>	<p>() Sim () Não (x) Em termos</p> <p>Faltou mencionar literalmente as palavras que tecem críticas à fase de implantação das CPAs: competência, dedicação.</p>

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO C	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição. Para ler novamente esta questão clique aqui (CTRL+Clique)</p> <p>5. De que forma são elaborados os planos de gestão ou de metas para melhoria da instituição? Há participação da comunidade? A auto-avaliação ajuda na elaboração desses planos? Com certeza, a auto-avaliação que nós temos, que é qualitativa, tem como objetivo, a partir das análises de dados, que a gente possa estar traçando algumas metas e objetivos para serem atingidos nos semestres posteriores. A comunidade está representada pela própria comissão, somos nós com a comissão e a representação de alunos e de representantes da comunidade externa, que trabalhamos nessa elaboração desses planos e definição de metas e objetivos, sempre levando isso para a diretoria administrativa, que vai dar o aval para as conquistas. P: Existe uma conexão entre o que vocês fazem na CPA, a coleta dos dados, com a estrutura administrativa? Sim, inclusive o diretor é representante e faz parte da comissão, então é uma relação muito próxima dessa comissão executiva, onde nós temos o diretor, representante da instituição participando efetivamente dessas propostas que são extraídas das unidades.</p> <p>7. Essas críticas ou sugestões são levadas em consideração ou implementadas pela instituição? Sempre.</p> <p>14. Quais são suas críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação institucional. Eu acredito que a CPA, através das definições da portaria, é importante e necessária, precisaria somente de um maior envolvimento inclusive das representações superiores para que a gente tivesse <i>feedback</i>, do próprio MEC, INEP, um <i>feedback</i> maior desses relatórios encaminhados, a gente não tem. E a comissão, quando nós recebemos, nós acreditamos que foi uma comissão séria e que realmente contribuiu com algumas sugestões, e nós conseguimos até repensar algumas propostas que a gente vinha desenvolvendo e que facilitaria esse processo. Acredito nesse processo, acredito naquilo que vai ocorrer efetivamente a partir das vivências e das práticas que a comissão constrói na sua unidade, não acredito no produto final, acredito muito mais no processo e acho que o produto final é resultado desse processo. A partir dessas mudanças eu acho que a CPA deixou de ser reconhecida e considerada como ela foi e como ela deveria ser a partir do momento em que ela deixa de fazer parte desse processo de reconhecimento da unidade escolar efetivamente.</p> <p>15. A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é um instrumento para a melhoria do processo educativo e da instituição. Concordo totalmente.</p>	<p>A partir da análise dos dados coletados através de diversos questionários, a auto-avaliação na instituição “C” tem como objetivo traçar algumas metas para serem atingidas nos próximos semestres, sempre levando isso para a diretoria administrativa, que dará o aval para as conquistas. As críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica, representada pela CPA, sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição. A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é utilizada como um instrumento para melhoria do processo educativo e da instituição. A melhoria do processo de avaliação institucional passa pelo reconhecimento da importância e necessidade da existência da CPA. No entanto, segundo a entrevistada, a CPA deixou de ser reconhecida a partir das últimas mudanças ocorridas no SINAES e afirma que deveria haver um maior envolvimento e <i>feedback</i> por parte do MEC/INEP.</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO D	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição. Para ler novamente esta questão clique aqui (CTRL+Clique)</p> <p>5. De que forma são elaborados os planos de gestão ou de metas para melhoria da instituição? Há participação da comunidade? A auto-avaliação ajuda na elaboração desses planos? Nós sempre tivemos planos de melhoria, mas estavam muito desarticulados. Hoje em dia nós trabalhamos da seguinte forma: toda vez que o resultado retorna, a CPA faz a articulação para que sejam feitas as reuniões, a publicização do resultado, reuniões com diretores, coordenadores e alunos, e nunca nós colocamos o nome do professor, nunca. Então, o coordenador se reúne com os alunos, ele diz, 'a nossa média foi essa', e vão discutindo as questões. Ele discute tudo com a comunidade acadêmica e ele entra no sistema de plano de melhoria. Cada coordenador tem seu login e senha, ele tem campos específicos, ele trabalha por dimensão. Aí ele gravou aquilo ali, e vai na seqüência: professor, infra-estrutura, parte pedagógica, o próprio coordenador. No caso do coordenador ele discute com o diretor, e o diretor da faculdade tem acesso a esse sistema, e vai aprovar ou reprovar todas as políticas que estão colocadas lá. Quando o diretor aprovou todos os planos de melhoria, ele grava, é a assinatura eletrônica dele. Então, esse documento, reúne o departamento de avaliação, reúne todos os planos de melhoria de todas as faculdades, publica esse plano de melhoria e entrega para os principais diretores da matriz e para os diretores regionais.</p> <p>P: Então existe uma integração muito grande entre a auto-avaliação e a gestão de vocês? Total.</p> <p>7. Essas críticas ou sugestões são levadas em consideração ou implementadas pela instituição? Sempre.</p> <p>14. Quais são suas críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação institucional. Primeiro, retirar o viés ideológico que existe no SINAES. Segundo, criar algum tipo de política, é isso é muito difícil, em que eu vá utilizar a avaliação institucional via CPA para gestão, mostrar para a faculdade que ela deve usar isto para gestão e não apenas para cumprir a lei. É uma questão cultural de cada instituição. Se você eliminasse o CPC, por exemplo, e fosse discutido com todo mundo e criasse um índice que fosse algo histórico, que você utilizasse variáveis que agregassem tanto a questão educacional-pedagógica, mas também a questão financeira, a questão de gestão de capacidade de aumento de oferta de vaga. O SINAES não estimula isso, ele estimula a sua capacidade de deslumbrar a condição das instituições. Outra coisa muito importante é investir mais em tecnologia. Hoje tem formulários para cadastro do docente, mas não tem muita coisa para as CPAs, então um ambiente em que você pudesse partilhar algumas coisas entre as CPAs, oferecer instrumentos, ferramentas de avaliação, muitas instituições não fazem e não fortalecem a auto-avaliação porque sentem incompetência em fazer. O Ministério da Educação poderia fornecer instrumentos e ferramentas, num âmbito nacional, e voltar atrás, fortalecer a CPA, o processo da auto-avaliação. Se você conjuga</p>	<p>A instituição “D” sempre trabalhou com planos de melhoria, mas estavam desarticulados. Atualmente, cada CPA articula reuniões com a comunidade acadêmica, a publicização e a discussão dos resultados para a definição de melhorias que serão inseridas no sistema eletrônico, discutidas e aprovadas pela diretoria de cada faculdade. Após essa aprovação um documento consolidado de todas as faculdades é publicado e entregue para os principais diretores da matriz e para os diretores regionais.</p> <p>As críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica, representada pela CPA, sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição.</p> <p>A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é utilizada como um instrumento para melhoria do processo educativo e da instituição.</p> <p>O entrevistado afirma que o SINAES é um avanço em relação aos sistemas de avaliação anteriores, mas hoje esse sistema está sendo desmontado, porque embora não tivesse muitas falhas não mostrou sua função. Ele afirma que precisaria de 10 a 15 anos para fortalecer uma cultura de avaliação, mas o Brasil é impaciente. Faltou planejamento por parte do MEC.</p> <p>Como sugestão para a melhoria do processo institucional o entrevistado aponta três aspectos: 1º retirar viés ideológico, 2º criar uma política que evidencie que a avaliação deva ser usada para gestão e não somente</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>

investimento em tecnologia e condições, uma espécie de assessoramento para as CPAs, bons índices, você muda a lógica, você não vai usar a CPA e a auto-avaliação quando tem um problema, eles vão ser o ponto de partida para qualquer forma posterior de avaliação de comissão. A idéia é que você tenha coisas universais, da ciência, da estatística, da avaliação, certos padrões e instrumentos mínimos.

A “D”, especificamente, se beneficiou muito com a avaliação, nossa e do SINAES, o cumprimento da lei não é o fim, é uma parte do processo, nós sabemos o quanto é importante, sabemos onde investir, quem promover, qual forma de avaliar que pode ser compartilhada e que representa um processo eficaz.

P: O SINAES foi um avanço em relação aos sistemas anteriores?

Apesar do viés ideológico, sem dúvida ele é um avanço, mas ele está sendo desmontado. Enquanto os países europeus, EUA, até o leste europeu, são países que vem estimulando por meio de várias políticas a cultura da auto-avaliação. Outros países mais avançados têm a cultura da auto-avaliação muito avançada, tem auto-avaliação na educação, nas empresas, no governo. Ela funciona, é importante, ela referência, é parâmetro. O brasileiro tinha que fazer isso. A tendência é que o SINAES melhorasse cada vez mais, precisa de pelo menos 10 a 15 anos para fortalecer isso. Qualquer país do mundo que quiser ter políticas públicas de mais qualidade e mais baratas tem que ter bons sistemas de avaliação. Especificamente a Espanha passou por esse processo e treina funcionários, burocratas a participar ou fazer avaliação e trabalhar com avaliação, só que é um procedimento longo, ter institutos de pesquisa e avaliação vinculados ao governo, é o primeiro passo. Então você tem um SINAES que não tinha muitas falhas, mas que não mostrou muito sua função, o Brasil é impaciente.

P: A quem interessa essa quebra do SINAES?

Interessa muito mais a instituições públicas ou fundações do que as privadas, generalizando. Mas o SINAES é uma forma também de vigilância, a avaliação não tem esse perfil, mas ele também faz isso. Sempre tem um grupo de pressão e interesses, mas no SINAES tem muito amadorismo, falta de planejamento, será que o MEC não calculou no seu planejamento o custo disso, e se planejou, porque não criou mecanismos que a médio e longo prazo fossem mais baratos, acho que tem muita questão econômica envolvida.

15. A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é um instrumento para a melhoria do processo educativo e da instituição. Concordo totalmente.

para cumprir a lei, a partir da criação de um índice nacional que agregasse questões educacionais, pedagógicas, financeiras e de oferta de vagas, 3º o MEC deveria assessorar e disponibilizar instrumentos e ferramentas tecnológicas para subsidiar o trabalho das CPAs, e fortalece-las

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO E	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>2. Descreva como ocorre o processo de auto-avaliação na sua instituição. Para ler novamente esta questão clique aqui (CTRL+Clique)</p> <p>5. De que forma são elaborados os planos de gestão ou de metas para melhoria da instituição? Há participação da comunidade? A auto-avaliação ajuda na elaboração desses planos?</p> <p>De 2004 para 2005 nós fizemos algumas recomendações e fomos discutir isso em cada faculdade, em cada grupo, em cada departamento, quais eram as recomendações, embora tenhamos tido um apoio muito grande, para que eles assumissem isso como meta, e passamos a fazer o acompanhamento. Agora, tem algumas metas que são metas institucionais, da própria universidade, e que coincidiu com um momento difícil da "E" de mudanças, de intervenção da fundação "X", que acabou mudando, atualmente a coisa está organizada, mas esse período de 2006 a 2007 foi bastante complicado. Então as metas, nós passamos a acompanhar e discutir com a reitoria o andamento dessas metas, quer dizer, desses pontos, desses furos mesmo, como ela estaria caminhando, apresentamos isso no Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE), discutimos com as faculdades, e acompanhamos para ver de que forma isso foi assumido.</p> <p>De 2007 para 2008, este aqui nós terminamos agora e apresentamos ao novo reitor, ele disse que gostaria de montar toda a coordenação, todo o processo dele, através desses pontos importantes. Então a reitoria já pediu os pontos chaves identificados até 2008, e o planejamento tanto da avaliação como do acompanhamento de metas para 2009. A pró-reitora acadêmica de graduação foi que me ajudou na CPA, então ela tem muito interesse em participar. Quer disser, a CPA é muito valorizada pelo trabalho, por tudo o mais. Agora você tem que entender que é uma universidade grande, tem uma cultura difícil, entende? Por mais que a reitoria e a pró-reitora queiram usar a avaliação. Até a CPA ficou sobrecarregada, assumiu muita assessoria de construção dos instrumentos de avaliação e processamento de dados. Então, há um reconhecimento. O processo é lento, a instituição "E" tem muito de instituição pública, sabe? Ela é muito antiga, ela é administrada pelos professores da universidade. É lenta. Tem coisas que eu sinto que já poderiam ter sido resolvidas. A CPA já enviou, já discutiu as metas, a gente pode acompanhar, mas não nos compete ficar cobrando.</p> <p>P: Não existe uma relação automática entre as recomendações da CPA e aquilo que é estabelecido no plano de metas? Ah existe, mas não acontece. E eu não sei se existe alguma universidade no Brasil que consiga. Coloca no plano de metas e acontece. Que coloca no plano de metas, sim. Daí acontecer. Esse é o processo de implantação. Então, há uma coisa mais ou menos automática.</p> <p>A reitoria quer que o plano de metas seja pautado pelos dados da avaliação, bem como por uma visão política. Mas, o fato de pautar no plano de metas, resolve? Não sei. Por exemplo: melhoria das condições de infra-estrutura. Isso foi pautado como meta, foi feito um empréstimo no</p>	<p>No período de 2004 a 2005 a CPA da instituição "E" elaborou algumas recomendações que foram discutidas em cada faculdade e tiveram um apoio muito grande para elas fossem assumidas como meta. O andamento dessas metas foi discutido com a reitoria e com os vários conselhos existentes na universidade.</p> <p>De 2007 para 2008, as recomendações foram apresentadas ao novo reitor para subsidiar a sua gestão. Mas, embora o trabalho da CPA seja muito valorizado pela instituição, não compete a ela cobrar o cumprimento das metas.</p> <p>As críticas e sugestões feitas pela comunidade acadêmica são sempre são levadas em consideração ou implementadas pela instituição.</p> <p>Sobre a reflexão sobre a melhoria do processo de avaliação institucional a coordenadora da CPA avalia que o programa do SINAES é muito bom, mas faltou um processo de implantação, um programa tão bom quanto foi a sua proposta inicial. Detalhado, organizado e com metas para 10 anos.</p>	<p>() Sim () Não (x) Em termos Faltou mencionar uma contradição (ver destaque amarelo no texto)</p>

BNDES, mas isso resolveu? Não, tem tanta coisa no meio do caminho. Esse processo é longo. Então, nós estamos acompanhando. O que significa essa melhoria? Como ela está sendo trabalhada? Quais foram as prioridades? Em quais áreas?

Melhoria é um termo muito amplo. Como isso se dá na prática?

7. Essas críticas ou sugestões são levadas em consideração ou implementadas pela instituição? Sempre.

14. Quais são suas críticas ou sugestões para a melhoria do processo de avaliação institucional. Eu acho que o programa do SINAES é muito bom, faltou um processo de implantação, um programa tão bom quanto foi a proposta. Detalhado, organizado e com metas para 10 anos. Agora, com a mudança, não sei como vai ficar, talvez tenha voltado a centrar no ENADE mesmo.

15. A avaliação aplicada pela instituição aos docentes é um instrumento para a melhoria do processo educativo e da instituição. Não se aplica.

DIRETRIZ 3:

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO A	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>4. A CPA elabora e aplica questionários para coletar informações da comunidade acadêmica? Se sim, qual é a periodicidade. São revisados periodicamente? Quais são os critérios técnicos e estatísticos?</p> <p>C1: Sim, tem um banco de questões, que fomos mudando, aperfeiçoando. Nós mudamos um pouco o caráter desses instrumentos, porque começamos a aplicá-los on-line, então a avaliação no ano passado dos professores foi on-line. A avaliação dos cursos também a gente tentou fazer on-line, e agora um questionário mais geral de questões administrativas já está sendo disponibilizado. Estamos convertendo: tudo o que era de forma manual agora estamos fazendo on-line. Sempre é criado pelos membros (da CPA), mas enviado depois para os setores para sugestões e apreciação. A coordenação envia sugestões para alteração. Envia inclusive para a reitoria.</p> <p>C2: A partir de 2008 existe claros norteadores para a elaboração de instrumentos: O roteiro para renovação de reconhecimento de cursos de Graduação e o Instrumento para a Avaliação Externa.P: Usam critérios técnicos e estatísticos?</p> <p>C1: Sim, sempre trabalhamos com amostras estratificadas. Houve um período em que a gente fazia a avaliação dos docentes, então usava a maior quantidade possível, então não fazia amostras, mas agora vai mudar, porque é on-line. O que a gente faz é divulgar, por exemplo, nas salas, não existe inclusive nenhuma vinculação, é livre. Foi disponibilizado para o aluno avaliar o professor;</p>	<p>O processo de avaliação da instituição foi norteado pelas dez dimensões propostas pelo SINAES. Os questionários foram aperfeiçoados ao longo do tempo e convertidos em formulários eletrônicos a serem respondidos on-line. Existe um espaço no portal da instituição onde divulgam os resultados da avaliação e os encontros. Os resultados da avaliação docente são divulgados em encontros.</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>

agora vai sair um para avaliar a instituição como um todo. O que eu quis observar é que a medida que você vai disponibilizar on-line, são outros mecanismos, a contagem, estatística, aparece depois do que você consegue coletar, daí você vai ver se o resultado é pertinente ou não.

8. De que forma a CPA mantém a comunidade informada sobre o processo de avaliação da instituição? Tem um espaço que divulga tanto as avaliações como os encontros.

9. De que forma a CPA divulga os resultados das pesquisas para avaliação do seu desempenho profissional dos docentes? Existe uma revisão, um encontro. Como eles trabalham o resultado a CPA não sabe.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO B	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>4. A CPA elabora e aplica questionários para coletar informações da comunidade acadêmica? Se sim, qual é a periodicidade. São revisados periodicamente? Quais são os critérios técnicos e estatísticos? Sim. A periodicidade é anual (alunos) ou bienal (professores, funcionários e ex-alunos). Há revisão periódica dos questionários. Quanto a critérios: (a) os técnicos ainda não foram fixados, pois nos falta experiência para tanto e (b) os estatísticos são os mais simples e usuais.</p> <p>8. De que forma a CPA mantém a comunidade informada sobre o processo de avaliação da instituição? Portal e jornal interno.</p> <p>9. De que forma a CPA divulga os resultados das pesquisas para avaliação do desempenho profissional dos docentes? Não se aplica.</p>	<p>Foi constituída uma CPA e seguido o roteiro indicado pelo MEC. A partir do final de 2007 foi dado início ao 2º ciclo de auto-avaliação de forma mais crítica e lenta percebendo desacertos, alguns de difícil correção.</p> <p>Os questionários são revistos periodicamente e aplicados anualmente para os alunos e bienalmente para professores, funcionários e ex-alunos. Falta experiência para a fixação de critérios técnicos.</p> <p>A comunidade se mantém informada através do portal e de jornal interno.</p>	<p>() Sim () Não (x) Em termos O trecho destacado não aparece na resposta do entrevistado.</p>
QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO C	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>4. A CPA elabora e aplica questionários para coletar informações da comunidade acadêmica? Se sim, qual é a periodicidade. São revisados periodicamente? Quais são os critérios técnicos e estatísticos? Então, os nossos questionários, nós avaliamos com as 11 enquetes, que visam a avaliação qualitativa da instituição, avaliação docente, avaliação do docente pelo discente, avaliação do coordenador pelo discente, avaliação do coordenador, avaliação do professor de cada área, e avaliação do corpo técnico-administrativo. O docente faz uma auto-avaliação, avalia a instituição, e avalia o seu coordenador. O discente vai avaliar o professor de cada componente do semestre, vai avaliar o seu coordenador e a instituição, no que diz respeito à organização,</p>	<p>O processo se dá desde 2005 quando as portarias do MEC definiram que as unidades superiores deveriam ter a sua CPA contando com assessoria externa. Existem 11 questionários eletrônicos para avaliar os vários aspectos da instituição sob a ótica dos diferentes atores da comunidade acadêmica: professores, coordenadores, estudantes, funcionários.</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>

administração, atendimento, segurança, tudo aquilo que está voltado para o atendimento desse discente. Os coordenadores avaliam os seus professores, avaliam o seu curso, avaliam a instituição e faz uma auto-avaliação do seu trabalho semestral. O corpo técnico avalia a instituição. As avaliações são todas eletrônicas, nós temos um programa do Portal Educacional, onde o aluno tem acesso periodicamente para planos e registro de aulas, matérias ou materiais específicos e dentro desse portal, nós temos o local onde ele vai responder essas enquetes semestralmente. Quando nós inserimos a enquete nós colocamos se ele quer ou não se identificar. É semestral, porque nossos cursos também são semestrais. Para todos os alunos inclusive egressos, para saber como ele está no mercado de trabalho, o que o curso proporcionou, o que ele tem para contribuir para a enquete da CPA. As enquetes são revisadas pela comissão própria, de acordo com o cronograma do semestre. Conforme nós vamos revisando a tendência é irmos aumentando as questões, mas agora fizemos uma auto-avaliação de 2008 e já vimos que teremos que reduzir o numero de questões, pois fica muito longo para o aluno. Vamos tentar deixar as enquetes mais objetivas. São elaborados pela própria comissão, que após a coleta de dados vai trabalhar em cima da análise dos dados e na transposição dos dados estatísticos. Dentro da comissão tem proposta de professores de informática, de estatística, de matemática, para contribui nesse processo.

8. De que forma a CPA mantém a comunidade informada sobre o processo de avaliação da instituição? Portal, jornal interno e boletim informativo específico da CPA.

9. De que forma a CPA divulga os resultados das pesquisas para avaliação do seu desempenho profissional dos docentes? X Outros = Através dos dados encaminhados aos coordenadores de curso para a devolutiva para os professores.

A revisão dos questionários é feita periodicamente acolhendo propostas de professores.

A comunidade se mantém informada através do portal, jornal interno e do boletim informativo específico da CPA. E a avaliação do desempenho dos docentes é informada através dos dados encaminhados aos coordenadores de curso para a devolutiva para os professores.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO D	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>4. A CPA elabora e aplica questionários para coletar informações da comunidade acadêmica? Se sim, qual é a periodicidade. São revisados periodicamente? Quais são os critérios técnicos e estatísticos?</p> <p>Um detalhe, a CPA não elabora o instrumento, ela participa da criação do instrumento, da mesma forma que outros elementos também fazem; nós temos muita abertura, temos um 'fale conosco', ligam, mandam e-mail. Eles mandam continuamente sugestões. Quem elabora é o departamento de avaliação, que ao elaborar um instrumento, passa por todas as instâncias que estão relacionadas àquele instrumento, não é uma coisa de cima para baixo. Então, eu tenho um instrumento pra avaliar a aula satélite; então eu crio um esboço dele, com base nas normas daquela determinada disciplina, daquela determinada política, crio um instrumento base; e esse instrumento ai vai para as instâncias, para a área acadêmica, vai para quem opera o sistema, vai para os diretores de faculdades, que distribui para os coordenadores que trabalham</p>	<p>O departamento de avaliação da instituição cria e revisa periodicamente todos os instrumentos de avaliação, e as CPAs contribuem para o aprimoramento desse processo. A coleta de dados é realizada semestralmente. Há uma preocupação em manter a série histórica e por isso o cálculo dos índices é sempre feito da mesma forma. A comunidade se mantém informada através do portal, jornal interno e encontros. E a avaliação do desempenho dos docentes é informada através do portal,</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>

especificamente nisso, e ele vai circulando até voltar para a gente. A CPA não elabora o instrumento, mas contribui para construção permanente dele, pra revisão. Nós temos encontros, às vezes, com CPAs. Fizemos um o ano passado. A idéia é fazer encontros bianuais. CPA contribui também, não só com os instrumentos, mas para o processo como um todo... A coleta é semestral. E esses instrumentos são revisados sempre. Nós temos uma preocupação com a série histórica. Nós criamos vários instrumentos em função das novas diretrizes políticas, mas existem alguns instrumentos clássicos. O cálculo é sempre feito da mesma forma que há oito anos, quando era feito tudo manualmente, para não perder a série histórica. Hoje é tudo feito eletronicamente. Os critérios técnicos e estatísticos são muito bem embasados. São pessoas de muita competência, doutores de estatística, matemática. Cálculo do índice passa por esse processo.

8. De que forma a CPA mantém a comunidade informada sobre o processo de avaliação da instituição? Portal, jornal interno, encontros e variações.

9. De que forma a CPA divulga os resultados das pesquisas para avaliação do seu desempenho profissional dos docentes? Portal. O acesso é individualizado e restrito a cada professor e os dados são trabalhados com o coordenador do curso.

mas o acesso é individualizado e restrito a cada professor e os dados são trabalhados com o coordenador do curso.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO E	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>4. A CPA elabora e aplica questionários para coletar informações da comunidade acadêmica? Se sim, qual é a periodicidade. São revisados periodicamente? Quais são os critérios técnicos e estatísticos?</p> <p>Coletamos informações através de questionários, entrevistas, e de acordo com a periodicidade definida no plano. Eles são revisados, sim, periodicamente, eles são testados, eles têm uma informação técnica, têm um controle técnico muito grande. Tenho formação estatística, apesar de psicóloga, também. Nós temos um rapaz que trabalha conosco que também trabalha com softwares estatísticos, mas trabalhamos também com a parte qualitativa. E muitas vezes têm algumas informações que demandam informações qualitativas, mas tem muita informação quantitativa e precisamos e trabalhamos com elas.</p> <p>P: Como que a Sra. faz, por exemplo, quando vêm os questionários, muitas vezes existem questões abertas, eu não sei se é o caso de vocês, tem questões fechadas, que são mais fáceis de trabalhar estatisticamente, mas tem questões abertas, que às vezes fica difícil a manipulação. Como vocês fazem?</p> <p>Nós temos para questões fechadas que usamos em dois questionários, nós desenvolvemos uma ferramenta junto com o setor de informática, para trabalhar o processamento online. Isso com aluno, porque são muitos alunos, então nós precisaríamos de alguém para processar, então isso foi feito online, aí já chegamos com todo material aqui, aí era só processamento de estatística.</p>	<p>A instituição coleta informações através de questionários eletrônicos, entrevistas, e de acordo com a periodicidade definida no plano. Eles são revisados e testados periodicamente e têm um controle técnico muito grande.</p> <p>A comunidade se mantém informada através do portal, encontros, cartazes, e demais tipos de correspondência.</p> <p>Com relação a avaliação do desempenho docente a coordenadora explica que a responsabilidade pela avaliação do docente não é da CPA, ela somente utiliza os resultados da avaliação docente como um dos indicadores gerais porque a avaliação do desempenho docente é um processo que envolve uma série de fatores: estabelecer metas com o docente, estabelecer</p>	<p>() Sim () Não (x) Em termos</p> <p>Mencionar a a opção de avaliação da CPA em não realizar “listão” ou ranqueamento.</p>

Com o material aberto, nós usamos dois softwares, um deles é o EVOC, que analisa um pouco a centralidade das informações, e o outro é o ALCESTE, que é um software que classifica em grupos o discurso.

8. De que forma a CPA mantém a comunidade informada sobre o processo de avaliação da instituição? Portal, encontros, cartazes, comunicação, outros tipos de correspondência.

9. De que forma a CPA divulga os resultados das pesquisas para avaliação do seu desempenho profissional dos docentes?

É o coordenador que divulga para os professores da forma como achar melhor.

Essa parte da avaliação docente, nós optamos por fazer uma avaliação institucional ampla. Como a reitoria tinha um plano de avaliação docente. A CPA desenvolveu para a reitoria uma avaliação online a ser preenchida pelo aluno, depois processamos esse material e entregamos para a reitoria e para cada coordenador de curso. Com a condição que não houvesse listão. O coordenador analisa (esse material) com seus professores da forma como ele quer, mas a responsabilidade pela avaliação do docente não é da CPA, ela usa os dados, mas como um dos indicadores gerais. A avaliação do desempenho docente é um processo que envolve uma série de fatores: estabelecer metas com o docente, estabelecer progressão de carreira, condições para o seu trabalho e acompanhar esse procedimento. A avaliação docente é um processo, não é uma unidade de medida isolada. A avaliação do desempenho docente, a literatura deixa isto claro, não se realiza como uma medida, perguntando para o aluno o que ele achou. Que é isso? Ela é uma das medidas do processo. Se você quer implantar um processo de avaliação por desempenho, você tem que ter metas, processo, condições, entender o desempenho num contexto. E eventualmente mandar (o professor) embora, ou alocá-lo.

progressão de carreira, condições para o seu trabalho e acompanhar esse procedimento. A avaliação docente é um processo, não é uma unidade de medida isolada.

DIRETRIZ 4:

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO A	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>10. Qual é a sua visão sobre as alterações realizadas a partir de 2007 pelo MEC no Sinaes? Existe claramente a intenção de ranquear as IES, isso dá “ibope” para os veículos de comunicação. Além disso, existe uma sobrevalorização da avaliação institucional a partir dos alunos, tanto nos instrumentos como quanto aos resultados do ENADE.</p>	<p>A partir de final 2007 as alterações efetuadas pelo MEC tem a clara intenção de ranquear as IES porque isso dá “Ibope” para os veículos de comunicação. Existe, também, uma sobrevalorização da avaliação institucional a partir dos alunos, tanto nos instrumentos como quanto aos resultados do ENADE.</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>
<p>11. A auto-avaliação e a CPA perdem importância e função com essas mudanças? Não digo que perdem a importância, mas perdem a liberdade, e sem liberdade a qualidade fica comprometida. Agora no instrumento para avaliação externa “existem referenciais mínimos de qualidade” e todas as IES serão avaliadas a partir desses quesitos.</p>	<p>A auto-avaliação e a CPA perdem a liberdade comprometendo a qualidade,</p>	
<p>12. Qual é a sua visão sobre o Conceito Preliminar de Curso criado pelo MEC através de Portaria Normativa?</p>		

Ver questão 10.

13. O último ranking divulgado pelo MEC baseado no novo Índice Geral de Cursos (IGC) expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social?

C2: Não, veja a questão 10.

embora no instrumento de avaliação externa existam referenciais mínimos de qualidade que todas as IES deverão seguir.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO B	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>10. Qual é a sua visão sobre as alterações realizadas a partir de 2007 pelo MEC no SINAES? As alterações, penso, refletem atitudes pragmáticas para monitorar um sistema de ensino complexo num país extenso, com 190 milhões de habitantes. Não há como “inventar” sem experimentar: sou favorável à maioria das alterações.</p> <p>11. A auto-avaliação e a CPA perdem importância e função com essas mudanças? Não.</p> <p>12. Qual é a sua visão sobre o Conceito Preliminar de Curso criado pelo MEC através de Portaria Normativa? Acho a dinâmica do CPC uma boa idéia. Entretanto a metodologia de medida escolhida pelo MEC foi extremamente infeliz.</p> <p>13. O último ranking divulgado pelo MEC baseado no novo Índice Geral de Cursos (IGC) expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social? Não expressa, pois o IGC é baseado nos CPC's e estes foram muito mal medidos.</p>	<p>A partir de final 2007 as alterações efetuadas pelo MEC refletem atitudes pragmáticas para monitorar um sistema de ensino complexo em um país de grande extensão territorial e populacional. O coordenador da CPA é favorável a essas mudanças e não acredita que a auto-avaliação e as CPAs percam sua importância e função. Ele afirma que a dinâmica do CPC foi uma boa idéia, mas a metodologia de medida extremamente infeliz. O último ranking divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social, porque é baseado nos CPCs que foram mal medidos.</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>
QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO C	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>10. Qual é a sua visão sobre as alterações realizadas a partir de 2007 pelo MEC no SINAES? Acho que pontuar o SINAES é muito importante, até para que a instituição conheça e reconheça o que se propõe dentro desse sistema nacional de avaliação do ensino superior. As alterações, acredito, que tenham ocorrido em função da necessidade do MEC ter dados mais específicos, mais reais de como as instituições estão desenvolvendo o seu trabalho teoricamente e na prática, como estão atendendo as exigências legais das portarias e das próprias solicitações para o reconhecimento e credenciamento dos cursos. Para que as instituições assumam com</p>	<p>A coordenadora da CPA da instituição “C” acredita que as alterações no Sinaes ocorreram em função da necessidade do MEC ter dados mais específicos e reais do trabalho desenvolvido pelas instituições. As CPAs não perderão importância e</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>

responsabilidade o sistema nacional de avaliação e o processo de avaliação interno dentro da sua comunidade, para obter análises e resultados efetivos que possam ser depois avaliados e serem revistos. Vejo como uma proposta ... importante.

11. A auto-avaliação e a CPA perdem importância e função com essas mudanças?

Acredito que não. Acho que dimensionar esse processo é importante, eu acho que quando a instituição vem realizando um trabalho efetivo desde 2004, com as mudanças ela vai buscar colocar aí dentro daquilo que se solicita: o próprio relatório, trabalhar com as dimensões e traduzir isso em resultados que sejam para a análise institucional. Acho que ela não vai perder essa função se essa função for compreendida efetivamente na sua representação.

P.Como assim? Quando a instituição tem um entendimento de qual é o papel da CPA e de como a comissão vai efetivamente atuar na prática, não vai ser uma legislação, uma portaria que irá mudar isso. Se a instituição tem uma cultura de avaliação, tem uma proposta de avaliar a instituição e o objetivo é traçar metas a curto, médio e longo prazo, efetivamente ela (a CPA) vai continuar atuando. Até porque nós acreditamos que não é porque há uma legislação. Mas, porque é necessário, é importante dar voz ao outro, e é só dando voz ao outro que a gente consegue perceber o que o outro entende e avalia. E o nosso objetivo é que com as mudanças ou não esse processo continue.

12. Qual é a sua visão sobre o Conceito Preliminar de Curso criado pelo MEC através de Portaria Normativa?

A grande questão que nós colocamos é que nem sempre o que está traduzido numa análise ou numa avaliação do aluno, somente, pode refletir o que a instituição oferece ou estabelece como meta. O ENADE por si só, ou através do conteúdo que o aluno dá de devolutiva, não tem elementos para avaliar a instituição como um todo. Seria necessário realmente rever ou até buscar em outras questões como a própria CPA ou outros instrumentos a análise efetiva para pontuar a instituição, os cursos e assim por diante.

13. O último ranking divulgado pelo MEC baseado no novo Índice Geral de Cursos (IGC) expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social?

O que nós podemos dizer que o que nós fizemos aqui foi um curso avaliado, a partir desse ranking, e que nós vimos que essa avaliação não traduzia com o que a gente teve de elementos para que esse processo acontecesse, um exemplo disso foi que o nosso curso ficou com uma identificação SC, que a sociedade entende que é Sem Conceito, só que na realidade naquele ano nós não tivemos uma última turma para fazer o ENADE. E quando isso sai divulgado pela mídia, ela trabalha no sentido de dizer "é Sem Conceito", o que não é, pois nós não tínhamos, naquele semestre, turmas concluindo. Então, são essas questões que acabam nesse índice geral revertendo ou não nessa forma de traduzir essa responsabilidade, essa ética e qualidade de ensino. P. Você acha que traduz? Se for expressa dessa forma não traduz a realidade, aquilo que a gente espera que seja efetivamente respondido para a sociedade. Até porque esse curso era reconhecido, já tinha sido avaliado, foi avaliado no final com 3.

função naquelas instituições que tem entendimento de qual é o papel da CPA. A legislação não irá mudar isso, porque é necessário e importante dar voz ao outro.

Com relação ao CPC a coordenadora afirma que nem sempre o que está traduzido numa avaliação somente do aluno reflete o que a instituição oferece.

O ENADE por si só não tem elementos para avaliar a instituição como um todo.

O último ranking divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO D	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>10. Qual é a sua visão sobre as alterações realizadas a partir de 2007 pelo MEC no SINAES? A grosso modo, o MEC tem um problema operacional: gasta muito dinheiro para mandar as comissões. Então, ele tem se equivocado muito em criar certos índices que não refletem a realidade das instituições, o CPC é um deles. É um absurdo você usar o CPC que num universo de 120 questões aproximadamente e usar duas questões que são subjetivas e nem sei se o aluno tem muitas condições de responder. Segundo, o SINAES vem perdendo força não só em função dos problemas que eles têm, mas principalmente pela incapacidade de planejar coisas a médio e longo prazo, há muita improvisação, hoje as mudanças são muito improvisadas. As medidas do MEC e que são refletidas de alguma forma na política do SINAES são muito restritivas e vagas. Em relação especificamente a auto-avaliação, o SINAES está também diminuindo a força das CPAs e diminuindo a importância da auto-avaliação. Então, se as faculdades faziam a auto-avaliação para cumprir a lei, o que é um erro das faculdades, ele está enterrando a auto-avaliação ainda mais, o MEC vem errando muito. A auto-avaliação é consultada hoje se alguma coisa dá errado. É o auto-engano, de um lado eles diminuem a força da auto-avaliação fazendo com que ela seja apenas cada vez mais uma forma de cumprir a legislação, e por outro ele usa aquilo quando tem algum problema com índice baixo. Muita improvisação, enfraquecimento da lei. A lei de modo geral é boa, apesar do viés ideológico; primeiro ele queria dar tudo para as CPAs, vir gente de fora para cuidar das contas da faculdade privada; agora exagera de outro lado, ela enfraquece as CPAs, enfraquece a auto-avaliação, faz improvisação com índices que não tem nenhuma maneira de refletir a realidade e não planeja a médio e longo prazo.</p>	<p>O entrevistado acredita que o MEC tem se equivocado em criar certos índices como o CPC que não refletem a realidade das instituições. Também, acha que o SINAES em perdendo sua força pela falta de planejamento a médio e longo prazo por parte do MEC. Com as últimas mudanças realizadas pelo MEC as CPAs e a auto-avaliação estão perdendo força e importância. O último ranking divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em termos</p>
<p>11. A auto-avaliação e a CPA perdem importância e função com essas mudanças? Sim.</p>		
<p>12. Qual é a sua visão sobre o Conceito Preliminar de Curso criado pelo MEC através de Portaria Normativa? Nós fizemos aqui um estudo muito grande sobre CPC, e fizemos aquilo que o CPC deveria ser. Eles misturam escalas diferentes, o índice, o CPC, é uma mistura de um monte de coisas feita em escalas diferentes, com metodologias diferentes, com objetivos diferentes, ninguém vai fazer uma avaliação se o objetivo não estiver bem claro. As questões são totalmente subjetivas, o aluno não tem condição de inferir se aquilo é bom ou não.</p>		
<p>P: Todas essas mudanças estão sendo implementadas através de portarias normativas? Porque o ministro não tem mais condição de discutir com a sociedade, é uma forma de imposição, o que mostra de novo a improvisação. Perda do poder de articulação com a improvisação.</p>		
<p>13. O último ranking divulgado pelo MEC baseado no novo Índice Geral de Cursos (IGC) expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social? De maneira nenhuma. A ideia é boa, mas o IGC é ruim. Como é possível medir certas</p>		

instituições uma com 5 mil alunos e uma com 50 mil, e comparar as duas no nível de importância de responsabilidade. O ranking também não tem jeito, porque se o estado divulgar algo que não tem ranking, um jornalista vai pegar esses dados e vai ranquear. O conceito do IGC não é ruim, mas a forma como é feita poderia ser mudada, mas o ranking sempre vai existir.

QUESTÕES/ RESPOSTAS INSTITUIÇÃO E	RESUMO ANALÍTICO	O RESUMO ANALÍTICO É ADEQUADO?
<p>10. Qual é a sua visão sobre as alterações realizadas a partir de 2007 pelo MEC no Sinaes? Eu acho que ele reduziu muito, o SINAES perdeu a visão ampla que tinha e se concentrou no ENADE. Nós temos consciência disso, só que uma vez que tínhamos implantado aqui, continuamos da forma como estava. Só que eu acho que reduziu muito. E acho, também, que o grande problema do SINAES/CONAES foi que faltou um plano de implantação. Entenda-se que um plano de implantação não é só fazer as conferências que eles fizeram, de sensibilização, de ter avaliador externo e tudo o mais. Essa é uma das coisas, um plano de implantação envolveria uma atuação mais institucionalizada, mais sistemática, que não permitisse volta do processo. Então, por exemplo, você começar com 10 dimensões, todas ao mesmo tempo, isso é muito complicado, dependendo da instituição, tanto instituições grandes como pequenas. É preciso trabalhar melhor, priorizar, e gradativamente ir institucionalizando essa avaliação. Talvez se houvesse um processo de institucionalização das dimensões, você teria um prazo, teria melhores condições de controlar algumas coisas. Então, este plano de implantação tinha que ser um plano visando a institucionalização em 10 anos, não em 2 anos, de tal forma que impedisse volta. Agora, por exemplo, está muito complicado, eles passaram para a análise de relatórios anuais, e eu sinto que as CPAs foram abandonadas pelo INEP, pelo CONAES. Embora as próprias avaliações falem que eles consideram, consideram nada, em termos de Brasil é o ENADE que conta. Então essa perspectiva pedagógica e de regulação que tinha, com essa mudança, se perdeu muito, e aí fica uma análise apenas no desempenho no ENADE, é uma redução, é uma volta ao Provão. Eu acho que o problema foi a implantação. Claro que tem outras coisas, mas sabendo que existia tudo isso, teria que ter pensado num plano de implantação lento e gradual, e de institucionalização progressiva na instituição de maneira a impedir a volta.</p>	<p>O SINAES perdeu a visão ampla que tinha e se concentrou no ENADE. O grande problema do SINAES/CONAES foi que faltou um plano de implantação, não só fazer conferências de sensibilização, de ter avaliador externo e tudo o mais. Faltou um plano estratégico de 10 anos com medidas de institucionalização que não permitisse volta do processo. A coordenadora da CPA sente que as CPAs foram abandonadas pelo INEP-CONAES e perdem sua importância e função, porque o que conta agora é o ENADE.</p>	<p>(x) Sim () Não () Em termos</p>
<p>11. A auto-avaliação e a CPA perdem importância e função com essas mudanças? Sim, com certeza. Nós tivemos no Congresso da Associação Brasileira de Avaliadores, no RJ, uma reunião com representantes da CONAES e o diretor do INEP, e a gente deixou muito claro isso, que ele abandonou as CPAs, e qual o interesse? Não respondeu nada. O próprio representante da CONAES colocou a importância da CPA, mas não vimos uma medida efetiva do que significa isso. Considerando que existem problemas, como isso foi trabalhado? Eu acho que precisaria ter um plano estratégico de 10 anos e com medidas de institucionalização. O que</p>	<p>O que é questionável no CPC é a questão dos insumos que acaba ficando muito relativizada, porque fica só na perspectiva da visão do aluno. O último ranking divulgado pelo MEC não expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social, porque ele está reduzido em grande parte ao ENADE.</p>	

as teses têm mostrado, tenho participado de muitas bancas, portanto isto não é só a minha fala, é que essa visão ampla passou tudo, não teve um voto contrário no SINAES no Congresso, porque era amplo, geral e irrestrito, ele não arranhou os interesses dos grandes conglomerados. Para realmente enfrentar esse processo, o que os estudos estão mostrando, é que teria que ter aspectos que fossem concretos. Porque na hora que começaram os pontos concretos surgiram as barreiras impostas por um lobby de instituições (estritamente privadas).

12. Qual é a sua visão sobre o Conceito Preliminar de Curso criado pelo MEC através de Portaria Normativa?

Eu acho que ele tenta criar um pouco a questão simplesmente da nota da prova, e ele dimensiona um pouco melhor a prova, a consideração do desempenho do aluno, porque se você considera só o IDD você pode correr o risco de algumas instituições que tiveram ingressante numa condição muito desfavorável de aprendizagem e você conseguir, assim, em termos de valor agregado, algo com uma distância muito grande do que ele entrou e o que ele está mostrando no final do curso, você corre o risco de mostrar que essas instituições são efetivamente as melhores, então a gente viu muito isso nas publicações de jornal. Onde algumas instituições se posicionam como sendo as melhores do ponto de vista do desenvolvimento do aluno. Nós vivemos muito isso na nossa instituição, porque nós temos pela procura de alguns cursos alunos que chegam à universidade com uma condição um pouco melhor para iniciar o desenvolvimento do curso, então essa relação que é feita pelo IDD não correspondia ao empenho e ao desenvolvimento que foi agregado ao aluno com o curso. E esse CPC acaba ajudando a dimensionar um pouco melhor isso, porém o que é questionável é a questão dos insumos, eu acho que ele acaba ficando muito relativizado porque ele fica só na perspectiva da visão do aluno. Isso é algo que precisa ser melhor considerado. Até porque você acaba se baseando, especialmente, na infra-estrutura e recursos didáticos. A formação docente isso uma questão super válida. Nós temos uma condição favorável: não temos professores horistas.

13. O último ranking divulgado pelo MEC baseado no novo Índice Geral de Cursos (IGC) expressa a realidade dos cursos em termos de qualidade, eficácia e responsabilidade social?

Não expressa, porque ele está reduzido, está reduzido em grande parte ao ENADE, então ele não expressa, principalmente em termos de eficácia social, de todos esses elementos. Embora até a "E" tenha ficado muito bem, tirou nota 5. Ele não expressa em termos de eficácia e responsabilidade social. O SINAES propunha um conjunto maior que eles não estão usando mais.

ANEXO A - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004**(DOU Nº 72, 15/4/2004, SEÇÃO 1, P. 3/4)**

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV - a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no *caput* deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no *caput* deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa in loco.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV - articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII - realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

- I - 1 (um) representante do INEP;
- II - 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
- III - 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;
- IV - 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;
- V - 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;
- VI - 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;
- VII - 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.
- § 1º Os membros referidos nos incisos I e II do *caput* deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do *caput* deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.
- § 2º O membro referido no inciso IV do *caput* deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.
- § 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do *caput* deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.
- § 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do *caput* deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.
- § 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.
- § 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.
- Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.
- Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.
- Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:
- I - o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;
- III - a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV - a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.
- § 1º O protocolo a que se refere o *caput* deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.
- § 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:
- I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;
- II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;
- III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.
- § 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.
- § 4º Da decisão referida no § 2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.
- § 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.
- Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:
- I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do caput do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a alínea a do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e os arts. 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

Brasília, 14 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

TARSO GENRO

ANEXO B - PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004

(Publicação no DOU nº 132, de 12.07.2004, Seção 1, página 12)

Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 14 da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, resolve:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Art. 2º O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) promoverá a avaliação das instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de seus estudantes sob a coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

CAPÍTULO II DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES)

Art. 3º Compete a CONAES:

I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes, e seus respectivos prazos;

II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV - promover a articulação do SINAES com os Sistemas Estaduais de Ensino, visando estabelecer, juntamente com os órgãos de regulação do MEC, ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da Educação Superior;

V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);

VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII - realizar reuniões ordinárias mensais;

VIII - realizar reuniões extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Parágrafo único. Para o desempenho das atribuições descritas no caput e estabelecidas no art. 6º da Lei no 10.861 de 2004, poderá ainda a CONAES:

I - institucionalizar o processo de avaliação a fim de torná-lo inerente à oferta de ensino superior com qualidade;

II - oferecer subsídios ao MEC para a formulação de políticas de educação superior de médio e longo prazo;

- III - apoiar as IES para que estas avaliem, periodicamente, o cumprimento de sua missão institucional, a fim de favorecer as ações de melhoramento, considerando os diversos formatos institucionais existentes;
- IV - garantir a integração e coerência dos instrumentos e das práticas de avaliação, para a consolidação do SINAES;
- V - assegurar a continuidade do processo de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de educação superior;
- VI - analisar e aprovar os relatórios de avaliação, consolidados pelo INEP, encaminhando-os aos órgãos competentes do MEC;
- VII - promover seminários, debates e reuniões na área de sua competência, informando periodicamente a sociedade sobre o desenvolvimento da avaliação da educação superior e estimulando a criação de uma cultura de avaliação nos seus diversos âmbitos;
- VIII - promover atividades de meta-avaliação do sistema para exame crítico das experiências de avaliação concluídas;
- IX - estimular a formação de pessoal para as práticas de avaliação da educação superior, estabelecendo diretrizes para a organização e designação de comissões de avaliação.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO

Art. 4o A avaliação de instituições, de cursos e de desempenho de estudantes será executada conforme diretrizes estabelecidas pela CONAES.

Parágrafo único. A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP, o qual instituirá Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas para as diferentes áreas do conhecimento.

Art. 5o Para as avaliações externas in loco, serão designadas pelo INEP:

- I - Comissões Externas de Avaliação Institucional;
- II - Comissões Externas de Avaliação de Cursos.

Art. 6o O INEP, sob orientação da CONAES, realizará periodicamente programas de capacitação dos avaliadores que irão compor as comissões de avaliação para a avaliação das instituições e para a avaliação dos cursos de graduação.

Art. 7o As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art. 11 da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

§ 1o As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior;

§ 2o A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes:

- I - necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;
- II - ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

Art. 8o As atividades de avaliação serão realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior.

SEÇÃO I DA AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 9o A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como pela realização de auto-avaliação e de avaliação externa.

Art. 10. A auto-avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Art. 11. O INEP, órgão responsável pela operacionalização da avaliação no âmbito do SINAES, disponibilizará, em meio eletrônico, orientações gerais elaboradas a partir de diretrizes estabelecidas pela CONAES, com os requisitos e os procedimentos mínimos para o processo de auto-avaliação, entre os quais incluem-se obrigatoriamente aqueles previstos no Art. 3o da Lei no 10861/2004.

Art. 12. A CONAES, com o apoio técnico do INEP, estabelecerá formas de acompanhamento do processo de auto-avaliação para assegurar a sua realização em prazo compatível com a natureza da instituição, podendo solicitar documentos sobre o desenvolvimento do mesmo e sobre os resultados alcançados.

Art. 13. As avaliações externas in loco das IES serão realizadas por Comissões Externas de Avaliação Institucional designadas pelo INEP, devendo ocorrer após o processo de auto-avaliação.

§ 1o O prazo para a apresentação dos resultados do processo de autoavaliação será de até dois anos, a contar de 1o setembro de 2004.

§ 2o A primeira avaliação externa in loco das IES, no âmbito do SINAES, ocorrerá no prazo máximo de dois anos, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela CONAES.

§ 3o As avaliações externas in loco subsequentes deverão ser realizadas segundo cronograma próprio a ser estabelecido pela CONAES, em sintonia com as demandas do processo de regulação.

§ 4o A avaliação externa in loco das IES será realizada por comissões externas de avaliação institucional, constituídas por membros cadastrados e capacitados pelo INEP.

Art. 14. A avaliação institucional será o referencial básico para o processo de **credenciamento e credenciamento das instituições**, com os prazos de validade estabelecidos pelos órgãos de regulação do Ministério da Educação.

Parágrafo único. No caso de credenciamento ou credenciamento de Universidades, deve-se considerar a produção intelectual institucionalizada nos termos da resolução CES No 2, de 07 de abril de 1998.

Art. 15. As Comissões Externas de Avaliação das Instituições examinarão as seguintes informações e documentos:

I - O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

II - relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação, produzidos pela IES segundo as orientações gerais disponibilizadas pelo INEP;

III - dados gerais e específicos da IES constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;

IV - dados sobre o desempenho dos estudantes da IES no ENADE, disponíveis no momento da avaliação;

V - relatórios de avaliação dos cursos de graduação da IES produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Curso, disponíveis no momento da avaliação;

V - dados do Questionário Socioeconômico dos estudantes, coletados na aplicação do ENADE;

VI - relatório da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;

VII - relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de Pós-Graduação da IES, quando houver;

VIII - documentos sobre o credenciamento e o último credenciamento da IES;

IX - outros documentos julgados pertinentes.

Art. 16. O instrumento de avaliação externa permitirá o registro de análises quantitativas e qualitativas por parte dos avaliadores, provendo sustentação aos conceitos atribuídos.

Art. 17. As avaliações de instituições para efeito de ingresso no sistema federal de ensino superior, serão da competência da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), devendo ser realizadas segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES, a partir de propostas apresentadas pela SESu e pela SEMTEC.

SEÇÃO II

DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 18. A avaliação dos cursos de graduação será realizada por Comissões Externas de Avaliação de Cursos, designadas pelo INEP, constituídas por especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento, cadastrados e capacitados pelo INEP.

Art. 19. Os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação terão seus conteúdos definidos com o apoio de Comissões Assessoras de Área, designadas pelo INEP.

Art. 20. As Comissões Externas de Avaliação de Cursos terão acesso antecipado aos dados, fornecidos em formulário eletrônico pela IES, e considerarão também os seguintes aspectos:

I - o perfil do corpo docente;

II - as condições das instalações físicas;

III - a organização didático-pedagógica;

IV - o desempenho dos estudantes da IES no ENADE;

V - os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação;

VI - os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral das Instituições e Cursos; e

VII - outros considerados pertinentes pela CONAES.

Art. 21. A periodicidade das avaliações dos cursos de graduação será definida em função das exigências legais para reconhecimento e renovação de reconhecimento, contemplando as modalidades presencial e a distância.

Art. 22. As avaliações para fins de **autorização** de cursos de graduação serão de competência da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), devendo ser realizadas segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES, a partir de propostas apresentadas pela SESu e pela SEMTEC.

SEÇÃO III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Art. 23. A avaliação do desempenho dos estudantes, que integra o sistema de avaliação de cursos e instituições, tem por objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

Art. 24. A Avaliação do Desempenho dos Estudantes será realizada pelo INEP, sob a orientação da CONAES, mediante a aplicação do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE.

Parágrafo único. O ENADE será desenvolvido com o apoio técnico das Comissões Assessoras de Área.

Art. 25. O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais aos estudantes do final do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, que serão selecionados, a cada ano, para participarem do exame.

Parágrafo único. Caberá ao INEP definir os critérios e procedimentos técnicos para a aplicação do Exame.

Art. 26. Anualmente o Ministro do Estado da Educação, com base em proposta da CONAES, definirá as áreas e cursos que participarão do ENADE, conforme previsto no Art. 50 da Lei nº 10861/2004.

Art. 27. Será de responsabilidade do Dirigente da instituição de educação superior a inscrição, junto ao INEP, de todos os estudantes habilitados a participarem do ENADE.

Art. 28. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo o registro de participação condição indispensável para a emissão do histórico escolar, independentemente do estudante ter sido selecionado ou não na amostragem.

§ 1º O estudante que não for selecionado no processo de amostragem terá como registro no histórico escolar os seguintes dizeres: “dispensado do ENADE pelo MEC nos termos do art. 50 da Lei nº 10861/2004”.

§ 2º O estudante que participou do ENADE terá como registro no histórico escolar a data em que realizou o Exame.

Art. 29. Quando da utilização de procedimentos amostrais, só serão considerados, para fins de avaliação no âmbito do SINAES, os resultados de desempenho no ENADE dos estudantes que fizerem parte do conjunto selecionado na amostragem do INEP.

§ 1º Os resultados do ENADE serão expressos numa escala de cinco níveis e divulgados aos estudantes que integraram as amostras selecionadas em cada curso, às IES participantes, aos órgãos de regulação e à sociedade em geral, passando a integrar o conjunto das dimensões avaliadas quando da avaliação dos cursos de graduação e dos processos de auto-avaliação.

§ 2º A divulgação dos resultados individuais aos estudantes será feita mediante documento específico, assegurado o sigilo nos termos do § 9º do Art. 6º da Lei nº 10.861, de 2004.

Art. 30. O INEP aplicará anualmente aos cursos selecionados a participar do ENADE os seguintes instrumentos:

I - aos alunos, questionário sócio-econômico para compor o perfil dos estudantes do primeiro e do último ano do curso;

II - aos coordenadores, questionário objetivando reunir informações que contribuam para a definição do perfil do curso.

Parágrafo único. Os questionários referidos neste artigo, integrantes do sistema de avaliação, deverão estar articulados com as diretrizes definidas pela CONAES.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS COMUNS DA AVALIAÇÃO

Art. 31. Os processos avaliativos do SINAES, além do previsto no Art. 1º desta Portaria, **subsidiarão o processo de credenciamento** e renovação de credenciamento de instituições, e a **autorização**, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 32. A avaliação externa das instituições e cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos a cada uma e ao conjunto das dimensões avaliadas, numa escala de cinco níveis, sendo os níveis 4 e 5 indicativos de pontos fortes, os níveis 1 e 2 indicativos de pontos fracos e o nível 3 indicativo do mínimo aceitável para os processos de **autorização**, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de **credenciamento e re-credenciamento de instituições**.

Art. 33. O INEP dará conhecimento prévio às IES do resultado dos relatórios de avaliação antes de encaminhá-los à CONAES para parecer conclusivo.

§ 1o A IES terá o prazo de 15 (quinze) dias para encaminhar ao INEP pedido de revisão de conceito devidamente circunstanciado.

§ 2o O processo de revisão de conceito apreciado pelo INEP, qualquer que seja o seu resultado final, fará parte da documentação a ser encaminhada a CONAES, devendo ser considerado em seu parecer conclusivo.

Art. 34. Os pareceres conclusivos da CONAES serão divulgados publicamente para conhecimento das próprias IES avaliadas e da sociedade e encaminhados aos órgãos de regulação do Ministério da Educação.

Art. 35. A CONAES em seus pareceres informará, quando for o caso, sobre a necessidade de celebração do protocolo de compromisso, previsto no art. 10º da Lei no 10.861 de 2004, indicando os aspectos que devem merecer atenção especial das partes.

§ 1o O prazo do protocolo de compromisso será proposto pela CONAES e seu cumprimento será acompanhado por meio de visitas periódicas de avaliadores externos indicados pelo INEP.

§ 2o Os custos de todas as etapas de acompanhamento do protocolo de compromisso serão de responsabilidade das respectivas mantenedoras.

§ 3o O protocolo de compromisso ensejará a instituição de uma comissão de acompanhamento que deverá ser composta, necessariamente, pelo dirigente máximo da IES e pelo coordenador da CPA da instituição, com seus demais membros sendo definidos de acordo com a necessidade que originou a formulação do protocolo, em comum acordo entre o MEC e a IES.

Art. 36. O descumprimento do protocolo de compromisso importará na aplicação das medidas previstas no Art. 10 da lei 10.861 de 2004.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 38. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Educação.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TARSO GENRO

http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/Legislacao/Portaria_2051_2004_SINAES_regulamentacao.doc

ANEXO C - PORTARIA NORMATIVA Nº 12, DE 5 DE SETEMBRO DE 2008

Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC).

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 209 da Constituição Federal, na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, e no Decreto no 5.773 de 09 de maio de 2006, resolve :

Art. 1o Fica instituído o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC), que consolida informações relativas aos cursos superiores constantes dos cadastros, censo e avaliações oficiais disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Parágrafo único. O IGC será divulgado anualmente pelo INEP.

Art. 2o O IGC será calculado com base nas seguintes informações: I - média ponderada dos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC), nos termos da Portaria Normativa no 4, de 2008, sendo a ponderação determinada pelo número de matrículas em cada um dos cursos de graduação correspondentes; II - média ponderada das notas dos programas de pós-graduação, obtidas a partir da conversão dos conceitos fixados pela CAPES, sendo a ponderação baseada no número de matrículas em cada um dos cursos ou programas de pós-graduação stricto sensu correspondentes.

§ 1o A ponderação levará em conta a distribuição dos alunos da IES entre os diferentes níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado).

§ 2o Nas instituições sem cursos ou programas de pós-graduação avaliados pela CAPES, o IGC será calculado na forma do inciso I.

Art. 3o O IGC será utilizado, entre outros elementos e instrumentos referidos no art. 3o, § 2o da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, como referencial orientador das comissões de avaliação institucional.

Art. 4o Fica ratificado o disposto na Portaria INEP no 148 de 04 de setembro de 2008, que prorroga até o dia 06 de outubro de 2008 o prazo para requerimento de avaliação in loco nos processos de renovação de reconhecimento de cursos, previstos na Portaria Normativa no 04, de 5 de agosto de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
FERNANDO HADDAD

ANEXO D - PORTARIA NORMATIVA Nº 4, DE 5 DE AGOSTO DE 2008 (*)

Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e no Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006 e na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º A avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento de cursos superiores, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES, instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007, poderá ser dispensada, com base no conceito preliminar, previsto no art. 35 da Portaria Normativa nº 40, de 2007, observados os procedimentos descritos nesta Portaria Normativa.

Parágrafo único. O INEP divulgará os conceitos preliminares de cursos a cada ano, segundo as áreas avaliadas pelo ENADE.

Art. 2º Os cursos que tenham obtido conceito preliminar satisfatório ficam dispensados de avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento respectivos.

§ 1º Considera-se conceito preliminar satisfatório o igual ou superior a três.

§ 2º Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que tenham obtido conceito preliminar 5 (cinco), em tramitação nos sistemas Sapiens ou e-MEC, serão encaminhados à Secretaria competente, para expedição da Portaria de renovação de reconhecimento.

§ 3º Nos processos de renovação de reconhecimento dos cursos que tenham obtido conceitos preliminares 4 (quatro) ou 3 (três) poderá ser requerida avaliação *in loco*, no prazo de 60 (sessenta) dias, a qual resultará na confirmação do conceito preliminar ou na sua alteração, para mais ou para menos, cabendo recurso à CTAA, segundo a regulamentação pertinente.

§ 4º Na hipótese do § 3º, não sendo requerida avaliação *in loco*, o conceito será considerado definitivo, encaminhando-se o processo à Secretaria competente, para expedição do ato autorizativo.

§ 5º A avaliação *in loco* prevista no § 3º será condicionada aos seguintes requisitos procedimentais:

I. para os processos de renovação de reconhecimento em tramitação no sistema Sapiens, protocolo do pedido no sistema e-MEC, com o recolhimento da taxa de avaliação respectiva, exceto nas hipóteses legais de isenção, arquivando-se o processo Sapiens;

II. para os processos em tramitação no sistema e-MEC, preenchimento dos formulários de avaliação, no prazo legal.

§ 6º A inobservância dos requisitos procedimentais referidos no § 5º implicará o indeferimento do requerimento de avaliação e a conseqüente confirmação do conceito preliminar satisfatório, encaminhando-se o processo à Secretaria competente para expedição do ato de renovação de reconhecimento do curso.

§ 7º Satisfeitos os requisitos procedimentais referidos no § 5º, a avaliação será programada no calendário do INEP, para realização em momento subsequente ao destinado aos processos de renovação de reconhecimento de cursos com conceito preliminar insatisfatório, nos termos do art. 3º.

§ 8º Na hipótese de não realização da avaliação *in loco*, o valor da taxa eventualmente recolhida será restituído, nos termos do art. 11, § 3º da Portaria Normativa nº 40, de 2007.

Art. 3º Os cursos que tenham obtido conceito preliminar insatisfatório deverão obrigatoriamente submeter-se a avaliação *in loco*, nos processos de renovação de reconhecimento respectivos.

§ 1º Considera-se insatisfatório o conceito preliminar inferior a 3 (três).

§ 2º Os requerimentos de avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento de cursos deverão observar os seguintes requisitos procedimentais, no prazo de 30 (trinta) dias:

I. para os processos em tramitação no sistema Sapiens:

a) protocolo do pedido no sistema e-MEC, com o recolhimento da taxa de avaliação respectiva, exceto nas hipóteses legais de isenção, arquivando-se o processo Sapiens correspondente;

b) apresentação de relatório de auto-avaliação, considerando o conceito preliminar insatisfatório e

c) indicação de medidas concretas capazes de produzir melhoria efetiva do curso, em prazo não superior a um ano;

II. para os processos em tramitação no sistema e-MEC:

a) apresentação de relatório de auto-avaliação, considerando o conceito preliminar insatisfatório e

b) indicação de medidas concretas capazes de produzir melhoria efetiva do curso em prazo não superior um ano.

§ 3º Os processos instruídos na forma do § 2º serão analisados pela Secretaria competente e encaminhados ao INEP, para avaliação *in loco*, a qual poderá confirmar o conceito preliminar ou modificá-lo, para mais ou para menos.

§ 4º Concluída a fase de avaliação pelo INEP, o processo será encaminhado à Secretaria, para eventual apreciação de protocolo de compromisso e seguimento do processo.

§ 5º O curso com conceito insatisfatório que não instruir a avaliação *in loco* nos termos deste artigo será considerado em situação irregular, conforme o art. 11, § 3º do Decreto 5.773, de 2006.

Art. 4º Exceção da aplicação do art. 2º, §§ 2º, 4º e 6º desta Portaria Normativa os processos de renovação de reconhecimento dos cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, que deverão ser encaminhados à apreciação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou Conselho Nacional de Saúde, respectivamente, nos termos dos arts. 36 e 41, § 2º, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

(DOU Nº 151, 7/8/2008, SEÇÃO 1, P. 15)

(*) Republicada por ter saído no DOU no- 150, de 6-8-08, Seção 1, página 19, com incorreção no original.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)